

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

Mateus Correa Costa

**AS COMPETÊNCIAS DA REDAÇÃO DO ENEM: PROCESSOS DE
NORMALIZAÇÃO DO SUJEITO REDATOR**

São Luís - MA
2025

AS COMPETÊNCIAS DA REDAÇÃO DO ENEM: PROCESSOS DE NORMALIZAÇÃO DO SUJEITO REDATOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras) da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ilza Galvão Cutrim.

Linha de pesquisa: Estudos de Linguagem e Práticas Discursivas

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora:

Profa. Dra. Ilza Galvão Cutrim - UFMA
Orientadora

Prof. Dr. Lucas Rodrigues Lopes – UFPA
Membro externo

Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz - UFMA
Membro interno

São Luís
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Correa Costa, Mateus.

AS COMPETÊNCIAS DA REDAÇÃO DO ENEM: PROCESSOS DE
NORMALIZAÇÃO DO SUJEITO REDATOR / Mateus Correa Costa. -
2025.

111 p.

Orientador(a): Ilza Galvão Cutrim.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luis,
2025.

1. Normalização No Ensino. 2. Enem. 3. Redação. I.
Galvão Cutrim, Ilza. II. Título.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar como as competências exigidas na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), presentes na Cartilha do Participante, funcionam como práticas de normalização do sujeito redator. A partir do pensamento de Foucault, as ideias de norma e normalização são utilizadas como ferramentas para refletir sobre a formação da subjetividade e os processos de controle social. A pesquisa busca compreender como essas competências não apenas avaliam o domínio da língua portuguesa, mas também agem como mecanismos de regulação, influenciando os comportamentos e práticas discursivas dos candidatos. A análise examina as implicações dessas práticas de normalização nas estratégias pedagógicas, destacando como o ENEM, ao buscar avaliar e padronizar os textos dos candidatos, contribui para a conformação dos sujeitos a padrões discursivos homogêneos. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, com análise do corpus composto pelos enunciados das competências da redação e pela Cartilha do Participante. O estudo conclui que as competências do ENEM atuam como um mecanismo de normalização, moldando o comportamento discursivo dos candidatos e impondo uma conformidade com as expectativas do exame, resultando na criação de sujeitos que se adaptam aos padrões definidos pelo sistema educacional.

Palavras-chave: Normalização no Ensino; Competências do ENEM; Redação; Michel Foucault.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo investigar cómo las competencias exigidas en la redacción del Examen Nacional de Enseñanza Media (ENEM), presentes en la Cartilla del Participante, funcionan como prácticas de normalización del sujeto redactor. A partir del pensamiento de Foucault, las ideas de norma y normalización son utilizadas como herramientas para reflexionar sobre la formación de la subjetividad y los procesos de control social. La investigación busca comprender cómo estas competencias no solo evalúan el dominio de la lengua portuguesa, sino que también actúan como mecanismos de regulación, influyendo en los comportamientos y las prácticas discursivas de los candidatos. El análisis examina las implicaciones de estas prácticas de normalización en las estrategias pedagógicas, destacando cómo el ENEM, al buscar evaluar y estandarizar los textos de los candidatos, contribuye a la conformación de los sujetos a patrones discursivos homogéneos. La metodología adoptada es cualitativa, con un análisis del corpus compuesto por los enunciados de las competencias de la redacción y la Cartilla del Participante. El estudio concluye que las competencias del ENEM actúan como un mecanismo de normalización, moldeando el comportamiento discursivo de los candidatos e imponiendo una conformidad con las expectativas del examen, resultando en la creación de sujetos que se adaptan a los estándares definidos por el sistema educativo.

Palabras clave: Normalización en la educación; Competencias del ENEM; Redacción; Michel Foucault.

Sumário

INTRODUÇÃO	6
1. PODER E DISCIPLINA EM MICHEL FOUCAULT	12
1.1 A Arquitetura do Poder: Corpo, Sujeito e Disciplina	12
1.1.1. Poder e Poder Disciplinar	14
1.1.2. Condições de Possibilidades e Normalização	18
2. A MICROPOLÍTICA DA VIGILÂNCIA: PUNIÇÃO, VIGILÂNCIA E REGIME DE VISIBILIDADE	22
2.1 Regime de Visibilidade e Corpo Dócil	24
2.2 Formação Discursiva e Arquivo	26
3. O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM): CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE	29
3.1 A Cartilha do Participante do ENEM: norma e normalização	41
3.2 A competência I do ENEM: entre a inclusão e a exclusão	44
3.3 A competência II do ENEM: Repertório e Tipologia	52
3.4. A competência III do ENEM: Argumentar e persuadir	61
3.5 A competência IV do ENEM: A coesão	66
3.6 A competência V do ENEM: intervenção social	68
4. AS COMPETÊNCIAS DA REDAÇÃO DO ENEM: UMA ANÁLISE À LUZ DOS ESTUDOS FOUCAULTIANOS	74
4.1 Foucault e a normalização social através da educação	74
4.2 Discursos hegemônicos e a política de escrita no ENEM	76
4.3. Processos de Normalização do Sujeito Redator Foucault	78
4.4 A Normalização da Gramática e Linguagem no ENEM	81
4.5 Construção Discursiva na Competência II do ENEM: o Poder e a Subjetividade	87
4.5 A Competência III: a Produção da Subjetividade no contexto educacional	92
4.6 Competência IV: Coesão e Regulamentação do Discurso no ENEM	96
4.7 Competência V do ENEM: O Controle e a Formação Social do Sujeito Redator	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105

Lista de figuras

Figura 1 - Cartilha do Participante do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2024	42
Figura 2 - Apresentação da CI	81
Figura 3 - Alertas e obrigações da CI	83
Figura 4 - Descrição dos erros I	83
Figura 5 -- Descrição dos erros II	84
Figura 6 - Apresentação da CII	88
Figura 7 - Orientações gerais I	89
Figura 8 - Orientações gerais II	91
Figura 9 - Apresentação da CIII	92
Figura 10 - Recomendações I	94
Figura 11 - Recomendações II	95
Figura 12 - Apresentação da CIV	97
Figura 13 - Apresentação das estratégias de coesão	98
Figura 14 - Alerta da CIV	99
Figura 15 - Apresentação da CIV	100
Figura 16 - Orientações da CV	102
Figura 17 - Composição da intervenção	102
Figura 18 - Alerta da CV	103

INTRODUÇÃO

Como docente de redação, sempre fui intrigado pela forma como os processos avaliativos, especialmente no contexto do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, se impõem aos estudantes, sobre a forma como devem pensar e se expressar. Ao longo de minha experiência em sala de aula, percebi que a estrutura normativa do Exame, com suas competências claramente definidas, não se limita apenas a avaliar a capacidade do aluno de se expressar, mas também impõe uma forma de posicionamento e organização das ideias. Esse fato despertou meu interesse em investigar como tais competências funcionam como um mecanismo de normalização do sujeito, conceito amplamente discutido na obra de Michel Foucault. O autor enfatiza que o poder, em suas formas modernas, não se exerce apenas por meio da imposição direta, mas pela internalização de normas que normalizam os comportamentos e os pensamentos dos indivíduos.

Isso se reflete de maneira explícita na sala de aula, onde os alunos frequentemente chegam com noções preestabelecidas sobre o que se espera deles na redação do ENEM, muitas vezes sem perceber que estão sendo modelados por essas normas de avaliação. O ENEM e sua mecânica de poder passaram a ganhar cada vez mais destaque em minha prática pedagógica, especialmente as competências da redação, que se apresentam como um dos principais dispositivos de aprovação/reprovação, promovendo a ideia de que os "competentes" e "capazes" são aqueles aprovados.

Atuo como professor de redação há mais de 7 anos, e ao longo desse período, tive a oportunidade de observar como as expectativas impostas pelo ENEM influenciam de maneira significativa a forma como os alunos se expressam. Muitos relatam uma sensação de rigidez em relação às normas do exame, além da pressão para seguir um modelo de texto que, embora claro, limita frequentemente sua criatividade. A busca incessante por "fórmulas" para obter uma boa pontuação na redação reflete diretamente essa preocupação. Esse fenômeno me levou a refletir sobre o conceito de normalização do sujeito, conforme descrito por Foucault, ao perceber que a forma como os candidatos se

comportam nas redações reflete uma conformidade com as expectativas da instituição.

Meus alunos, em suas manifestações, frequentemente se queixam de uma sensação de limitação, relatando que, para "acertar", é necessário seguir uma sequência rígida e exata. Esse cenário me motivou a investigar como o ENEM, ao buscar a clareza e a objetividade, acaba normatizando o processo de pensamento dos candidatos. O impacto dessa dinâmica na sala de aula é visível: muitos alunos relatam sentir-se inseguros quanto à possibilidade de não seguir as diretrizes corretamente e, por isso, acabam sacrificando a liberdade discursiva em favor de uma forma mais segura e padronizada de argumentação, o que, em muitos casos, resulta em uma produção textual mais rígida e menos autêntica.

Diversas pesquisas acadêmicas (Cutrim, 2004; Cutrim, 1998; Vilanova, 2022; Moro & Vanderer, 2020; Lima & Nascimento, 2021) têm sido realizadas sobre a produção do sujeito na redação, seja no contexto do vestibular tradicional, seja no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), refletindo o contínuo interesse e relevância que o lugar do sujeito nesse processo avaliativo ainda desperta. Essas investigações abordam de maneira crítica como as avaliações de redação não apenas medem as habilidades de escrita, mas também atuam na formação e regulação do sujeito, moldando-o de acordo com as normas estabelecidas pela instituição. Este estudo se insere dentro dessa linha de pesquisa, alinhando-se a estudos e autores que destacam as implicações dessas práticas discursivas e as discussões sobre a construção do sujeito, sua subjetividade e as formas de normalização impostas pelo sistema educacional. Assim, a pesquisa contribui para o aprofundamento dessas reflexões, buscando compreender os processos de regulação do comportamento e pensamento dos candidatos, especialmente no contexto do ENEM, que continua sendo uma das mais influentes formas de avaliação no Brasil.

A redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma ferramenta fundamental na avaliação de competências essenciais ao ingresso no ensino superior. Composta por cinco competências avaliativas, cada uma delas exige do aluno habilidades específicas que vão desde o domínio da norma

culta da língua portuguesa até a capacidade de elaborar propostas de intervenção para problemas sociais, respeitando os direitos humanos.

Tais competências não apenas medem a aptidão do candidato para desenvolver um texto coeso e coerente, mas também refletem a capacidade de aplicar conhecimentos interdisciplinares e argumentar de forma crítica e construtiva (Lima; Bacelar, 2019). No domínio do desenvolvimento das competências de escrita, o conceito de normalização, elaborado por Michel Foucault, ilumina os intrincados processos por meio dos quais o sujeito da escrita é moldado dentro das estruturas sociais.

Esta Dissertação pretende analisar como as competências da redação do ENEM funcionam como práticas de normalização do sujeito redator. Ao examinar estes aspectos, podemos obter uma compreensão sobre como as competências de escrita sofrem influências de forças sociais e institucionais mais amplas (Sousa Filho; Araújo, 2017).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as competências avaliadas na redação do ENEM são fundamentais para o sucesso na prova e, por extensão, no acesso ao ensino superior. Essas competências abrangem o domínio da norma padrão da língua portuguesa (Competência 1), a compreensão da proposta de redação e a capacidade de aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento (Competência 2), a habilidade de selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista (Competência 3), e o conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação, incluindo a coesão e a coerência do texto (Competência 4). A Competência 5 avalia a elaboração de uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos, o que demonstra a capacidade do participante em propor soluções concretas e eticamente adequadas para os desafios apresentados no tema da redação (Brasil, 2022).

Além disso, o processo de redação no ENEM envolve um importante aspecto de normalização do sujeito redator. Através das normas e critérios estabelecidos, busca-se uma padronização na forma como os estudantes expressam e organizam suas ideias. Essa normalização é crucial para garantir a

equidade da avaliação, permitindo que todos os candidatos sejam julgados sob os mesmos critérios objetivos (Costa; Martins, 2020).

No entanto, ela também desafia o estudante a encontrar um equilíbrio entre a expressão individual e as exigências de uma escrita padronizada, o que pode ser visto tanto como uma limitação quanto como uma oportunidade para demonstrar habilidade e criatividade dentro de um quadro estrutural definido. Michel Foucault, em suas obras, discute amplamente como instituições e práticas podem exercer poder sobre os indivíduos, normalizando comportamentos e discursos dentro de determinadas expectativas sociais (Foucault, 1987).

O conceito de normalização de Foucault opera no quadro de processos sociais que regulam comportamentos. A normalização, como ele postula, é um mecanismo sutil, mas difundido através do qual as normas e valores sociais se tornam enraizados nos indivíduos, orientando as suas ações e subjetividades. Quando aplicada ao domínio da escrita, a normalização influencia a forma como os indivíduos percebem e se envolvem com a linguagem escrita, impactando, assim, o desenvolvimento de suas habilidades de escrita. Por exemplo, a ênfase em regras e convenções gramaticais padronizadas em ambientes educacionais reflete a normalização de práticas de escrita específicas que são consideradas aceitáveis no discurso acadêmico (Sousa Filho; Araújo, 2017).

Ao longo da história, a escrita esteve interligada com sistemas de poder, com as instituições educacionais desempenhando um papel significativo na formação de suas normas e subjetividades. Tal padronização pode ser vista como uma forma de normalização que reforça os discursos dominantes e marginaliza as vozes alternativas. Ao examinar a trajetória histórica da normalização da escrita, podemos descobrir as maneiras pelas quais foram construídas e reguladas ao longo do tempo (Sousa Filho; Araújo, 2017).

Os processos de normalização envolvem condicionamento social, conformidade com as normas da escrita e dinâmicas de poder que moldam as práticas individuais de escrita. Os escritores são frequentemente socializados para aderir a convenções e normas estabelecidas, limitando a gama de expressão e criatividade na sua escrita. A dinâmica do poder também desempenha um papel crucial na determinação de quem ocupa posições de autoridade na escrita, reforçando ainda mais as hierarquias. Os efeitos da

normalização na agência individual da escrita são profundos, uma vez que os escritores podem encontrar-se limitados por expectativas e padrões externos (Brambila; Vidon, 2019).

O objetivo geral deste trabalho é analisar como as competências da redação do ENEM funcionam como práticas de normalização do sujeito redator. De forma específica, busca-se: 1) Apresentar uma discussão sobre dispositivos disciplinadores, à luz de Michel Foucault e suas discussões sobre poder e disciplina; 2) Explicar como as competências do ENEM normalizam e criam corpos dóceis, moldando comportamentos e atitudes dos candidatos; 3) Analisar os processos de normalização, presentes na Cartilha do Participante, considerando as exigências específicas da prova, e seu impacto na construção da subjetividade dos estudantes.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho se caracteriza, metodologicamente, por uma abordagem qualitativa do *corpus*. Considerando que teoria e método não se separam, e tendo em vista uma análise pautada nos estudos discursivos, na esteira de Michel Foucault, pretende-se demonstrar que as categorias teóricas são, também, analíticas. As análises incidirão sobre os enunciados que formam as competências da redação, e que estão presentes na Cartilha do Participante. Nesse sentido, as análises incidirão sobre as competências e sobre a Cartilha.

Dessa forma, o primeiro capítulo aborda as ideias de Foucault sobre o poder e a disciplina, destacando como o poder moderno se difunde e molda a subjetividade dos indivíduos por meio de práticas de controle. O segundo capítulo foca na micropolítica da vigilância, discutindo como o poder se exerce por meio da punição e da visibilidade, com ênfase na autoregulação dos indivíduos. No terceiro capítulo, o ENEM é analisado como uma instituição que regula a educação e molda os candidatos, tornando-se uma condição de possibilidade para o acesso ao ensino superior. Finalmente, o quarto capítulo investiga as competências da redação do ENEM à luz dos estudos foucaultianos, destacando como essas competências funcionam como um mecanismo de normalização do sujeito, regulando e modelando os comportamentos e práticas discursivas dos candidatos.

Com esta abordagem, é possível compreender as competências do ENEM não apenas como critérios técnicos, mas como mecanismos de

normalização que regulam os comportamentos e as práticas discursivas dos candidatos, normalizando-os conforme as normas estabelecidas pela instituição. Esse processo de normalização, operado pelas competências avaliativas, contribui para a formação de um sujeito que se adapta às expectativas do sistema educacional, internalizando suas normas como naturalizadas. Esse entendimento crítico permite questionar e repensar as práticas avaliativas do exame, com o objetivo de refletir sobre como essas competências normalizam as subjetividades dos candidatos, incentivando a conformidade e a adesão a um modelo de comportamento discursivo específico.

1. PODER E DISCIPLINA EM MICHEL FOUCAULT

1.1 A Arquitetura do Poder: Corpo, Sujeito e Disciplina

Nesta seção, apresentamos, de forma introdutória, alguns conceitos fundamentais desenvolvidos por Michel Foucault, enfatizando como as dinâmicas de poder moldam corpos, sujeitos e práticas disciplinares. É importante notar que estas discussões são exploradas com maior profundidade nas obras do autor e nos textos complementares sugeridos.

Michel Foucault concebe o corpo como um elemento central na manifestação e operacionalização do poder. Para ele, o corpo ultrapassa sua dimensão física, configurando-se como um local onde o poder se materializa, disciplina e transforma. Por meio de práticas sociais, o corpo é submetido a um processo de "docilização", no interior das estruturas de controle (Foucault, 1987).

Quanto ao sujeito, no texto "O sujeito e o poder" (1995), Foucault discute os propósitos de suas obras anteriores, negando a ideia de ter desenvolvido uma teoria ou um método específico, assim como a de ter focado na análise do fenômeno do poder. Nesse contexto, Foucault (1995, p. 231) afirma que seu propósito foi "elaborar uma história dos diversos modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornaram sujeitos". Para isso, ele investiga três formas de objetivação que convertem os indivíduos em sujeitos.

Na arqueologia, Foucault analisa os modos de investigação que, ao tentarem atingir o *status* de ciência, objetivam o sujeito. Em *As palavras e as*

coisas, ele investiga a objetivação do sujeito do discurso pela gramática, filologia e linguística, que resultam na produção do sujeito falante; a objetivação do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia, resultando no sujeito produtivo; a objetivação do sujeito como ser vivente na história natural e na biologia.

Na genealogia, Foucault investigou a objetivação do sujeito por práticas divisoras ou divergentes. O resultado são as identidades que se relacionam por divisões entre os sujeitos ou de um mesmo sujeito em seu interior, como as identidades de doente mental, de criminoso e socialmente ajustado. Trata-se de estudos da identidade e da diferença como resultantes de separações estabelecidas historicamente por mecanismo de poder exercidos em variados níveis e de modo desigual, discussão feita em *Vigiar e punir: o nascimento das prisões* (1987).

Já na genealogia da ética, Foucault (1995) investigou os modos de objetivação pelos quais o ser humano torna-se um sujeito. Ao escolher a sexualidade como foco de sua investigação, ele analisa como a identidade é engendrada para o sujeito nas relações que estabelece consigo mesmo em obras como *História da sexualidade*, volumes 2 e 3.

O tema central dos trabalhos de Foucault foi o sujeito. A fim de compreender como se constrói a identidade do ser humano, foi preciso examinar as relações de produção e poder nas quais ele está inserido. Além disso, foi importante se afastar das análises clássicas sobre o poder, que tendem a considerar modelos legais e institucionais que veem o poder como algo centralizado no Estado, uma perspectiva que era bastante comum na teoria marxista.

Essas discussões nos auxiliam no sentido de compreender como o sujeito se torna, ao mesmo tempo, agente e alvo das práticas de poder, das normas que regulam sua existência.

Conforme pontua Foucault (1995), o poder não se concentra em uma só instituição ou sujeito. Ele funciona como uma rede de relações que se impõe de forma capilar nas instituições, nas relações humanas, nas formas de governo. O poder age na sociedade se manifestando em uma relação de forças. Foucault (1995) destaca que por meio de instituições como escolas, prisões e hospitais, o poder atua, disciplinarmente, treinando os corpos, ajustando comportamentos e

configurando subjetividades. Essas práticas criam o "corpo dócil", que é regulado por técnicas de vigilância, exames e treinamentos, assegurando sua conformidade às exigências sociais.

Os sistemas de disciplina que regulam os corpos em prisões, hospitais psiquiátricos, quartéis, empresas, escolas e outros ambientes se manifestam como uma complexa e discreta tecnologia de controle, influenciando os movimentos, gestos e até mesmo os silêncios que orientam a rotina diária. Nas escolas, o poder se manifesta(va), por exemplo, por meio de técnicas de vigilância no modo como os alunos eram (são) enfileirados, de forma extremamente organizada, obedecendo a um tempo de permanência no pátio da escola antes de adentrarem em sala de aula, ou mesmo na saída da escola. Essa vigilância sobre os corpos dos alunos se prolonga na vida cotidiana. “Assim como na distribuição dos espaços, o controle sobre o tempo permanece introjetado na realização social da vida cotidiana e em todos os setores, inclusive na vida “pessoal e íntima” (Gregolin, 2015).

Mais do que restringir, as práticas disciplinares produzem os corpos e suas possibilidades de ação, transformando-os em campos de disputa para diversas forças de poder. O corpo é continuamente controlado e configurado, revelando como o poder atua em níveis microfísicos. No ENEM, o corpo do sujeito redator está sujeito a relações de poder, que estabelecem normas as quais se impõem nas competências e estabelecem critérios para uma boa redação. Esse sujeito se perfaz na sistematicidade da linguagem: ele está inserido em uma exigência que inclui a obediência a padrões de bem escrever.

Foucault (1995) argumenta que o poder não opera apenas como uma imposição externa, mas se infiltra nos próprios métodos e técnicas que constituem o saber sobre o corpo e o sujeito. As ciências humanas desempenham um papel fundamental nesse processo, estruturando subjetividades modernas e legitimando práticas de controle.

Corpo e sujeito, na perspectiva foucaultiana, são o resultado de uma complexa rede de práticas discursivas e não discursivas que disciplinam, normatizam e controlam. Compreender essa dinâmica permite uma análise crítica das formas como o poder opera nos aspectos mais sutis da vida cotidiana.

1.1.1. Poder e Poder Disciplinar

Apesar de não ter criado uma teoria sobre o poder, esse tema atravessa a obra de Michel Foucault, manifestando-se de diversas maneiras. Isso se evidencia tanto nas suas análises históricas quanto na postura provocativa que ele frequentemente adotou, cumprindo o que acreditava ser o verdadeiro papel de um intelectual. No entanto, ao analisar temas como a loucura ou a sexualidade, assim como as prisões e os asilos, Foucault sempre manteve uma preocupação com o poder. Por isso, a questão do poder está intrinsecamente ligada à sua obra e se torna um tema central em seu pensamento.

Para Michel Foucault, o poder não deve ser entendido apenas como uma força repressiva que impõe limites ou proibições, mas também como algo produtivo, que gera saberes, práticas e subjetividades. Ele se manifesta em todos os níveis da sociedade e está presente em todas as relações sociais. O poder disciplinar é uma forma específica de poder que emerge no século XVIII e se caracteriza pela organização e controle minucioso dos corpos e das populações. Esse poder se exerce através de instituições como prisões, escolas, hospitais e quartéis, onde técnicas específicas de vigilância e punição são aplicadas para disciplinar os corpos (Foucault, 1987).

Foucault desafia a concepção tradicional de poder, que o vê apenas como um mecanismo de repressão que emana de um centro específico, como o Estado ou um soberano. Em vez disso, ele argumenta que o poder é difuso e capilar, se estendendo por toda a sociedade e se manifestando nas relações cotidianas. O poder é, assim, intrínseco às relações sociais e não algo que pode ser possuído ou centralizado por uma entidade singular (Foucault, 1987).

A emergência do poder disciplinar no século XVIII marca uma transformação significativa na forma como o poder é exercido. Ao invés de ser aplicado de maneira visível e brutal, como nas execuções públicas, o poder disciplinar opera de maneira mais sutil e eficiente. A disciplina visa controlar não apenas as ações dos indivíduos, mas também seus corpos e mentes às normas sociais. Essa transformação é exemplificada pelo desenvolvimento de instituições disciplinares que monitoram, classificam e corrigem os indivíduos.

O conceito de biopoder, introduzido por Foucault, é crucial para entender essa nova forma de poder. O biopoder refere-se às técnicas e estratégias por

meio das quais o poder disciplinar gerencia a vida das populações. Diferente do poder soberano, que se expressa pelo direito de matar, o biopoder se preocupa com a administração, otimização e regulação da vida, abrangendo práticas de saúde pública, higiene, natalidade e mortalidade.

No contexto das instituições disciplinares, a vigilância desempenha um papel central. O conceito do panóptico, uma prisão idealizada por Jeremy Bentham e analisada por Foucault, ilustra como a vigilância contínua e invisível pode ser uma forma poderosa de controle. No panóptico, a possibilidade constante de ser observado leva os indivíduos a internalizarem as normas e autorregular seu comportamento, mesmo na ausência de uma autoridade visível.

A disciplina é uma técnica de poder que visa produzir corpos dóceis, que são fáceis de controlar e úteis para a sociedade. Através de uma série de normas, regras e procedimentos, os corpos são treinados para desempenhar funções específicas de maneira eficiente. O corpo dócil é uma nova categoria reconhecida pela sociedade capitalista em desenvolvimento, que remete aos guias do século XVII sobre o soldado ideal. Foucault (1987) apresenta uma descrição do corpo do soldado ideal com detalhes de sua postura, da separação milimétrica de cada imperativo de movimentação e estática:

O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas – essencialmente lutando – as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra. (Foucault, 1987, p. 119)

A imagem do soldado representa um novo modelo de homem que, mais tarde, se tornaria um objeto de esperança para a tecnologia de poder disciplinar: o homem adestrado, meticulosamente moldado, formado por meio de um trabalho cuidadoso, detalhado, prolongado e recorrente. Um corpo dócil.

Pode-se pensar sobre a figura de um corpo dócil, no ENEM, como aquele aluno que entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula, e o recompõe (Foucault, 1987, p. 119) para alcançar a Nota 1000. A história de Danilo Batista, único estudante do Maranhão a obter a pontuação máxima na redação do ENEM 2024, exemplifica bem esse processo. Em entrevista ao *Jornal da Mirante*, ele compartilhou sua trajetória e os desafios enfrentados para se adequar ao modelo exigido pelo exame. Ao relatar sua experiência, Danilo

afirmou: *"Foi uma surpresa, sim. A gente sonha com o mil, mas sempre considera muito difícil. Eu treinei bastante a redação, até porque precisamos dominar as características do texto dissertativo-argumentativo"* (MIRANTE, 2024). Sua fala revela o quanto o exame impõe um padrão que precisa ser dominado, deixando pouco espaço para improviso ou escrita espontânea. Mais do que um teste de habilidades, a redação do ENEM se apresenta como um treinamento disciplinar que exige um esforço contínuo de adaptação às suas regras.

Essa necessidade de adequação fica ainda mais evidente quando Danilo aconselha outros candidatos: *"Treine muito. Treino pesado, prova fácil. Claro que a prova sempre será um desafio, mas quanto mais o aluno treinar redação e tiver humildade para entender que sempre pode aprender, maiores serão as chances de sucesso"* (MIRANTE, 2024). O conselho, embora valioso, reforça a ideia de que alcançar um bom desempenho na redação não depende apenas de criatividade ou pensamento crítico, mas de um processo rigoroso de repetição e aperfeiçoamento dentro dos moldes exigidos pelo exame. Isso dialoga diretamente com a noção foucaultiana de normalização, em que a prática constante e a submissão às regras estabelecidas garantem que os indivíduos internalizem os padrões esperados. No caso do ENEM, a escrita do candidato não é apenas avaliada, mas treinada para se encaixar em um modelo idealizado, tornando-se previsível e padronizada.

A governamentalidade é outro conceito importante introduzido por Foucault para descrever a forma como o poder é exercido na modernidade. A governamentalidade refere-se à arte de governar não apenas os indivíduos, mas também populações inteiras, através de uma série de instituições, procedimentos, análises e reflexões que visam dirigir a conduta dos indivíduos. Isso inclui desde políticas econômicas e de saúde pública até práticas educacionais e de segurança (Veiga-Neto, 2019). Foucault (1999, p. 92) entende a emergência população enquanto ator político, no século XVIII, como um novo tipo de prática de poder. Ela passa a ser vista não mais na perspectiva de um conjunto de súditos sujeitos a um poder monárquico. O novo tipo de prática poder se refere a uma nova forma de governo. O governo, ou a governamentalidade, é uma prática de condução de condutas. Nessa prática as coisas se passam como se os desejos individuais estivessem sendo satisfeitos a

cada ação de governo, na medida em que as ações de governo, distantes de um modelo clássico de repressão, atuam no modelo da condução, do guia, do pastor.

Do ponto de vista da governamentalidade, a população é composta por membros que transformam a realidade atendendo aos desígnios do poder governamental. Os membros, ressalta Foucault (1999), são compostos de indivíduos que em sua natureza, fazem parte da mesma espécie e, em seu nível político, funcionam como a raiz do poder de Estado. Ao pressupor que os membros aceitem a condução biopolítica, Foucault (1999, p. 57) destaca que isso se configura o que de fato se delimita como população, ou seja, agir como uma população deve agir, seguindo uma condução biopolítica. Por outro lado, ao supor que os indivíduos, “num mercado, numa cidade dada [...] em vez de esperar, em vez de suportar a escassez, em vez de aceitar que o cereal seja caro [...] pratiquem retenções de cereal irracionais ou mal calculadas, e tudo irá encrencar”.

Revoltas populares emergem dessa situação causando o desvio na norma. Assim, a estabilidade proposta pelo governo se rompe e provoca o oposto ao que o biopoder tanto preza: a previsibilidade.

Podemos analisar criticamente as maneiras pelas quais as instituições modernas operam para produzir e manter a ordem social, revelando as complexas interações entre poder, saber e corpo.

1.1.2. Condições de Possibilidades e Normalização

As condições de possibilidades, conforme analisado por Michel Foucault, referem-se às circunstâncias históricas e sociais que permitem que certos discursos e práticas sejam possíveis em determinado momento. Foucault investiga como essas condições configuram o campo do possível e do impossível, do dizível e do indizível. Este conceito é crucial para entender como determinadas ideias e práticas emergem e se estabelecem como normativas dentro de um contexto histórico específico (Foucault, 1987).

Ao discutir as condições de possibilidades, Foucault enfatiza que o poder e o saber estão intrinsecamente ligados. As relações de poder estabelecem as condições sob as quais certos tipos de saber são possíveis, enquanto o saber, por sua vez, reforça e perpetua essas relações de poder. Isso cria uma dinâmica

em que o que pode ser conhecido e dito está sempre condicionado pelas estruturas de poder existentes.

A normalização é o processo pelo qual certos comportamentos, práticas e discursos são estabelecidos como normais e outros como anormais. Esse processo é fundamental para o exercício do poder disciplinar, pois permite a distinção entre o que deve ser corrigido ou punido e o que deve ser incentivado e recompensado. A normalização funciona através de uma série de técnicas e procedimentos que medem, classificam e hierarquizam os indivíduos, impondo padrões de comportamento e pensamento.

Foucault argumenta que a normalização é uma ferramenta central do poder disciplinar. Por meio de exames, avaliações e classificações, os indivíduos são continuamente comparados a uma norma ideal. Aqueles que se desviam dessa norma estão sujeitos à correção e punição. Esse processo não apenas controla o comportamento dos indivíduos, mas também interfere na formação de suas identidades e subjetividades, estabelecendo o que é considerado saudável, racional e aceitável.

As instituições modernas, como escolas, prisões e hospitais, são locais privilegiados onde a normalização é exercida de forma intensa. Essas instituições aplicam técnicas disciplinares para monitorar e corrigir os indivíduos, garantindo que eles se conformem aos padrões estabelecidos. Através de práticas como a vigilância contínua e os registros detalhados, essas instituições exercem um controle minucioso sobre os corpos e as mentes dos indivíduos.

Foucault também destaca a importância da vigilância na manutenção da normalização. O modelo panóptico de Jeremy Bentham, que Foucault utiliza como uma metáfora para a sociedade moderna, ilustra como a vigilância constante pode ser usada para disciplinar os indivíduos. No panóptico, a possibilidade de ser observado a qualquer momento funciona como uma autorregulação comportamental - mesmo na ausência de uma autoridade visível (Veiga-Neto, 2019).

No ENEM, analogamente ao panóptico, há uma vigilância sobre o candidato, que age segundo uma autorregulação comportamental para fins de aprovação. Nesse Exame é exercida uma vigilância sobre o que dizer e como dizer.

O processo de normalização não é apenas uma questão de imposição de regras, mas também de produção de sujeitos que se autodisciplinam. Por meio da internalização das normas, eles entram em uma ordem do discurso subjetivando-se segundo o que é considerado normal e aceitável

Este é um aspecto crucial da governamentalidade, em que o poder se exerce através da condução das condutas, em vez de coerção direta.

A normalização do sujeito é discutida por Foucault particularmente no tocante aos mecanismos de poder e controle social. Em *Vigiar e Punir* (1987), ele destaca como os sistemas de punição evoluíram ao longo da história, passando de punições públicas e cruéis para formas mais sutis de controle, como a vigilância constante e a normalização dos comportamentos. O conceito de "normalização" está relacionado ao modo como a sociedade impõe padrões de conduta e formas de controle disciplinar. Em *História da Loucura* (2014), além de ter como tema central a história da loucura e a construção social da doença mental, Foucault analisa também como a sociedade constrói normas sobre o que é considerado "normal" e "anormal". A institucionalização dos loucos reflete um processo de normalização do sujeito, que é comparado à exclusão e marginalização dos que não se ajustam aos padrões. Em *A arqueologia do saber* (2008), Foucault discute como os discursos e as formas de conhecimento podem ser usados para criar e manter normas. A normalização do sujeito, de certa forma, é uma consequência da produção do saber que regula os comportamentos, ideias e atitudes das pessoas em uma sociedade. N'A *Ordem do Discurso* (1996), suas investigações incidem sobre os mecanismos pelos quais os discursos são produzidos e controlados, o que também envolve a normalização das identidades e comportamentos. A normalização, aqui, aparece como uma forma de controle da linguagem e do conhecimento, que exerce influência sobre como os sujeitos se veem e se comportam. Em *Segurança, Território, População* (1999), Foucault explora como as sociedades modernas passaram a organizar os indivíduos por meio de práticas de controle populacional e normativo, associadas à biopolítica e às técnicas de segurança. A normalização, neste caso, está ligada ao gerenciamento da população e ao controle das condutas dos indivíduos.

Conforme se observa, os conceitos de biopoder, vigilância e controle são centrais para entender como Foucault analisa a normalização do sujeito e o papel do poder na formação da subjetividade e no comportamento humano.

Entender as condições de possibilidades e a normalização em Foucault nos permite uma análise crítica das formas como o poder opera na sociedade. Essa abordagem nos leva a questionar as práticas sociais e as instituições que conduzem nossa vida e nosso cotidiano. Ao entender as técnicas de normalização e as condições de possibilidade, podemos desenvolver uma compreensão mais crítica e reflexiva das estruturas de poder que nos cercam, permitindo-nos resistir e desafiar as formas de controle que nos definem.

2. A MICROPOLÍTICA DA VIGILÂNCIA: PUNIÇÃO, VIGILÂNCIA E REGIME DE VISIBILIDADE

Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault descreve a evolução das práticas de punição, desde as punições corporais públicas até o surgimento das prisões modernas. A punição se transforma de um espetáculo público de dor e sofrimento para uma forma mais sutil e eficiente de controle social, em que a vigilância constante se torna o principal mecanismo de disciplina. Este deslocamento reflete uma mudança na estratégia de poder: de um poder que se manifesta fisicamente para um poder que opera através da mente e do comportamento dos indivíduos (Foucault, 1987).

A vigilância, exemplificada pelo panóptico de Bentham, é uma técnica que permite o controle constante dos indivíduos através da possibilidade de serem observados a qualquer momento. Esta técnica cria um regime de visibilidade - o simples fato de estar potencialmente sob vigilância induz a uma regulação do comportamento. No panóptico, a arquitetura garante que os presos não saibam quando estão sendo observados, levando-os a internalizar a vigilância e agir conforme as normas estabelecidas, mesmo na ausência de um observador direto.

A transformação das práticas de punição reflete uma mudança mais ampla nas formas de poder. O poder disciplinar, diferente do poder soberano, não se manifesta através da imposição direta de violência, mas através de mecanismos sutis e contínuos de controle e correção. A prisão, como instituição central do poder disciplinar, exemplifica essa mudança, funcionando não apenas como um local de confinamento, mas como um espaço onde os indivíduos são monitorados, classificados e reformados para se tornarem cidadãos obedientes e produtivos.

Foucault argumenta que a vigilância é uma ferramenta fundamental para a normalização. Por meio da vigilância, o poder disciplinar é capaz de exercer controle sobre os corpos e mentes, sobre suas ações e pensamentos para uma conformação às normas sociais. A vigilância não é apenas uma técnica de controle, mas também uma forma de produção de saber, pois permite a coleta de informações detalhadas sobre os indivíduos, e podem ser usadas para ajustar e reforçar as práticas disciplinares (Lemke, 2017).

O panoptismo, como descrito por Foucault, é mais do que uma mera técnica arquitetônica; é um princípio geral de organização social. A lógica do panóptico se estende além das prisões, influenciando a organização de escolas, hospitais e fábricas, onde a vigilância contínua e a regulação comportamental são utilizadas para disciplinar os indivíduos. Este modelo de vigilância cria uma sociedade na qual todos são potencialmente observadores e observados, reforçando a conformidade através de uma rede difusa de controle (Souza & Furlan, 2018).

O processo de autovigilância é crucial para o funcionamento do poder disciplinar, pois permite que o controle seja mantido de maneira eficiente e econômica. Os indivíduos se tornam agentes do próprio controle, perpetuando as normas sociais sem a necessidade de coerção externa contínua (Sahlins, 2018).

A governamentalidade, um conceito-chave em Foucault, descreve como o poder se exerce através da administração da vida e da conduta dos indivíduos e populações. A vigilância e a disciplina são componentes centrais dessa forma de poder, que busca governar não apenas pelo uso de leis e regulamentos, mas também pela gestão das condutas cotidianas. A governamentalidade envolve uma combinação de técnicas de vigilância, regulação e normalização que se estendem a todas as esferas da vida social (Foucault, 1987).

Foucault destaca que a vigilância e a punição são formas de biopoder, que se preocupa com a gestão da vida das populações. O biopoder opera através da regulação dos corpos e da administração das condições de vida, buscando otimizar a saúde, a produtividade e a segurança. A vigilância contínua permite o monitoramento detalhado das populações, fornecendo os dados necessários para a gestão eficiente da vida social (Foucault, 1987).

A vigilância, portanto, não é apenas uma técnica de controle, mas uma forma de produção de sujeitos. Esse processo de subjetivação é central para o funcionamento do poder disciplinar, que depende da cooperação ativa dos indivíduos na manutenção das normas e da ordem social.

Conforme destaca Pogrebinski (2004, p. 197), existe um elemento comum que transita entre o poder disciplinar e o biopoder, a disciplina e a regulamentação, permitindo a manutenção do equilíbrio entre a ordem disciplinar do corpo e a ordem aleatória da população. Esse aspecto é a norma,

“que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (Foucault 1999, p. 302).

A norma da disciplina e a norma da regulamentação resultam no que Foucault denomina de sociedade de normalização, que é regida por uma norma ambivalente, na qual coexistem indivíduo e população, corpo e vida, individualização e massificação, disciplina e regulamentação.

2.1 Regime de Visibilidade e Corpo Dócil

Conforme já demonstrado neste trabalho, o poder se manifesta sob diferentes modos. O período que abrange do século XVII até o início do século XIX trouxe transformações significativas em pelo menos duas dimensões do poder. A primeira, que é o foco principal das obras de Foucault sobre essa época, refere-se à alteração nos paradigmas de punição e penalização do crime, passando de uma economia penal baseada no suplício para uma economia penal centrada no cárcere. Além disso, houve uma outra mudança, mais sutil, que diz respeito aos paradigmas da visibilidade, transitando de uma visibilidade espetacular associada ao suplício para uma visibilidade vigilante no panóptico. Foucault (1987) dedica algumas páginas de "Vigiar e Punir" a essa transformação estrutural, que pode ser vista como uma alteração nas práticas visíveis do poder.

Um regime de visibilidade não se baseia apenas no que é visto, mas na maneira como uma realidade é tornada visível por meio de dinâmicas de poder (Foucault, 1987). Analisar um aspecto de um regime de visibilidade envolve questionar como práticas, instituições, tecnologias e procedimentos se conectam para produzir, como um efeito de conjunto, a regulação de uma população, criando um ponto de interseção entre a vida e a política.

A visibilidade, para Foucault, não é apenas uma técnica de controle, mas também uma forma de produção de saber. Através da vigilância contínua, é possível coletar informações sobre o comportamento dos indivíduos, que podem ser usadas para ajustar e reforçar as práticas disciplinares. A vigilância, assim, produz conhecimento sobre os corpos e permite um controle mais eficaz e minucioso.

No regime de visibilidade, a disciplina é exercida de forma contínua e sutil e produz uma autorregulação. O processo de autovigilância é crucial para o

funcionamento do poder disciplinar, pois torna o controle mais eficiente e econômico.

O corpo dócil é aquele que foi treinado e disciplinado para ser obediente e útil. Foucault descreve como as técnicas de disciplina transformam os corpos em corpos dóceis, capazes de ser manipulados, utilizados e controlados de maneira eficiente.

A disciplina dos corpos não é apenas uma questão de imposição de normas, mas também de produção de sujeitos que se autodisciplinam. Através da internalização das normas, os indivíduos aprendem a se comportar de maneiras que são consideradas normais e aceitáveis, tornando-se agentes do próprio controle. Este processo de subjetivação é central para a governamentalidade, em que o poder se exerce através da condução das condutas.

Foucault argumenta que o poder disciplinar não é apenas repressivo, mas também produtivo. Ele não apenas impõe limites e restrições, mas também produz corpos e subjetividades que são conformes às normas sociais.

A governamentalidade envolve uma combinação de técnicas de vigilância, regulação e normalização que se estendem a todas as esferas da vida social. A vigilância contínua permite o monitoramento das populações, fornecendo os dados necessários para a gestão eficiente da vida social. Através da regulação dos corpos e da administração das condições de vida, o biopoder busca otimizar a saúde, a produtividade e a segurança.

A formação discursiva é crucial para entender como a vigilância e a disciplina são naturalizadas e legitimadas na sociedade. Os discursos sobre crime, loucura e desvio, por exemplo, ajudam a justificar as práticas de vigilância e disciplina como necessárias para a ordem social. Esses discursos produzem saberes que reforçam as práticas disciplinares, mostrando como o poder e o saber estão intrinsecamente ligados.

Nossos esforços, nesta pesquisa, se direcionam para uma compreensão do regime de visibilidade e o conceito de corpo dócil em Foucault, que nos possibilita uma análise crítica das formas como o poder opera na sociedade como as normas sociais são estabelecidas e mantidas para manutenção e controle dos corpos. Esta análise oferece uma visão poderosa das complexas interações entre poder, saber e subjetividade. Entendemos que serão

importantes para nossa pesquisa, tendo em vista que nos ajudarão a compreender como as competências da redação do ENEM podem atuar conformando os corpos dos sujeitos a uma norma ditada por elas sobre bem escrever.

2.2 Formação Discursiva e Arquivo

Não se pode dizer qualquer coisa em qualquer época, é preciso considerar as condições históricas para o aparecimento de um objeto discursivo que o garantem “dizer alguma coisa” e se relacionar com outros objetos. O discurso, entendido como um conjunto de enunciados que se baseiam em uma mesma formação discursiva, não tem apenas um sentido ou uma verdade única; ele carrega, principalmente, uma trajetória histórica.

A formação discursiva, para Foucault, refere-se ao conjunto de regras e práticas que estruturam o que pode ser dito e pensado dentro de um determinado campo do saber. Ao invés de ser simplesmente um reflexo da realidade, os discursos são práticas que constituem essa realidade, ao determinar o que é considerado verdadeiro ou falso. Essa ideia é fundamental para entender a interconexão entre poder e conhecimento na produção de subjetividades.

A formação discursiva implica a existência de regularidades que governam os discursos em um campo específico. Essas regularidades não surgem de forma espontânea ou aleatória; elas são resultado de práticas históricas e sociais que, ao longo do tempo, determinam quais enunciados são legitimados e quais são excluídos. Em outras palavras, nossa forma de pensar e falar está regulada por um conjunto de regras e condições que são historicamente determinadas e variam conforme o contexto histórico e social em que nos encontramos. Dessa forma, Foucault (2008) nos leva a compreender que os discursos não são neutros, mas estão sempre imersos em um campo de possibilidades e restrições, regido por normas que definem o que pode ser dito e o que é silenciado.

É nesse contexto que o conceito de "arquivo" se torna crucial. Para Foucault, o arquivo não se refere simplesmente a uma coleção de documentos, mas ao sistema que regula a aparição e circulação dos discursos. O arquivo é a lei que define o que pode ser dito, preservado e transmitido ao longo do tempo,

e o que é esquecido ou marginalizado. Ele organiza o campo do saber e da memória social e a forma como a sociedade lembra e interpreta seu passado (Foucault, 2008).

A partir dessa perspectiva, podemos refletir sobre como os discursos, como o de bem-escrever uma redação, passaram por transformações ao longo do tempo, especialmente no contexto do vestibular e do ENEM. Será que as condições que possibilitaram a manutenção desses discursos ao longo do tempo são as mesmas, ou houve mudanças nas regras e normas que definem o que é considerado um bom discurso, dependendo do contexto histórico e social em que se insere?

Assim, ao discutir a formação discursiva e o arquivo, Foucault nos oferece uma chave para entender como os discursos não apenas refletem a realidade, mas também a constroem, definindo as condições do que é considerado verdadeiro, aceitável e, muitas vezes, normal em diferentes períodos históricos.

O arquivo–não é simples repositório de informações, mas uma estrutura ativa que organiza e controla a produção de saberes. Ele estabelece as regras que governam a formação dos discursos, determinando o que pode ser conhecido e dito em determinado momento histórico. Isso implica que o saber é sempre condicionado por relações de poder, possibilidades e limites.

Foucault argumenta que o poder e o saber são indissociáveis; não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem qualquer saber que não pressupõe e não constitui ao mesmo tempo relações de poder. As práticas discursivas, assim, são formas de exercício de poder que produzem e legitimam conhecimentos específicos, enquanto excluem outros.

A formação discursiva, ao estabelecer o que pode ser dito, também cria subjetividades. A formação discursiva não apenas regula o conhecimento, mas também produz sujeitos que se conformam às normas e expectativas sociais.

No contexto da educação, por exemplo, a formação discursiva define o currículo e as práticas pedagógicas, determinando o que é considerado conhecimento válido e quais métodos são aceitos para transmitir esse conhecimento. Este processo não é neutro, mas está impregnado de relações de poder que privilegiam certos saberes e práticas em detrimento de outros.

A análise de Foucault sobre o arquivo revela como a memória social é construída e controlada. O arquivo não apenas preserva certos discursos, mas

também exclui e apaga outros. Este processo de seleção é fundamental para a manutenção das estruturas de poder, pois garante que apenas certos saberes e práticas sejam reconhecidos e valorizados (Foucault, 1987).

A formação discursiva e o arquivo, juntos, fornecem um quadro teórico poderoso para analisar como os discursos são produzidos, transmitidos e controlados. Eles revelam as formas sutis e complexas através das quais o poder se exerce na sociedade, como pode ser conhecido e dito (Souza & Furlan, 2018).

A compreensão desses conceitos é crucial para uma análise crítica das instituições sociais, como a educação, a medicina e a justiça, que são arenas privilegiadas nas quais as formações discursivas e os arquivos operam de maneira intensa.

A formação discursiva e o arquivo são conceitos fundamentais para entender as dinâmicas de poder e saber na sociedade. Eles nos permitem ver como as normas e os conhecimentos são produzidos e mantidos. Esta análise nos leva a questionar e desafiar as formas de controle que operam através do saber e do discurso.

A análise foucaultiana da formação discursiva e do arquivo nos fornece ferramentas críticas para investigar como as práticas discursivas constituem e limitam o campo do possível em diferentes contextos históricos e sociais. Ao examinar as regras que governam a produção e a circulação dos discursos, podemos entender melhor as formas sutis e complexas através das quais o poder se exerce na sociedade.

3. O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM): CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE

Nesta seção, apresentamos as condições que possibilitaram a criação do Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM. Para isso, tomamos de empréstimo duas perguntas de Foucault (assinado por Maurice Florence *apud* Houisman, 2001), para abordarmos as questões referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio: em que condições uma coisa pode tornar-se objeto para um conhecimento possível, de que modo ela pôde ser problematizada como objeto a conhecer?

O ENEM foi criado em 1998 e está diretamente relacionado à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9.394/96, que estabeleceu um novo marco para a educação no Brasil. A LDB enfatiza a importância da avaliação do desempenho dos estudantes e a necessidade de um sistema de avaliação que possa contribuir para a melhoria da qualidade do ensino:

Artigo 35 – O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Artigo 36 – O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

- I. destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;
- II. Adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;
- III. será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo dentro das disponibilidades da instituição.

Parágrafo primeiro – Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

- I. domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II. conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- III. domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Parágrafo segundo – O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo terceiro – Os cursos de ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

Parágrafo quarto – A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (BRASIL, 1996b).

Vale destacar que para essa mudança, a consolidação da lei LDB 9.394/96, foi significativa. E isso é especialmente relevante no que diz respeito à inclusão de novas competências essenciais, conteúdos e abordagens que estão alinhadas aos princípios pedagógicos de identidade, diversidade e autonomia, além dos princípios de interdisciplinaridade e contextualização, que foram adotados como base para o currículo do Ensino Médio. (Vilanova, 2023)

A consolidação da LDB possibilita o surgimento do ENEM, que por sua vez, reflete os princípios dessa Lei ao buscar garantir uma educação de qualidade e ao oferecer uma forma de avaliação que considera a diversidade do sistema educacional brasileiro.

Os objetivos do ENEM, ao propor avaliar o desempenho dos estudantes permitia ir além dos tradicionais vestibulares. Os vestibulares, até então, eram realizados individualmente por cada universidade, o que muitas vezes resultava em um processo fragmentado e exclusivista, não acessível a todos os estudantes, especialmente aqueles de regiões mais remotas ou com menos recursos. Com o ENEM, o governo buscava criar um mecanismo que pudesse servir tanto para diagnosticar os níveis de aprendizagem quanto para democratizar o acesso ao ensino superior, através de um sistema unificado de avaliação (Scharf, 2014).

A introdução do ENEM alterou significativamente o panorama educacional brasileiro. O exame foi desenhado para testar competências e habilidades acumuladas ao longo dos anos de estudo, ao invés de apenas memorização de conteúdo. Isso incentivou as escolas a adaptarem seus currículos e métodos de ensino, direcionando-os para um modelo mais inclusivo e abrangente que preparasse os alunos para desafios práticos e teóricos. As questões interdisciplinares e a redação, que fazem parte do exame, são reflexos desse novo enfoque (Costa; Martins, 2020).

Conforme já destacado, nas edições iniciais, o Enem tinha como principal objetivo avaliar o desempenho dos alunos que concluíam o Ensino Médio. No entanto, com a evolução do exame e as mudanças trazidas pela LDB 9394/96,

houve uma flexibilização que permitiu aos estudantes ingressarem nas Instituições de Ensino Superior (IES). Isso ocorreu devido à introdução do termo "processo seletivo" pelo Artigo 44º, que eliminou a obrigatoriedade dos vestibulares no Brasil (BRASIL, 1996). Essa alteração na legislação abriu novas oportunidades na educação brasileira, levando os governos, ao longo das últimas décadas, a incentivar as IES, especialmente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a adotarem o ENEM em seus processos de seleção (MELO, 2017).

O ENEM começou a ser utilizado como critério de seleção para o ingresso em universidades públicas por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), o que aumentou ainda mais sua relevância. Este sistema permitiu que estudantes de todo o país concorressem a vagas em instituições de ensino superior de forma mais justa e uniforme, considerando que muitos não teriam condições de viajar para fazer múltiplos vestibulares em diferentes estados.

O ENEM também passou a ser utilizado em programas de bolsas de estudo, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior. O exame se tornou um componente vital nas políticas de inclusão educacional e social, representando uma oportunidade real para que jovens de baixa renda pudessem acessar a educação superior (Souza, 2017).

A implementação do ENEM como ferramenta de acesso ao ensino superior também trouxe desafios, incluindo a necessidade de uma infraestrutura robusta para aplicar o exame simultaneamente em todo o território nacional. Além disso, questões sobre a preparação adequada dos estudantes para um exame de tal magnitude e a pressão psicológica associada a ele são constantemente discutidas tanto por educadores quanto por alunos. (Paulinelli, Fortunato, 2016).

Apesar desses desafios, o ENEM continua a ser uma peça central na estratégia de educação do Brasil, refletindo as mudanças e as continuidades na política educacional do país. A criação do ENEM não foi apenas uma medida de avaliação, mas um movimento em direção a um sistema educacional mais integrado e inclusivo, que reconhece e tenta superar as desigualdades históricas de acesso à educação de qualidade no Brasil. (Souza, 2017).

Desde a sua criação em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio tem passado por várias transformações significativas, tanto em sua estrutura quanto nos seus objetivos. Inicialmente concebido como um instrumento de avaliação da qualidade do ensino médio em todo o Brasil, o ENEM evoluiu para se tornar a principal porta de entrada para o ensino superior no país, alterando profundamente a dinâmica do acesso à educação universitária e influenciando a própria pedagogia do ensino médio (Feitosa, 2018).

Sua popularidade atingiu o ápice em 2004, quando passou a oferecer bolsas de estudo para escolas particulares por meio da iniciativa ProUni (Programa Universidade para Todos). Posteriormente, com a introdução do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e do FIES (Fundo de Investimento Estudantil), que visam proporcionar acesso aos cursos de graduação, o Enem ampliou sua abrangência em todo o Brasil. (Costa; Martins, 2020).

O objetivo principal do Exame Nacional do Ensino Médio é avaliar os referenciais cognitivos que contribuem para a aquisição contínua de conhecimento. Esses referenciais são cultivados e reforçados por meio de vários aspectos da existência de quem se submete a esse Exame, incluindo a natureza e o calibre de suas interações com os domínios tangível e social. O conhecimento, em essência, é um produto das interações contínuas em que os indivíduos se envolvem, que são então validadas coletivamente por toda a população (Brasil, 2017).

Ser aprovado no Enem pode ter um significado muito importante na vida de um jovem. Pode significar que ele se sente competente em termos de referenciais cognitivos, já que correspondeu a uma dinâmica de poder, que exigiu dele conhecimentos e habilidades. Pode representar a conquista de um sonho, como o acesso ao ensino superior e a possibilidade de seguir uma carreira desejada. Além disso, pode trazer um sentimento de realização pessoal e motivação para continuar seus estudos. Para muitos, é uma porta de entrada para novas oportunidades, tanto acadêmicas quanto profissionais, e isso pode impactar positivamente a autoestima e a visão de futuro do jovem. O ENEM se torna objeto para um autoconhecimento e para um conhecimento de um futuro que se espera seja promissor.

Numa perspectiva crítica desse processo seletivo, a criação do ENEM faz parte da política educacional do governo do presidente Fernando Henrique

Cardoso cujo objetivo era formar mão-de-obra adequada às exigências do sistema produtivo. (Melo, 2012). A pedagogia das competências seria a solução para suprir as necessidades do mercado.

Além de questões objetivas, o Exame também avalia a capacidade de escrita do aluno por meio da elaboração de um texto dissertativo-argumentativo. O texto deve obedecer às competências especificadas, conforme descritas nas orientações fornecidas, e demonstrar a capacidade do aluno de reflexão, persuasão, argumentação e resolução de problemas em relação à questão social apresentada no tema. Os critérios de avaliação da parte escrita são baseados nas competências de avaliação definidas na matriz do Enem.

Essas habilidades são categorizadas e avaliadas com base nos processos que contribuem para a unidade textual, incluindo gramática, repertório, coerência e coesão. As classificações variam de 0 a 5, sendo o Nível 0 correspondente a 0 pontos, o Nível 1 correspondente a 40 pontos, o Nível 2 correspondentes a 80 pontos, o Nível 3 correspondentes a 120 pontos, o Nível 4 correspondentes a 160 pontos e o Nível 5 correspondentes a 200.

Embora possa ter suas limitações, a criação de uma matriz de competências para avaliação dos textos do Enem é vista como uma ferramenta que pode atender simultaneamente aos requisitos estabelecidos pelos conceitos linguísticos nas regulamentações educacionais e de ensino oficiais.

A estrutura inicial do exame consistia em uma prova com questões que abrangiam as áreas do conhecimento comuns ao currículo nacional do ensino médio. A redação, desde o início, fazia parte do exame, servindo como um componente crítico para avaliar a capacidade dos alunos de expressar suas ideias de maneira coesa e coerente. No entanto, ao longo dos anos, percebeu-se que o ENEM poderia desempenhar um papel ainda mais significativo no sistema educacional.

A mudança mais substancial ocorreu em 2009, quando o seu formato foi completamente reformulado. O exame passou de uma avaliação mais geral do conhecimento escolar para uma prova com forte ênfase em habilidades e competências. A nova estrutura foi inspirada em modelos de avaliação educacional utilizados internacionalmente, que focam mais em raciocínio lógico e capacidade de resolver problemas do que em memorização de conteúdo. Essa mudança refletiu uma adaptação às necessidades contemporâneas da

educação e do mercado de trabalho, que valorizam a capacidade de pensar criticamente e de maneira interdisciplinar (Lima; do Nascimento, 2021).

Com essa integração, o ENEM ganhou uma maior importância, tornando-se um dos exames mais relevantes do Brasil. O número de participantes cresceu exponencialmente, com milhões de estudantes prestando o exame anualmente. Essa expansão trouxe desafios logísticos enormes, incluindo a necessidade de garantir a segurança das provas, a idoneidade do processo de aplicação e a correção eficiente de milhões de exames.

Ao longo dos anos, o ENEM adaptou-se às mudanças tecnológicas e sociais, incorporando, por exemplo, o uso de detectores de metal nos locais de prova e a implementação de procedimentos mais rígidos para evitar fraudes. Essas mudanças refletem o compromisso contínuo do MEC em manter a integridade e a relevância do exame.

A trajetória do ENEM desde sua criação é a história de uma adaptação constante às necessidades educacionais e sociais do Brasil. O exame não só revolucionou a maneira como os estudantes acessam o ensino superior, mas também influenciou profundamente a metodologia pedagógica nas escolas de ensino médio, estabelecendo-se como um componente central na política educacional brasileira (Lima; do Nascimento, 2021).

Ainda que o ENEM tenha enfrentado desafios, como questões logísticas relacionadas à aplicação de um exame de tão grande escala e preocupações com a segurança e a integridade do processo, os benefícios trazidos por sua implementação são indiscutíveis. O exame não apenas mudou a maneira como os alunos são avaliados e as escolas se organizam, mas também alterou fundamentalmente o panorama do acesso ao ensino superior no Brasil. (Leonardo, 2020).

O processo de elaboração das questões do Exame Nacional do Ensino Médio é meticuloso e complexo, refletindo o compromisso do exame com a qualidade educacional e a avaliação precisa das competências e habilidades dos estudantes. Este processo envolve várias etapas, desde a seleção de temas até a formulação de perguntas e a definição dos critérios de correção, com um enfoque particular na interdisciplinaridade, que é uma das marcas registradas do ENEM (Costa; Martins, 2020).

A escolha dos temas das questões é guiada por uma matriz de referência que define as competências e habilidades que devem ser avaliadas. Esta matriz é elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que é responsável pela aplicação do ENEM. Os temas são selecionados para abranger um amplo espectro de áreas do conhecimento, incluindo linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas

A interdisciplinaridade é um aspecto central na seleção de temas, buscando integrar diferentes áreas de conhecimento em uma única questão quando possível. Esta abordagem não só reflete a realidade complexa e multifacetada dos problemas contemporâneos, mas também prepara os estudantes para pensar de maneira mais holística e integrada, uma habilidade essencial tanto no ensino superior quanto no mercado de trabalho (Costa; Martins, 2020).

Após a seleção dos temas, a próxima etapa é a formulação das perguntas. Este processo é realizado por uma equipe de especialistas em cada área de conhecimento, que trabalham com o propósito de elaborar questões claras, precisas e alinhadas com os objetivos educacionais do exame. As perguntas são projetadas para testar uma gama de habilidades, desde o conhecimento factual até a capacidade de análise crítica, interpretação de textos, raciocínio lógico e resolução de problemas. (Scharf, 2014).

A formulação das perguntas também leva em consideração a diversidade cultural e socioeconômica dos estudantes brasileiros. É fundamental que as questões sejam inclusivas e acessíveis a todos os candidatos, independentemente de sua origem ou formação. Além disso, a equipe de elaboração busca evitar qualquer viés ou sensibilidade cultural que possa prejudicar a equidade do exame. Os critérios de correção são definidos com o objetivo de avaliar se os estudantes conseguiram demonstrar as habilidades e competências esperadas em cada questão. Para as questões objetivas, o processo de correção é mais direto, baseando-se na seleção da alternativa correta entre as apresentadas. No entanto, a correção das questões discursivas e da redação é mais complexa, envolvendo avaliadores treinados que seguem parâmetros detalhados para garantir uma avaliação justa e consistente (Costa; Martins, 2020).

Para as questões discursivas e a redação, são utilizados critérios que avaliam aspectos como a clareza da expressão, a organização das ideias, a adequação ao tema e a profundidade da análise. A redação, por exemplo, é corrigida com base em cinco competências que incluem o domínio da norma culta da língua, a capacidade de organizar e relacionar argumentos e, especialmente, a elaboração do tema de forma coerente e aprofundada. A redação deve abordar o tema proposto de maneira completa e articulada, desenvolvendo uma argumentação sólida e relevante, além de incluir uma proposta de intervenção para o problema abordado, demonstrando a capacidade do participante em propor soluções concretas e eticamente adequadas (Paulinelli, Fortunato, 2016).

O processo de elaboração do tema da redação do ENEM enfrenta diversos desafios, como manter a relevância e a atualidade das questões, garantir a sua imparcialidade e precisão, e lidar com a enorme escala do exame, que é aplicado a milhões de estudantes em todo o Brasil. Para enfrentar esses desafios, o INEP realiza revisões constantes do processo de elaboração das questões, incluindo pré-testes com grupos de estudantes e revisões por pares para validar a qualidade e a adequação das questões (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, responsável pelo ENEM, busca temas que promovam a interdisciplinaridade e a contextualização, permitindo aos estudantes aplicarem conhecimentos de diversas áreas, como história, sociologia, filosofia e ciências, em suas argumentações. A escolha é feita para que o tema seja acessível a todos os candidatos, independentemente de sua região ou contexto social, evitando qualquer viés que possa favorecer um grupo de estudantes em detrimento de outros. (Paulinelli, Fortunato, 2016).

Entendemos ser possível responder as duas perguntas feitas no início desta seção. O ENEM, como objeto a conhecer, é compreendido por meio de um processo crítico que envolve a análise de suas condições históricas, sociais e culturais de aparecimento. Ele vai se perfazendo em um processo de regulação das subjetividades, e obedece a regras de formação que se ajustam, já em 1998, com uma matriz de competências e habilidades associadas ao

conteúdo do ensino fundamental e médio e, também, às propostas ocorridas com a LDB 9.394/96.

O ENEM pode ser problematizado como um objeto quando se torna um tema de investigação que revela as relações de poder que o envolvem, enquanto um processo disciplinador e normalizador de condutas. Refletir sobre como ele vai se constituindo e se legitimando implica em enxergá-lo além do óbvio; implica em compreendê-lo em sua dinâmica de normalização do corpo que a ele vai se submetendo.

O Enem pode ser entendido como um exame que funciona como uma forma de controle do que é ensinado no ensino médio, e que também permite a qualificação, classificação e punição dos indivíduos que não atingem a nota e têm seu texto reprovado, servindo, assim, como meio de vigilância e normalização.

A normalização pode ser traduzida, dentre outras coisas, na forma como se apresentam para o candidato as competências que ele deve demonstrar em sua redação.

A avaliação da redação no ENEM é baseada em cinco competências específicas, cada uma valendo até 200 pontos, totalizando um máximo de 1000 pontos. Nas competências, o candidato deve:

1. **Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita:** esta competência avalia a capacidade do candidato de escrever um texto formal, respeitando as regras gramaticais da língua portuguesa.
2. **Compreender a proposta da redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo:** aqui, é crucial que o candidato entenda o que é pedido e consiga interligar seu conhecimento de mundo com o tema proposto, estruturando seu texto de acordo com os princípios da dissertação argumentativa.
3. **Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista:** esta competência envolve a habilidade de construir uma argumentação lógica, selecionando e organizando ideias de forma coesa.

4. **Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação:** refere-se ao uso eficaz de elementos como conectivos, estruturas sintáticas e recursos estilísticos que auxiliam na articulação das ideias e na persuasão do leitor.
5. **Elaborar uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos:** essencialmente, o candidato deve ser capaz de propor soluções viáveis para as questões discutidas no texto, demonstrando visão crítica e respeito aos princípios éticos e aos direitos humanos.

As competências deixam claro que o candidato ao exame deve obedecer à ordem do discurso desse processo seletivo, não sendo possível escrever qualquer coisa de qualquer modo, sob pena de ter o seu corpo supliciado com a reprovação. A reprovação expõe o candidato ao olhar público (da família, dos amigos) e isso é devastador para sua autoestima.

O processo de correção das redações do ENEM é rigoroso e segue procedimentos estritos para assegurar a imparcialidade e a consistência das avaliações. Cada redação é corrigida por, pelo menos, dois avaliadores independentes, que não têm contato entre si. Cada avaliador analisa a redação com base nas cinco competências e atribui uma nota para cada uma delas. Se a discrepância entre as notas dos dois avaliadores for superior a 100 pontos em qualquer competência, um terceiro avaliador é convocado para corrigir novamente a redação. Se ainda houver discrepância significativa, a redação é encaminhada para uma banca especial, garantindo assim uma avaliação justa e equilibrada (Scharf, 2014).

Esse processo de correção por dupla e, quando necessário, tripla, demonstra uma preocupação do INEP com o sistema avaliativo das redações. A parte da redação do ENEM é fundamental para avaliar competências que são cruciais não apenas para o sucesso acadêmico, mas para a atuação consciente e crítica dos estudantes como cidadãos. Desde a escolha dos temas até o processo de correção, cada etapa é cuidadosamente planejada para desafiar os estudantes a pensarem de maneira crítica e a expressar suas ideias de forma clara e estruturada (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019).

O Exame Nacional do Ensino Médio possui um papel significativo na configuração das práticas educacionais em todo o Brasil, especialmente no que se refere à redação, uma das partes mais críticas do exame. As diretrizes e o formato adotados para a redação do ENEM estabelecem um quadro de normalização que influencia diretamente a maneira como os sujeitos redatores, ou seja, os estudantes são avaliados. Este processo de normalização tem implicações profundas para a expressão individual e criativa dos candidatos, afetando a forma como eles interagem com o texto e articulam suas ideias (Scharf, 2014).

A normalização na redação do ENEM começa com a estrutura do texto exigido: uma dissertação argumentativa com proposições claras e uma conclusão que deve propor intervenções práticas para os problemas abordados. Esta estrutura é essencial para testar a capacidade dos estudantes de organizar e expressar seus pensamentos de uma forma que não apenas demonstre competência linguística, mas também habilidades críticas e analíticas (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019).

Ao exigir que todos os candidatos adotem esse formato específico, o ENEM promove uma uniformidade que tem dois lados. Por um lado, essa uniformidade assegura que os estudantes sejam avaliados de maneira equitativa, com todos seguindo o mesmo conjunto de regras. Por outro lado, essa padronização pode restringir a liberdade expressiva dos estudantes, limitando as formas através das quais eles podem apresentar suas ideias (Souza, 2017).

As diretrizes rigorosas da redação do ENEM podem limitar a expressão individual dos candidatos de várias maneiras. Primeiro, ao definir o tipo de texto e os critérios de avaliação, o exame indiretamente desencoraja a experimentação com diferentes formas e estilos literários que poderiam ser mais representativos das capacidades e personalidades individuais dos estudantes. A redação se torna, então, não apenas um exercício de argumentação, mas também de conformidade (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019).

Além disso, a exigência de uma "proposta de intervenção" que respeite os direitos humanos, embora crucial para fomentar a conscientização social e ética, pode ser vista como uma restrição à liberdade de explorar soluções mais controversas ou inovadoras. Os candidatos podem se sentir compelidos a optar

por respostas mais seguras e convencionais que acreditem ser mais aceitáveis aos olhos dos avaliadores.

Uma das críticas mais persistentes ao ENEM diz respeito à subjetividade envolvida na correção das redações. Embora o exame utilize um sistema de avaliação detalhado, que divide a redação em cinco competências, cada uma com critérios específicos de pontuação, ainda existem relatos de grandes variações nas notas atribuídas a redações similares. Essas variações podem ser atribuídas à interpretação pessoal dos corretores, que, apesar de treinados, podem ter percepções diferentes sobre o que constitui uma boa argumentação ou uma proposta de intervenção adequada.

Além disso, o uso de dois ou mais corretores para cada redação, embora seja uma tentativa de minimizar a subjetividade, não elimina completamente as discrepâncias. Em casos em que as notas dos primeiros dois corretores diferem significativamente, uma terceira correção é necessária, o que adiciona mais uma camada de subjetividade ao processo. Isso pode levar a uma sensação de injustiça e arbitrariedade entre os estudantes, afetando a credibilidade do exame.

Outra crítica frequente é a pressão criada pelo formato padronizado da redação. O ENEM exige que os candidatos produzam um texto dissertativo-argumentativo seguindo diretrizes estritas, o que pode ser uma fonte de ansiedade significativa. Essa estrutura rígida limita a expressão criativa dos candidatos, forçando-os a adequar suas ideias de acordo com um modelo predefinido. Para muitos estudantes, especialmente aqueles com estilos de escrita mais criativos ou não convencionais, isso pode ser desmotivador.

Segundo (Souza, 2017), a pressão para se conformar a esse modelo não apenas inibe a criatividade, mas também pode desencorajar os estudantes de desenvolver uma voz própria em suas escritas. Além disso, a necessidade de memorizar e aplicar fórmulas para a redação perfeita pode desviar o foco do desenvolvimento de habilidades de escrita mais fundamentais, como a capacidade de pensar criticamente e expressar opiniões de maneira coerente e persuasiva.

Educadores também enfrentam desafios significativos devido ao formato do ENEM. Muitos professores sentem-se pressionados a ensinar especificamente para o exame, o que pode levar a uma educação

excessivamente focada em testes em detrimento de um aprendizado mais holístico e significativo. A necessidade de cobrir extensivamente o formato da redação do ENEM muitas vezes limita o tempo disponível para explorar diferentes tipos de escrita e abordagens pedagógicas que poderiam beneficiar os alunos de maneira mais ampla.

Para os alunos, o desafio é duplo. Eles devem não apenas dominar o conteúdo acadêmico abrangente exigido pelo ENEM, mas também aprender a navegar em um sistema de avaliação que pode parecer opressor e limitante. A pressão para alcançar uma pontuação alta para garantir uma vaga em uma universidade de prestígio pode ser avassaladora, levando a altos níveis de estresse e ansiedade.

Embora o ENEM continue sendo uma ferramenta importante para o acesso ao ensino superior no Brasil, as críticas ao seu formato e metodologia de avaliação destacam a necessidade de reformas contínuas. Abordar a subjetividade na correção das redações ajuda a reduzir as pressões decorrentes do formato padronizado e apoiar educadores e alunos de maneira mais eficaz são passos essenciais para melhorar o exame. Aprimorar o ENEM requer um compromisso contínuo com a justiça e a transparência, assegurando que todos os candidatos tenham a oportunidade de demonstrar suas habilidades e conhecimentos em um ambiente que valorize a diversidade de pensamento e a expressão individual. Somente assim o exame poderá continuar a servir como uma ferramenta eficaz e equitativa para a medição do sucesso educacional e para o acesso ao ensino superior no Brasil.

3.1 A Cartilha do Participante do ENEM: norma e normalização

A Cartilha do Participante do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2024 tem uma função fundamental no processo de orientação dos candidatos, oferecendo diretrizes claras sobre a elaboração da redação dissertativo-argumentativa. Ao apresentar os critérios de avaliação e os aspectos estruturais da redação, a cartilha não só instrui os participantes, mas também desempenha um papel crucial na normalização das práticas discursivas, estabelecendo um conjunto de regras. A Cartilha é um documento elaborado com a colaboração de diversos órgãos responsáveis pela administração e regulamentação do exame.

Os principais responsáveis pela criação e divulgação da cartilha são o Ministério da Educação (MEC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). A cartilha é divulgada anualmente, com o objetivo de fornecer informações essenciais aos participantes do ENEM, orientando sobre os procedimentos, as regras e as especificações da prova, além de detalhar as competências e exigências relacionadas à redação.



Figura 1 - Cartilha do Participante do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2024

A Cartilha do Participante surgiu como um documento informativo e orientador para os candidatos, com o objetivo de tornar o exame mais acessível e compreensível, fornecendo diretrizes claras sobre como o exame seria conduzido e o que dele era esperado. Sua primeira versão foi publicada em 2009, acompanhando a reformulação do ENEM, que passou a ser utilizado como mecanismo único para o acesso à educação superior no Brasil. Desde então, a cartilha tem sido atualizada anualmente, refletindo mudanças no formato da prova, nas competências exigidas, e em como o sistema educacional tem evoluído em resposta às demandas sociais e políticas. A Cartilha do Participante passou a desempenhar um papel central na preparação dos candidatos, pois além de orientar sobre o formato da prova, ela contribui

diretamente para a construção do sujeito redator, moldando sua prática discursiva e adequando-a aos parâmetros definidos pela instituição.

Publicada em formato digital, a Cartilha do Participante é disponibilizada no site oficial do INEP e pode ser acessada gratuitamente por qualquer interessado. O material possui, geralmente, um número variável de páginas, com uma média de 30 a 40, dependendo do ano e das atualizações necessárias. O conteúdo da cartilha serve para informar os candidatos sobre todos os aspectos da realização do exame, incluindo o formato das provas, os critérios de avaliação, os horários, as orientações sobre a redação e as regras de segurança e conduta durante o exame. Além disso, a cartilha traz detalhes sobre os direitos e deveres dos participantes, bem como sobre os procedimentos de correção e divulgação de resultados.

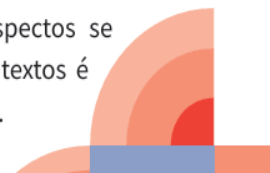
A cartilha, enquanto documento, não é apenas uma fonte de informação prática, mas também um instrumento de normalização. De acordo com o dicionário Aurélio, uma "cartilha" é um "manual que ensina ou orienta sobre determinado assunto", muitas vezes associado a algo didático e de fácil entendimento. No entanto, ao ser aplicada no contexto do ENEM, a cartilha adquire um papel mais complexo. Ela não se limita a ser um simples manual instrucional, mas atua como um regulador do comportamento discursivo dos candidatos. Ao fornecer diretrizes sobre a forma, o conteúdo e as exigências da redação, a cartilha impõe uma série de normas que os sujeitos devem internalizar e reproduzir. Dessa forma, a cartilha não apenas transmite informações, mas também contribui para o processo de normalização das práticas discursivas, ao normalizar a escrita dos candidatos de acordo com os critérios estabelecidos pelo exame.

Neste trabalho, a análise se concentrará na Cartilha do Participante do ENEM 2024. A escolha por essa cartilha justifica-se por algumas razões. Em primeiro lugar, 2024 é um ano crucial, pois marca a continuidade de um exame que, ao longo dos anos, passou a ser cada vez mais centralizado em seu formato e nos critérios de avaliação. A cartilha de 2024 reflete uma consolidação das práticas avaliativas que foram sendo gradualmente implementadas ao longo das edições anteriores do exame. Além disso, a cartilha desse ano representa um marco importante, pois reflete o momento pós-pandemia, no qual o sistema educacional brasileiro buscou se ajustar a novas realidades e desafios. A

adaptação das exigências de redação e o reforço das competências avaliadas podem trazer à tona novas formas de normatização que merecem ser analisadas criticamente, considerando o contexto contemporâneo e as transformações nas práticas educacionais.

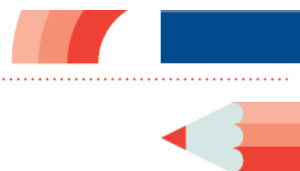
Analisar a cartilha de 2024 é um exercício de compreensão sobre como o ENEM e suas normativas continuam a moldar o sujeito redator e como as diretrizes para a redação impõem um modelo de comportamento que pode ser visto como uma forma de controle, de acordo com a teoria de Foucault. O exame, por meio da cartilha, não apenas avalia as habilidades dos candidatos, mas também os disciplina, estabelecendo um padrão de argumentação e expressão que os participantes devem se ajustar para alcançar o sucesso na prova. Dessa forma, a Cartilha do Participante do ENEM 2024 oferece um campo fértil para a análise da normalização do sujeito no contexto da educação brasileira. O parágrafo que antecede a apresentação das Competências se propõe como objetivo “explicitar os critérios de avaliação, de modo a ajudar” o participante “na sua avaliação para o exame”, ou seja, a cartilha apoia-se em um discurso instrutivo com “boas intenções”:

Apresentamos, a seguir, o detalhamento das cinco competências a serem avaliadas na sua redação. Nosso objetivo é explicitar os critérios de avaliação, de modo a ajudar na sua preparação para o exame. Ainda que entendamos que o texto é uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para construir a textualidade, a avaliação dos textos é separada por competências, o que torna o processo mais objetivo.



3.2 A competência I do ENEM: entre a inclusão e a exclusão

1.1 COMPETÊNCIA I



DEMONSTRAR DOMÍNIO DA MODALIDADE ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Competência I avalia se o(a) participante domina a modalidade escrita formal da língua portuguesa, o que inclui o conhecimento das convenções da escrita, entre as quais se encontram as regras de ortografia e de acentuação gráfica regidas pelo atual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Além disso, o domínio da modalidade escrita formal será observado na adequação do seu texto em relação tanto às regras gramaticais quanto à construção sintática.

Inep, 2024

A Competência I da redação do ENEM, que avalia o domínio da norma padrão da língua escrita, pode ser compreendida como uma prática de normalização do sujeito, inserindo-se no contexto das reflexões de Foucault sobre a relação entre poder, saber e sujeito. A exigência dessa competência reflete a imposição de um determinado padrão linguístico como instrumento de acesso ao ensino superior, evidenciando a maneira como as instituições educacionais podem atuar no processo de normalização dos sujeitos. Essa perspectiva é sustentada pelas diretrizes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que enfatizam a importância do domínio da norma culta da língua como um dos critérios de avaliação da prova de redação (Brasil, 2024).

É crucial reconhecer que tal normalização não se limita ao âmbito linguístico. Segundo Foucault (1987), as práticas disciplinares, como as empregadas nas avaliações educacionais, são mecanismos de poder que moldam não apenas o comportamento, mas também a identidade dos indivíduos, submetendo-os a uma constante vigilância e avaliação. Este processo de normalização, aplicado através da Competência I da redação do ENEM, estabelece um padrão de escrita que vai além da correção gramatical, influenciando o modo como o aluno se expressa e, consequentemente, como ele se percebe e é percebido socialmente. Esse padrão de escrita e a

expectativa de quem participa do ENEM estão sob o olhar do(a) avaliador(a) da redação:

Para que você tenha mais clareza a respeito das expectativas em relação a um(a) conculinte do ensino médio no que se refere ao domínio da modalidade escrita formal, apresentamos, a seguir, os principais aspectos que guiam o olhar do(a) avaliador(a) no momento de definir o nível em que seu texto se encontra na Competência I.

Primeiramente, você deve atentar ao fato de que a escrita formal é a modalidade da língua associada a textos do tipo dissertativo-argumentativo. Assim, você será alertado(a) sobre a obrigatoriedade de usar a modalidade formal já na proposta de redação: “A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo **em modalidade escrita formal da língua portuguesa** sobre o tema...”.

Brasil, 2024, p. 12

A abordagem de Foucault sobre a normalização se entrelaça com as discussões sobre a função social do ENEM. Lima e do Nascimento (2021) analisam como o exame pode configurar-se como um espaço de inclusão ou exclusão, dependendo do repertório linguístico e cultural do candidato. A partir dessa perspectiva, a Competência I não apenas avalia o conhecimento da norma padrão, mas também atua como um filtro social, selecionando aqueles que se adequam ao discurso dominante promovido pelas instituições educacionais.

Ademais, a política de escrita imposta pelo ENEM, conforme analisado por Leite (2023), reflete e reproduz discursos hegemônicos, alinhando-se às práticas de poder descritas por Foucault. Ao exigir o domínio da norma culta, o exame não apenas avalia habilidades linguísticas, mas também promove uma determinada visão de mundo, estabelecendo um padrão de pensamento e expressão que se alinha aos interesses das elites dominantes.

É essencial considerar as implicações pedagógicas e sociais dessa prática de normalização. Piunti e Anunciato (2021) destacam como o ENEM e a noção de competências têm impactado o trabalho docente e o currículo escolar, priorizando a preparação para o exame em detrimento de uma educação mais crítica e reflexiva. Essa orientação reforça a visão de Foucault sobre o exame como uma ferramenta de poder que não apenas classifica e hierarquiza, mas também forma sujeitos de acordo com determinadas normas e expectativas.

Assim, ao analisar a Competência I da redação do ENEM sob a ótica foucaultiana, torna-se evidente que sua função vai muito além da simples avaliação linguística. Ela é parte integrante de um sistema mais amplo de normalização que influencia a formação de subjetividades, reproduz desigualdades sociais e perpetua discursos e práticas de poder.

A Competência I do ENEM, focada no domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, estabelece um campo tensionado entre os ideais de inclusão e as práticas de exclusão no cenário educacional brasileiro. Essa competência avaliativa não apenas reflete o domínio técnico da língua, mas também se insere em um contexto mais amplo de normas sociais e culturais que determinam quais formas de expressão são valorizadas ou marginalizadas no ambiente acadêmico. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ressalta a importância de aderir à norma culta como um critério para aferir a capacidade do aluno de se comunicar efetivamente por meio da escrita, posicionando essa competência como essencial para o sucesso no exame (Brasil, 2024).

Contudo, essa exigência revela uma complexidade subjacente à medida que impõe um padrão linguístico específico, o que pode refletir e reforçar desigualdades sociais e educacionais. A norma culta, muitas vezes, distancia-se das variantes linguísticas vivenciadas por uma parcela significativa dos estudantes, especialmente aqueles provenientes de contextos menos favorecidos socioeconômica e culturalmente. Assim, a imposição de um único padrão de língua escrita pode não apenas desvalorizar a diversidade linguística e cultural, mas também atuar como uma barreira para o acesso de estudantes à educação superior, reforçando mecanismos de exclusão (Foucault, 1987).

A dialética entre inclusão e exclusão é ampliada quando se considera a função social do ENEM como via de acesso ao ensino superior. Embora proposto como um instrumento de democratização do acesso à universidade, o exame pode inadvertidamente perpetuar desigualdades ao privilegiar aqueles que têm maior familiaridade com o padrão linguístico exigido. Essa situação é agravada pela disparidade de recursos disponíveis para a preparação para o exame, com estudantes de escolas públicas ou de baixa renda muitas vezes tendo menos acesso a materiais de estudo, cursos preparatórios e outras formas de suporte educacional (Lima; do Nascimento, 2021).

A crítica à normalização imposta pela Competência I do ENEM não é apenas uma questão de diversidade linguística, mas também um reflexo das dinâmicas de poder na sociedade. Michel Foucault, em suas reflexões sobre poder e saber, destaca como as instituições educacionais servem como mecanismos de controle social, estabelecendo normas que definem o conhecimento válido e as formas aceitáveis de expressão (Foucault, 1996). Nesse sentido, o ENEM funciona como um instrumento de poder que não apenas avalia conhecimentos específicos, mas também impõe uma norma cultural que alinha os estudantes a um conjunto de valores e expectativas sociais.

A Competência I do ENEM representa um ponto crítico no debate sobre inclusão e exclusão no sistema educacional brasileiro. Embora se proponha a avaliar uma habilidade fundamental para o desempenho acadêmico e profissional, sua execução prática levanta questões importantes sobre equidade, diversidade e o papel da educação como instrumento de emancipação ou de perpetuação de desigualdades. Refletir sobre essas questões é fundamental para avançar em direção a um sistema educacional que reconheça e valorize a diversidade de seus estudantes, promovendo a inclusão de forma efetiva e significativa (Feitosa, 2018).

O domínio da norma culta da língua portuguesa é um requisito fundamental na redação do Exame Nacional do Ensino Médio, não apenas como uma exigência formal, mas como um reflexo do conhecimento linguístico do candidato e de sua habilidade de se comunicar eficazmente em contextos formais. Este domínio revela a capacidade do estudante de manejar a língua de modo que suas ideias sejam expressas com clareza, precisão e adequação, elementos essenciais para qualquer forma de comunicação escrita, especialmente em avaliações acadêmicas que têm impacto direto no futuro educacional do indivíduo.

A norma culta é considerada a variedade linguística de prestígio, utilizada em contextos formais e que segue as regras gramaticais clássicas. No ambiente acadêmico e profissional, dominar essa forma da língua é crucial, pois é frequentemente interpretada como indicativo de educação e competência. No ENEM, a habilidade de escrever conforme a norma culta é diretamente avaliada

e pontuada, o que reforça sua importância não apenas como uma habilidade linguística, mas como um critério de avaliação educacional.

O uso adequado da norma culta na redação do ENEM permite que o examinador avalie o nível de conhecimento linguístico do candidato. Este conhecimento não se limita apenas ao uso correto de gramática e ortografia, mas inclui também a habilidade de organizar pensamentos de forma lógica, utilizar um vocabulário variado e aplicar estilos de escrita que se alinhem ao propósito do texto. Portanto, um candidato que demonstra bom domínio da norma culta não está apenas seguindo regras, está também mostrando sua capacidade de pensar e articular pensamentos de forma clara e estruturada.

Em contextos formais, a clareza e a precisão são vitais, e a aderência à norma culta garante que a mensagem não seja apenas compreendida, mas que também seja levada a sério. Isso é particularmente importante em situações acadêmicas e profissionais, onde a forma de expressão pode influenciar a credibilidade do autor e a recepção de suas ideias. No ENEM, os textos são avaliados não só pelo conteúdo, mas também pela forma; dominar a norma culta pode significar a diferença entre um texto que é persuasivo e bem-recebido e um que não é.

Apesar de sua importância, o domínio da norma culta não é uma tarefa fácil para todos os estudantes. Muitos enfrentam dificuldades devido a uma variedade de fatores, incluindo a qualidade da educação linguística que receberam, diferenças regionais na fala e escrita, e até mesmo questões relacionadas ao acesso a recursos educacionais. Esses desafios destacam a necessidade de políticas educacionais que não apenas valorizem a norma culta, mas que também forneçam suporte adequado para que todos os estudantes possam alcançar esse domínio.

Em resumo, o domínio da norma culta na redação do ENEM é mais do que uma exigência formal; é um componente crítico que reflete o conhecimento linguístico do estudante e sua capacidade de se comunicar efetivamente em contextos formais. Este domínio não apenas aumenta a clareza e a persuasão da comunicação, mas também prepara os estudantes para desafios futuros em contextos acadêmicos e profissionais, em que a capacidade de expressar-se de forma competente e precisa é indispensável. Assim, a relevância da norma culta transcende o exame, influenciando as oportunidades educacionais e

profissionais dos candidatos, ao mesmo tempo em que destaca a importância de um ensino linguístico abrangente e acessível a todos.

A habilidade de construir frases complexas que respeitem as normas gramaticais é essencial na escrita formal. Frases bem construídas devem ser gramaticalmente corretas e estilisticamente adequadas, contribuindo para a progressão lógica do texto. Muitos estudantes têm dificuldades com a estrutura das frases, especialmente com a coordenação e subordinação adequadas, o que pode resultar em frases fragmentadas ou excessivamente longas e confusas. O desafio aqui é duplo: entender profundamente a gramática normativa e aplicar esse conhecimento de forma que as frases não apenas façam sentido, mas também enriqueçam o texto.

Os desafios da escrita formal têm um impacto direto na clareza e na persuasão do texto. Um vocabulário mal escolhido, erros de conjugação e frases mal construídas podem obscurecer o significado pretendido e enfraquecer os argumentos do escritor. Por outro lado, uma escrita precisa, clara e gramaticalmente correta não só transmite profissionalismo e credibilidade, mas também torna os argumentos mais convincentes e a leitura mais agradável (Lopes, 2017).

Em situações nas quais os detalhes são essenciais, como em textos científicos, jurídicos ou acadêmicos, qualquer imprecisão pode não apenas comprometer a compreensão do leitor, mas também questionar a autoridade do texto. Portanto, o domínio da norma culta é indispensável para garantir que cada termo utilizado contribua para uma apresentação precisa e inequívoca das ideias.

A persuasão é a habilidade de convencer o leitor sobre uma determinada visão ou argumento. Aqui, o domínio da norma culta pode ser particularmente influente, pois textos bem escritos e que seguem as regras formais da língua tendem a ser percebidos como mais autoritativos e confiáveis. A utilização de uma estrutura gramatical correta e de um estilo adequado pode reforçar a força dos argumentos apresentados, aumentando a capacidade do texto de persuadir o leitor (Brambila; Vidon, 2019).

Além disso, a habilidade de articular argumentos complexos de forma clara e lógica é essencial para persuadir efetivamente. Um texto que utiliza a norma culta para organizar e apresentar os argumentos de maneira coesa e

coerente tende a ter um impacto mais significativo sobre o leitor, facilitando a aceitação das conclusões ou recomendações do autor.

O impacto da norma culta na interpretação do texto é, portanto, multifacetado, influenciando diretamente a clareza, a precisão e a persuasão. Ao dominar a escrita formal, os autores podem garantir que seus textos não apenas atinjam seus objetivos comunicativos, mas também sejam recebidos com o nível de seriedade e respeito que desejam. Isso é particularmente relevante para estudantes que se preparam para o ENEM, pois uma boa pontuação na redação pode depender crucialmente da capacidade de escrever de acordo com a norma culta, mostrando que eles estão prontos não apenas para se comunicar de forma eficaz, mas também para demonstrar competência acadêmica e cultural exigida pelo exame (Scharf, 2014).

A avaliação das redações no Exame Nacional do Ensino Médio é um processo rigoroso e criterioso, especialmente no que diz respeito ao domínio da norma culta da língua portuguesa. Os corretores do ENEM são orientados a avaliar diversos aspectos linguísticos e textuais, utilizando critérios específicos para pontuar a competência linguística dos candidatos. Neste contexto, entender como essa avaliação é conduzida é fundamental para os estudantes que almejam uma boa pontuação na redação do exame (Costa; Martins, 2020).

Os corretores do ENEM utilizam uma matriz de avaliação que define os critérios pelos quais as redações são pontuadas. A competência linguística é uma das cinco competências avaliadas, sendo fundamental para a atribuição da nota final da redação. Dentro dessa competência, são considerados diversos aspectos relacionados ao domínio da norma culta, tais como (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019):

- Domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa: Avalia a capacidade do candidato de utilizar adequadamente a norma culta em seu texto, incluindo o uso correto de ortografia, pontuação, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, entre outros aspectos gramaticais.

Dentro desses critérios, os corretores consideram uma série de aspectos linguísticos e textuais para avaliar o domínio da norma culta. Alguns dos principais aspectos avaliados incluem (Brasil, 2024):

Ortografia e acentuação

Os corretores verificam se o candidato emprega corretamente as regras de ortografia e acentuação da língua portuguesa. Erros nesses aspectos podem indicar falta de atenção ao detalhe e comprometer a qualidade geral do texto.

Concordância verbal e nominal

É avaliada a concordância entre o sujeito e o verbo, bem como entre substantivos e adjetivos. O uso inadequado da concordância pode prejudicar a clareza e a compreensão do texto.

Regência verbal e nominal

Os corretores observam se o candidato utiliza corretamente as preposições exigidas pelos verbos e substantivos. O uso incorreto da regência pode comprometer a correção gramatical e a coerência do texto.

Pontuação

É avaliado se o candidato utiliza adequadamente os sinais de pontuação, como vírgulas, ponto-e-vírgulas e pontos finais, para indicar pausas, separar elementos e organizar a estrutura frasal. Uma pontuação inadequada pode dificultar a compreensão do texto.

Coesão e coerência

Os corretores verificam se o texto apresenta uma sequência lógica de ideias e se os elementos textuais estão bem articulados entre si. O uso adequado de conectivos e de referentes contribui para a coesão textual, enquanto a consistência argumentativa garante a coerência do texto.

Metodologia de avaliação

A avaliação das redações no ENEM é realizada de forma independente por dois corretores, que atribuem notas de 0 a 200 pontos para cada uma das

cinco competências avaliadas. Caso haja uma diferença significativa entre as notas atribuídas pelos dois corretores, a redação é encaminhada para um terceiro corretor, que irá realizar uma nova avaliação para definir a nota final.

Durante a correção, os corretores utilizam uma folha de resposta padronizada, na qual são registradas as notas atribuídas para cada competência, bem como os comentários e justificativas para as pontuações. Os corretores são orientados a seguir critérios objetivos e a considerar o texto como um todo, sem fazer julgamentos subjetivos com base em preferências pessoais (Sousa Filho; Araújo, 2017).

O domínio da norma culta é um dos fatores determinantes para a pontuação final da redação do ENEM. Os candidatos que demonstram um excelente domínio da língua portuguesa, com poucos ou nenhum erro gramatical, tendem a receber notas mais altas nessa competência, o que contribui significativamente para a nota final da redação. Além disso, um texto bem escrito, que segue as convenções da norma culta e apresenta uma argumentação clara e precisa, tende a ser mais bem compreendido e avaliado pelos corretores, o que pode resultar em uma pontuação mais alta em todas as competências avaliadas. (Scharf, 2014).

O domínio da escrita formal contribui para a credibilidade do autor e para a autoridade do texto, uma vez que demonstra um alto nível de profissionalismo e competência linguística. Os leitores tendem a valorizar textos que seguem as convenções da norma culta da língua portuguesa, uma vez que isso indica que o autor é capaz de expressar suas ideias de maneira clara, precisa e coerente. Existem diversas estratégias que os autores podem utilizar para garantir a coerência e a coesão textuais em seus textos dissertativo-argumentativos.

3.3 A competência II do ENEM: Repertório e Tipologia

1.2 COMPETÊNCIA II

COMPREENDER A PROPOSTA DE REDAÇÃO E APLICAR CONCEITOS DAS VÁRIAS ÁREAS DE CONHECIMENTO PARA DESENVOLVER O TEMA DENTRO DOS LIMITES ESTRUTURAIS DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO EM PROSA

Brasil, 2024

A competência II baseia-se nos princípios estruturais e composicionais da tipologia argumentativa da tese, e a CII avalia a capacidade do aluno em compreender uma proposta de tese e desenvolver um tema e defender uma opinião através de uma tipologia estrutural e de questões socioculturais (Costa; Martins, 2020). Para obter a maior pontuação na competência, os alunos precisam compreender sugestões de redação e aplicar conceitos de cada área do conhecimento para desenvolver temas dentro das restrições estruturais de um texto dissertativo em prosa.

Espera-se que o aluno compreenda toda a proposta de tese constituída por um tema social, político ou cultural específico e desta forma forme um texto de tese argumentativo que seja capaz de convencer o revisor através de argumentos e que deve ser justificado. Defender um ponto de vista através de alguma área do conhecimento humano. O CII avalia a capacidade do aluno de ler, compreender, argumentar, persuadir e escrever (Costa; Martins, 2020).

A interpretação correta da proposta de redação no Exame Nacional do Ensino Médio é uma habilidade crucial para o sucesso dos candidatos, pois é o fundamento sobre o qual todo o texto será construído. A capacidade de entender com precisão o que é solicitado na proposta é essencial, pois direciona a estruturação do argumento, a escolha dos exemplos, e, mais profundamente, a própria abordagem do tema. Uma leitura atenta e meticulosa da proposta permite aos estudantes evitarem desvios do tema, assegurando que todos os argumentos apresentados estejam em conformidade com o que foi pedido, maximizando assim suas pontuações (Lopes, 2017).

A proposta de redação do ENEM é cuidadosamente elaborada para apresentar um tema que requer não apenas conhecimento factual, mas também

uma análise crítica e a capacidade de formular argumentos e soluções. Entender completamente a proposta significa mais do que apenas captar o tópico geral; envolve apreender nuances e subtemas que podem ser cruciais para desenvolver uma discussão equilibrada e abrangente. Essa compreensão começa com a identificação precisa das palavras-chave dentro do enunciado, que sinalizam os focos principais que os avaliadores esperam encontrar no texto (Lopes, 2017).

Uma leitura atenta envolve várias camadas de interpretação. Inicialmente, é a análise literal do que é lido, seguida pela interpretação do que o tema sugere além do texto visível. Por exemplo, se o tema aborda "os impactos da tecnologia na educação", o candidato deve identificar não apenas os aspectos óbvios, como o uso de computadores e internet nas escolas, mas também considerar questões mais amplas como a acessibilidade tecnológica e suas implicações socioeconômicas (Costa; Martins, 2020).

Desviar-se do tema proposto é um dos erros mais comuns e prejudiciais na redação do ENEM. Isso geralmente ocorre quando o candidato não compreende totalmente a proposta ou quando possui preconceções sobre o assunto que não se alinham com o enunciado dado. A Cartilha do Participante do ENEM 2024 destaca que há dois tipos principais de desvios: tangenciamento, que ocorre quando o candidato aborda o assunto de forma parcial, sem aprofundar-se no tema central, e fuga ao tema, que é quando o texto não trata do tema proposto de maneira alguma. Além disso, a cartilha reforça a importância de respeitar a tipologia textual dissertativo-argumentativa exigida na prova.

O segundo aspecto a ser avaliado no seu texto é a compreensão da proposta de redação, composta por um tema específico a ser desenvolvido na forma de **texto dissertativo-argumentativo** — ou seja, a proposta exige que o(a) participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é um texto em que, por meio de argumentação, se faz a defesa de uma ideia ou de um ponto de vista. É mais do que uma simples exposição de ideias; por isso, você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo, devendo assumir claramente um ponto de vista. Além disso, é preciso que o ponto de vista que você irá defender esteja relacionado ao

tema definido na proposta. Assim, você atenderá às exigências expressas pela Competência II da Matriz de Referência para a Redação do Enem. Trata-se, portanto, de uma competência que avalia as habilidades integradas de leitura e de escrita.

Manter-se fiel ao tema requer uma vigilância constante durante o processo de escrita, assegurando que cada parágrafo contribua de forma relevante para a questão em discussão. Fica clara a exigência da Cartilha para que o corpo se mantenha fiel: **“é preciso que o ponto de vista que você irá defender esteja relacionado ao tema definido na proposta. Assim, você atenderá às exigências expressas pela Competência II”** (grifamos).

Os candidatos devem, regularmente, revisitar a proposta durante a redação do texto para verificar se estão mantendo o foco correto, evitando assim a penalização severa por tangenciar ou fugir do tema (Souza, 2017; Brasil, 2024).

Uma má interpretação da proposta pode levar a uma série de consequências negativas. Além de possíveis pontuações baixas, devido ao desvio do tema, há o risco de desenvolver um texto que seja incoerente ou superficial. Esses textos falham em demonstrar a capacidade crítica esperada no ENEM e podem deixar de impressionar os avaliadores quanto à maturidade intelectual e argumentativa do candidato (Paulinelli, Fortunato, 2016).

A interpretação acurada da proposta de redação no ENEM é fundamental para o sucesso na elaboração de um texto que não apenas atenda às expectativas dos avaliadores, mas que também reflita uma compreensão profunda e bem-articulada do tema. Uma abordagem metódica na leitura da proposta pode significar a diferença entre um texto mediano e um excepcional, demonstrando que o candidato está plenamente preparado para os desafios acadêmicos e profissionais futuros. A redação do Exame Nacional do Ensino Médio representa um desafio singular para os candidatos, não apenas por exigir habilidades de escrita refinadas, mas também pela necessidade de aplicar conhecimentos interdisciplinares na construção de argumentos. A capacidade de integrar saberes de diversas áreas como história, sociologia, ciências, entre outras, não apenas enriquece a argumentação, mas também promove um desenvolvimento mais completo e matizado do tema proposto. Esta exigência reflete a tendência contemporânea da educação que valoriza a capacidade de conectar e aplicar conhecimentos de múltiplas disciplinas para resolver problemas complexos (Lopes, 2017).

A interdisciplinaridade na redação do ENEM permite que o candidato construa uma argumentação robusta e fundamentada. Por exemplo, ao abordar um tema como "os impactos ambientais do consumo", um estudante pode enriquecer sua redação ao integrar conceitos de ecologia (Ciências Naturais) com discussões sobre hábitos de consumo (Economia) e suas repercussões sociais (Sociologia). Tal abordagem não só demonstra um entendimento abrangente do tema, mas também capacita o candidato a apresentar uma análise mais complexa e menos superficial, o que é altamente valorizado nos critérios de avaliação do exame (Scharf, 2014).

A utilização de conhecimentos de diferentes áreas ajuda a criar ligações lógicas entre causas e consequências que podem não ser evidentes quando se considera apenas uma perspectiva unidisciplinar. Esse uso interdisciplinar de informações é fundamental para o conceito de repertório sociocultural produtivo, conforme descrito na Cartilha do Participante do ENEM 2024:

Outro aspecto avaliado na Competência II é a presença de **repertório sociocultural**, que se configura como uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribua como argumento para a discussão proposta.

A partir dessas considerações, seguem algumas recomendações para atender plenamente às expectativas em relação à Competência II:

- leia com atenção a proposta da redação e os textos motivadores para compreender bem o que está sendo solicitado;
- reflita sobre o tema proposto para definir qual será o foco da sua discussão, isto é, para decidir como abordá-lo, qual será o ponto de vista adotado e como defendê-lo;
- não copie trechos dos textos motivadores. A recorrência de cópia é avaliada negativamente e fará que sua redação tenha uma pontuação mais baixa ou, até mesmo, seja anulada como cópia;
- evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores. Você pode se apropriar dessas ideias para construir sua argumentação, mas não deve se esquecer de utilizar informações que extrapolem a prova de redação e sejam relacionadas a uma área do conhecimento (repertório sociocultural);
- selecione, a partir de seus conhecimentos próprios, e não apenas dos textos motivadores, informações de áreas do conhecimento pertinentes ao tema e articule-as de modo produtivo no seu texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudá-lo a validar seu ponto de vista. Informações e citações soltas no texto, por mais variadas e interessantes que sejam, perdem sua relevância quando não associadas produtivamente à defesa do ponto de vista desenvolvido em seu texto;
- mantenha-se dentro dos limites do tema proposto, tomando cuidado para não se afastar do seu foco. Esse é um dos principais problemas identificados nas redações. Nesse caso, duas situações podem ocorrer: fuga total ou tangenciamento ao tema.

Brasil, 2024

Conforme podemos observar, a Cartilha vai docilizando os corpos por meio de um discurso pedagógico que vai instruindo o que o participante deve fazer: leia com atenção para compreender bem o que está sendo solicitado, reflita sobre o tema proposto, não copie trechos dos textos motivadores, evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores, selecione, a partir de seus conhecimentos próprios, e não apenas dos textos motivadores, informações de áreas do conhecimento pertinentes ao tema e articule-as de modo produtivo no seu texto, mantenha-se dentro dos limites do tema proposto

são orientações da Cartilha que conformam o sujeito participante na produção de sua redação.

Um repertório sociocultural produtivo é aquele que contribui de maneira significativa para a argumentação, ampliando e enriquecendo a discussão do tema proposto. Por outro lado, um repertório improdutivo, ou seja, informações irrelevantes ou desconectadas do tema, pode prejudicar a coesão e a coerência do texto, desviando a argumentação principal e comprometendo a nota da redação. A cartilha enfatiza que o sucesso na redação do ENEM depende não apenas do conhecimento de múltiplas áreas, mas também da capacidade de integrar esses conhecimentos de forma pertinente e articulada (Brasil, 2024).

Integrar conhecimentos de diversas disciplinas permite um tratamento mais completo do tema. Isso porque a realidade é multifacetada e os problemas contemporâneos raramente se encaixam dentro das fronteiras de uma única área do conhecimento. Ao escrever sobre "o envelhecimento da população brasileira", um estudante pode enriquecer sua discussão ao abordar o tema sob a ótica da demografia (Geografia), examinar as implicações para o sistema de saúde (Saúde Pública), e considerar as mudanças necessárias nas políticas de trabalho e previdência (Política). Cada uma dessas perspectivas contribui para uma compreensão mais holística e profundamente informada do tema, facilitando a proposição de soluções mais eficazes e realistas (Souza, 2017).

Apesar de suas vantagens, a aplicação de conhecimento interdisciplinar na redação do ENEM também apresenta desafios. Exige dos candidatos não apenas um bom domínio de conteúdo de várias disciplinas, mas também a habilidade de integrar esses conhecimentos de maneira coerente e relevante para o tema. Isso pode ser particularmente desafiador para estudantes que possuem uma formação mais sólida em áreas específicas e menos desenvolvida em outras. Além disso, a interdisciplinaridade requer que os estudantes façam escolhas deliberadas sobre quais informações incluir e como conectá-las para construir um argumento persuasivo e coeso. Esta habilidade de seleção e síntese é crucial, dado que a redação deve ser concisa e clara, respeitando o limite de palavras estabelecido pelo exame (Costa; Martins, 2020).

A integração de conhecimentos de diferentes áreas na redação do ENEM não só enriquece a argumentação dos candidatos, como também contribui para um desenvolvimento mais completo e matizado do tema. Isso reflete e reforça

habilidades que são cada vez mais valorizadas no mundo acadêmico e profissional, como a capacidade de análise crítica, pensamento sistêmico e síntese de informações. Essas competências são indispensáveis em um mundo em que os problemas são complexos e as soluções exigem uma compreensão abrangente e multifacetada (Costa; Martins, 2020).

O texto dissertativo-argumentativo é uma forma amplamente adotada em contextos acadêmicos e exames, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), devido à sua capacidade de organizar o pensamento de maneira lógica e persuasiva. Nesse formato, a estrutura composta por introdução, desenvolvimento e conclusão é vista como essencial para garantir que o autor apresente e defenda suas ideias de forma clara e fundamentada (Leonardo, 2020). Contudo, ao refletirmos sobre esse modelo, é possível perceber que, mais do que um simples formato de organização, ele se constitui em um conjunto normativo que molda e restringe a maneira de expressar e estruturar o pensamento.

A introdução, considerada o primeiro contato do leitor com o texto, exige que o autor apresente sua tese e situe o tema de maneira concisa e clara. Esse momento, ao mesmo tempo que orienta o desenvolvimento do pensamento, também reflete uma expectativa do sistema educacional quanto à forma como o tema deve ser apresentado. O processo de delimitação do escopo da discussão e a afirmação da tese não são apenas escolhas do autor, mas atendem a um modelo preestabelecido que visa garantir a conformidade com as normas discursivas do campo acadêmico. A estrutura que exige uma introdução impactante e assertiva não permite grande liberdade criativa, pois reforça a uniformização do discurso, limitando a forma como o escritor pode abordar o tema (Lopes, 2017).

No desenvolvimento, a organização em parágrafos que abordam um único ponto de cada vez reflete uma exigência de clareza e coesão lógica, aspectos fundamentais para a eficácia da argumentação (Costa; Martins, 2020). No entanto, essa divisão e a exigência de transições suaves entre os parágrafos podem ser vistas como uma forma de disciplinar o pensamento, orientando-o dentro de uma sequência padronizada e imposta pelo modelo acadêmico. Embora a apresentação de evidências e a refutação de contra-argumentos sejam essenciais para sustentar a tese, elas também estão inseridas em um

sistema que regula a produção do discurso, garantindo que ele se adeque às expectativas do avaliador. Esse modelo de argumentação, embora eficaz na sua clareza, pode limitar a flexibilidade do escritor na construção de argumentos mais complexos ou não convencionais.

A conclusão, por sua vez, é vista como o espaço de reafirmação da tese e de síntese dos argumentos apresentados. Segundo a orientação dos manuais de redação, a conclusão não deve apresentar novas informações, mas sim reforçar as ideias previamente expostas, criando uma resolução clara e definitiva (Costa; Martins, 2020). Embora essa estrutura busque proporcionar um fechamento lógico e coeso para o texto, ela também reflete um controle discursivo, que limita as possibilidades de reflexão aberta ou de conclusão mais ambígua. Ao exigir que o autor finalize o texto reiterando a validade de sua tese, a conclusão se torna mais um elemento da norma que orienta a forma como o discurso deve ser concluído, independentemente da complexidade ou da natureza do tema tratado.

Assim, embora a estrutura tradicional do texto dissertativo-argumentativo seja amplamente defendida como um meio de garantir clareza, coerência e coesão na argumentação, é fundamental reconhecer que ela também impõe uma série de regras que buscam normatizar a produção discursiva. A adesão a essa estrutura se torna, portanto, uma exigência para o aluno, especialmente no contexto do ENEM, onde a pontuação na redação depende da conformidade com esse formato. Esse modelo estrutural não é apenas uma ferramenta para organizar o pensamento, mas um mecanismo de controle que regula a forma como os sujeitos se expressam dentro do sistema educacional.

É importante destacar que a adoção dessa estrutura não deve ser vista como uma escolha puramente técnica, mas como parte de um processo mais amplo de conformação do sujeito a um conjunto de normas que definem o que é considerado conhecimento legítimo e como ele deve ser exposto. A reflexão sobre o papel dessa estrutura na educação e na avaliação acadêmica nos leva a questionar a validade de um modelo que, embora útil para a organização de argumentos, também pode restringir a diversidade de formas de expressão e de construção do pensamento (Paulinelli; Fortunato, 2016).

A relação entre teoria e prática na educação, especialmente no contexto do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), reflete uma exigência clara de

aplicação dos conhecimentos adquiridos de maneira eficaz. Como apontado por Scharf (2014), a teoria serve como a base do conhecimento, proporcionando aos alunos um quadro conceitual que facilita a compreensão do mundo, mas é a aplicação prática desse conhecimento que realmente valida sua utilidade. No caso da redação do ENEM, esse conceito se traduz na habilidade de conectar teoria e prática por meio de argumentos bem fundamentados, demonstrando não apenas compreensão do conteúdo, mas também a capacidade de aplicá-lo de forma crítica e significativa.

A importância de fundamentar argumentos com referências confiáveis é amplamente reconhecida na literatura acadêmica. Costa e Martins (2020) destacam que a utilização de fontes credíveis não apenas enriquece o texto, mas também fortalece a confiança do leitor na argumentação apresentada, refletindo o rigor intelectual do autor. No contexto do ENEM, a capacidade de selecionar e referenciar fontes adequadas vai além de uma exigência técnica; ela representa uma competência crítica essencial. Ao fazer uso dessas referências, o estudante não só fortalece sua argumentação, mas também demonstra sua habilidade de navegar pelo vasto oceano de informações disponíveis na era digital (Lima; do Nascimento, 2021).

Essa prática de utilizar fontes credíveis é vista como um reflexo da competência crítica do estudante. No ENEM, a capacidade de referenciar adequadamente eleva a qualidade da redação e aumenta as chances de obter uma boa pontuação, pois fortalece a argumentação e constrói uma ponte de confiança com o leitor. No entanto, o processo de seleção das fontes e sua integração ao texto exige não apenas conhecimento, mas também uma postura crítica diante das informações disponíveis, o que coloca o aluno em uma posição de responsabilidade acadêmica.

Além disso, a tese, conforme afirmado por Souza (2017), ocupa um lugar central em qualquer redação dissertativa-argumentativa. Ela não apenas define o foco do texto, mas orienta a organização e o desenvolvimento dos argumentos. A tese é o eixo em torno do qual todos os outros elementos do texto devem se estruturar. A construção de uma tese clara e de argumentos bem sustentados é essencial para garantir a eficácia do texto, pois demonstra ao leitor que o autor não apenas domina o conteúdo, mas também é capaz de organizá-lo e apresentá-lo de maneira lógica e convincente.

Há uma regularidade na opinião de diferentes autores sobre a importância dessa estrutura (introdução, desenvolvimento, conclusão) na redação dissertativa-argumentativa é clara. Leonardo (2020), Costa e Martins (2020), Paulinelli e Fortunato (2016), e outros, convergem na necessidade dessa organização para garantir a coesão e a clareza do texto. Isso leva à constatação de que, no âmbito do ENEM, os alunos se veem diante de uma estrutura que, de certa forma, define as regras do jogo. Ou o estudante se adapta a essas normas, utilizando a estrutura como guia, ou corre o risco de ser penalizado pela falta de clareza ou pela organização inadequada dos argumentos.

Essa uniformidade entre os estudiosos reforça a ideia de que não há espaço para "fugas" criativas no formato exigido pela avaliação. O modelo de introdução, desenvolvimento e conclusão, com a construção de uma tese clara e argumentação bem fundamentada, se tornou não apenas uma recomendação, mas uma exigência do sistema educacional. Portanto, o aluno que se desvia desse formato preestabelecido corre o risco de não atingir os critérios exigidos, refletindo a rigidez do sistema de avaliação e a falta de flexibilidade dentro da estrutura acadêmica vigente.

A estrutura dissertativa-argumentativa, amplamente defendida na literatura acadêmica, se apresenta como uma norma que, ao mesmo tempo que orienta o aluno a produzir um texto claro e coeso, também limita as possibilidades de expressão mais livre e criativa. A conformidade com essa estrutura não é apenas uma técnica para organizar o pensamento, mas uma exigência para garantir que o estudante esteja alinhado com as expectativas do sistema educacional, particularmente no contexto do ENEM. Assim, a aderência a essa estrutura se torna não apenas uma escolha do aluno, mas uma imposição do modelo avaliativo, que, ao reforçar a importância da norma, restringe alternativas criativas de argumentação e expressão.

Desenvolver argumentos persuasivos é fundamental, mas a coesão e coerência do texto como um todo são igualmente essenciais para garantir que os leitores sigam a linha de raciocínio de maneira fluida e lógica. Scharf (2014) destaca que a transição suave entre os parágrafos e seções é indispensável para manter o leitor engajado e para garantir que a progressão dos argumentos seja clara. Essa preocupação com a fluidez do texto é crucial, pois assegura que cada argumento contribua para a construção do pensamento geral, sem que

haja rupturas ou saltos lógicos que possam confundir o leitor. Assim, a habilidade de conectar as ideias de forma coesa torna-se um reflexo da competência crítica do escritor.

No entanto, é importante ressaltar que um dos maiores desafios enfrentados pelos estudantes no processo de argumentação é superar o senso comum. Muitas vezes, as primeiras ideias que surgem sobre um tema são aquelas que estão amplamente difundidas e aceitas sem questionamento. A Competência II do ENEM, como observam Paulinelli e Fortunato (2016), exige que os estudantes adotem uma postura crítica frente a essas noções pré-estabelecidas, o que envolve questionar as informações recebidas e explorar o tema de forma mais aprofundada. Nesse sentido, a análise crítica se constrói não apenas a partir de informações extraídas de fontes confiáveis, mas também pela habilidade de questionar a validade de certos pressupostos e explorar diferentes perspectivas sobre o tema.

Dessa forma, para desenvolver uma análise crítica eficaz, é necessário que o estudante adote uma postura ativa em relação ao conteúdo apresentado. Perguntas como "Por que isso é assim?", "Quem se beneficia com isso?" e "Quais são as outras perspectivas sobre este assunto?" (Paulinelli; Fortunato, 2016) são estratégias que permitem aprofundar a reflexão e abrir espaço para o questionamento, elementos fundamentais para um texto bem fundamentado e persuasivo. Isso também implica em um olhar mais atento ao contexto sociocultural do tema, visto que a relevância social dos tópicos abordados no ENEM traz à tona questões centrais para o entendimento dos desafios contemporâneos.

A capacidade de conectar os temas aos desafios vividos pela sociedade permite que o candidato vá além das superficialidades e explore os impactos humanos e sociais das questões discutidas. Scharf (2014) aponta que é essencial compreender a relevância de um tema, pois ao relacioná-lo com a realidade vivida pelos diversos grupos sociais, o escritor consegue tornar seus argumentos mais eficazes e empáticos. Ao citar exemplos concretos ou estudos de caso, o estudante ancorará suas ideias em experiências reais, o que fortalece a argumentação e cria uma conexão emocional com o leitor.

A competência exigida pela avaliação do ENEM também está intimamente ligada à organização e à estrutura do texto. Brambila e Vidon

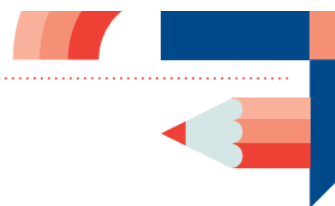
(2019) observam que a análise do repertório sociocultural, além de ser uma habilidade importante para fundamentar a argumentação, envolve o uso de informações provenientes de diferentes áreas do conhecimento, as quais devem ser integradas de maneira coesa no desenvolvimento do texto. Essa abordagem multidisciplinar, ao ser combinada com uma análise crítica, confere ao texto uma maior profundidade, permitindo que o candidato se destaque na elaboração de uma argumentação sólida e bem embasada.

Em relação à adequação às configurações de proficiência exigidas para uma boa pontuação, o rigor e a aplicação dessas normas têm um caráter normalizador, ou seja, são orientadas por um processo disciplinar que visa garantir que os estudantes se alinhem a padrões estabelecidos. Ao seguir essas configurações, o aluno não apenas adere a um conjunto de regras, mas internaliza a estrutura de argumentação necessária para demonstrar seu domínio do tema e sua capacidade de aplicar as competências exigidas.

3.4. A competência III do ENEM: Argumentar e persuadir

1.3 COMPETÊNCIA III

**SELECIONAR, RELACIONAR, ORGANIZAR E
INTERPRETAR INFORMAÇÕES, FATOS, OPINIÕES E
ARGUMENTOS EM DEFESA DE UM PONTO DE VISTA**



Brasil, 2024.

A capacidade de realizar uma análise crítica das fontes de informação é essencial para a produção de um texto de qualidade no contexto do ENEM, especialmente quando se considera a Competência 3. Esta competência exige dos candidatos a habilidade de selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações em diferentes formatos. Conforme descrito na Cartilha do Participante do ENEM 2024, selecionar implica escolher as informações mais relevantes e apropriadas para o tema. Relacionar envolve conectar essas informações de maneira lógica e coerente para construir uma argumentação sólida. Organizar requer estruturar o texto de forma clara e coesa, garantindo

que cada parte contribua para o desenvolvimento do argumento central. Interpretar significa compreender e explicar as informações de forma crítica, demonstrando um entendimento profundo do tema abordado. Esses verbos são fundamentais para a construção de uma redação bem-sucedida no ENEM, pois evidenciam a capacidade do candidato de articular seu conhecimento de maneira eficaz e persuasiva (Brasil, 2024).

Nesse sentido, este tópico explorará a importância dessa habilidade, os critérios a serem considerados ao avaliar fontes de informação e como essa análise contribui para a construção de uma argumentação sólida e fundamentada. Ao redigir uma redação para o ENEM, os candidatos frequentemente recorrem a diversas fontes de informação, como artigos acadêmicos, livros, sites, reportagens jornalísticas, entre outros. No entanto, nem todas as fontes são igualmente confiáveis ou imparciais, o que torna essencial a capacidade de realizar uma análise crítica para identificar e selecionar as mais adequadas para embasar a argumentação (Costa; Martins, 2020).

Um dos critérios fundamentais ao avaliar uma fonte de informação é a sua relevância para o tema abordado. A fonte deve estar diretamente relacionada ao assunto tratado na redação e fornecer informações pertinentes e atualizadas sobre o tema. Além disso, é importante considerar a credibilidade da fonte, ou seja, a sua reputação e autoridade no assunto. Fontes de informação confiáveis geralmente são produzidas por especialistas no campo, instituições renomadas ou veículos de comunicação reconhecidos pela sua qualidade jornalística. A Competência III do ENEM, que diz respeito à coerência do texto, avalia a capacidade do candidato de selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações de forma que todas as partes do texto façam sentido entre si e contribuam para a construção de uma argumentação sólida. Portanto, ao utilizar fontes de informação na redação, o candidato deve garantir que elas estejam alinhadas ao tema e que contribuam para a construção de um texto lógico e coerente (Brambila; Vidon, 2019; BRASIL, 2024).

Ao escrever uma redação para o ENEM, é fundamental que o candidato desenvolva e demonstre a habilidade de realizar uma análise crítica das fontes de informação, avaliando sua relevância, credibilidade, viés potencial e possíveis distorções ou manipulações. Essa habilidade não apenas contribui

para a qualidade do texto produzido, mas também para o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva diante das informações disponíveis na sociedade contemporânea. Vale ressaltar que os autores que discutem as normas propostas pelo ENEM, como exemplificado na Cartilha do Participante (2022), reforçam que a padronização da norma é um processo natural no exame. O que é exigido, então, é o que deve ser cumprido, dado o reconhecimento de que essas normas já se consagraram, como amplamente debatido na literatura (Costa; Martins, 2020).

A habilidade de selecionar e utilizar evidências e exemplos relevantes é fundamental para a construção de uma argumentação sólida e persuasiva em uma redação do ENEM. Neste tópico, exploraremos como os candidatos podem empregar efetivamente esses recursos, considerando a diversidade de fontes disponíveis e a importância de apresentar dados precisos, exemplos concretos e informações atualizadas para embasar suas ideias (Scharf, 2014).

Ao redigir uma redação para o ENEM, os candidatos são desafiados a sustentar seus argumentos com base em evidências sólidas e exemplos relevantes, o que requer não apenas habilidades de pesquisa, mas também discernimento na seleção e análise das informações disponíveis. Nesse sentido, é essencial que o autor seja capaz de identificar fontes confiáveis e pertinentes para o tema abordado, considerando a diversidade de fontes disponíveis, como artigos acadêmicos, livros, reportagens jornalísticas, estudos de caso, entre outros (Souza, 2017).

A arte de construir um argumento convincente necessita da integração harmoniosa de diversas habilidades, resultando numa narrativa coerente e persuasiva. Um aspecto fundamental deste processo envolve organizar o argumento de uma forma lógica e convincente, garantindo uma transição perfeita de um ponto para o outro. Esta habilidade é indispensável em diversos contextos, como na redação acadêmica ou no discurso jurídico, onde a capacidade de apresentar um argumento bem estruturado é fundamental para alcançar o sucesso (Paulinelli, Fortunato, 2016).

Para demonstrar proficiência em escrita persuasiva, é necessário possuir a habilidade de organizar o texto de maneira coerente e convincente. Isto implica combinar habilmente lógica e raciocínio com a arte da persuasão para moldar o ponto de vista do leitor. A argumentação serve de base para a

construção de argumentos robustos e persuasivos dentro do texto. É imperativo compreender a afirmação em questão e formular argumentos bem fundamentados, coerentes e persuasivos. Seja em contextos jurídicos ou no discurso cotidiano, a capacidade de apresentar argumentos persuasivos é essencial para transmitir eficazmente a nossa posição e influenciar os outros (Costa; Martins, 2020). Para tanto, a Cartilha propõe ao participante elaborar um projeto de texto:

A Competência III trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência e da plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que está alicerçado no planejamento prévio à escrita, isto é, na elaboração de um **projeto de texto**.

A inteligibilidade da sua redação depende, portanto, dos seguintes fatores:

- seleção de argumentos;
- relação de sentido entre as partes do texto;
- progressão adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são, pouco a pouco, apresentadas de forma organizada;
- desenvolvimento dos argumentos, com a explicitação da relevância das ideias apresentadas para a defesa do ponto de vista definido.

Brasil, 2024.

Um **projeto de texto** é uma orientação que leva o participante a seguir alguns passos tais como selecionar argumentos, estabelecer sentido entre as partes dos textos para que ele tenha progressão temática e desenvolvimento de argumentos. A cada Competência, a Cartilha vai propondo orientações sobre o que entende como sendo o ideal de uma redação.

Ao dominar a arte da argumentação persuasiva, os indivíduos podem não só apresentar argumentos lógicos e credíveis, mas também inspirar e motivar outros através das suas palavras faladas e escritas. Além disso, desenvolver fortes habilidades analíticas é crucial para a elaboração de argumentos persuasivos e bem estruturados que possam cativar o público e transmitir a mensagem desejada. Ao adquirir o conhecimento da construção de um argumento lógico, credível e persuasivo, os indivíduos podem melhorar a sua capacidade de persuadir e interagir eficazmente com os seus leitores (Costa; Martins, 2020).

Na redação do ENEM, a cartilha do participante enfatiza a importância de manter a coerência e a relevância no desenvolvimento dos argumentos, alertando para punições específicas em casos de desvios. Desviar-se do tema proposto, por exemplo, pode resultar em penalizações severas. A cartilha descreve dois tipos principais de desvios: tangenciamento e fuga ao tema. Tangenciamento ocorre quando o texto aborda o assunto de forma parcial, sem explorar o tema central por completo. Já a fuga ao tema é caracterizada pela completa desconexão do texto com o tema proposto, resultando em anulação da redação. Além disso, não atender à tipologia textual exigida, que é a dissertação argumentativa, também leva à anulação da redação. Para desenvolver uma argumentação persuasiva eficaz no contexto do ENEM, é essencial manter-se fiel ao tema, construir uma argumentação coerente e atender às exigências da tipologia textual (Brasil, 2024).

Construir um argumento convincente e coerente é uma habilidade vital, especialmente no contexto do ENEM, onde a aprovação depende não apenas do conteúdo abordado, mas também da forma como ele é expresso. A norma exigida pelo exame impõe um padrão de organização, clareza e coesão, que são essenciais para garantir que o candidato seja capaz de comunicar suas ideias de maneira eficaz. A habilidade de estruturar o conteúdo de forma lógica e persuasiva é fundamental para alcançar essa aprovação, pois o ENEM avalia a capacidade de argumentação com base em critérios específicos de coerência e coesão (Brasil, 2024).

Em contextos jurídicos e de liderança, essa mesma habilidade é igualmente crucial. Nos processos judiciais, por exemplo, a persuasão, combinada com um raciocínio lógico estruturado, desempenha um papel determinante na resolução de casos. A forma como os argumentos são apresentados pode influenciar as decisões tomadas pelos juízes, advogados e outros profissionais envolvidos. Assim, a construção de uma argumentação bem fundamentada não apenas facilita a comunicação das ideias, mas também impacta diretamente o sucesso nas mais diversas áreas, como no direito e na liderança (Paulinelli; Fortunato, 2016).

No ENEM, a habilidade de construir um argumento convincente não se limita à simples exposição de ideias, mas também à capacidade de respeitar as

normas e de utilizar a organização do texto como ferramenta persuasiva, fundamental para a obtenção de uma boa nota.

A terceira competência da redação do Enem concentra-se na capacidade do participante de defender e justificar efetivamente um determinado ponto de vista dentro de seu texto. Esta competência avalia a aptidão de um indivíduo para organizar logicamente informações e argumentos que apoiam a sua posição. Além disso, espera-se que os candidatos apresentem suas reflexões sobre questões sociais, culturais e políticas atuais, ao mesmo tempo que sugerem intervenções que se alinhem com seus argumentos (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019).

Relacionando com os conceitos de Michel Foucault, essa competência pode ser analisada sob a perspectiva da análise do discurso e do poder. Foucault argumenta que o discurso é uma forma de poder capaz de construir e transformar a realidade social. No contexto da redação do ENEM, o candidato deve demonstrar habilidade em utilizar esse poder discursivo, organizando seus argumentos de maneira coerente e convincente, a fim de influenciar a percepção do leitor.

A habilidade de defender um ponto de vista vai além da mera apresentação lógica de argumentos, abrangendo também a capacidade de influenciar e direcionar o pensamento dos outros por meio do discurso. Ao abordar questões sociais, culturais e políticas, o candidato exerce poder ao decidir quais aspectos merecem destaque e ao propor intervenções, influenciando assim o entendimento do leitor sobre o tema. Isso reflete a habilidade de utilizar o discurso como uma ferramenta para estruturar a realidade social, alinhando-se à perspectiva foucaultiana de que o poder está intimamente ligado ao conhecimento e à forma como ele se impõe. Assim, a terceira competência da redação do ENEM não apenas avalia a coerência lógica dos argumentos, mas também a capacidade do candidato de exercer influência por meio de um discurso bem estruturado, que reflete sobre questões atuais e propõe soluções que sustentam sua posição argumentativa (Foucault, 1996).

A competência III está intimamente ligada a outras habilidades, como compreender o tema sem se desviar, estruturar ideias, manter a coerência e a coesão e apresentar uma proposta clara. Dominar a arte da argumentação é fundamental para se destacar na redação do Enem, pois a capacidade de

apresentar argumentos coerentes e com fundamentos sólidos impacta significativamente a qualidade geral do texto e garante o sucesso na abordagem eficaz do tema determinado (Costa; Martins, 2020).

Neste processo, espera-se que os candidatos não só apresentem os seus argumentos de uma forma lógica e bem fundamentada, mas também que proponham intervenções que se alinhem com as suas opiniões declaradas. Isso demonstra sua capacidade de se envolver criticamente com diferentes perspectivas e defender sua posição dentro do texto. Além disso, dominar a arte da argumentação é essencial para o sucesso nesta habilidade, pois permite aos candidatos transmitir eficazmente as suas ideias e interagir com as nuances dos vários pontos de vista. À medida que os candidatos avançam no processo de preparação para o Enem, aprimorar sua capacidade de reconhecer e articular diversas perspectivas será crucial para atender aos requisitos da Competência III e demonstrar uma compreensão abrangente do assunto.

3.5 A competência IV do ENEM: A coesão

1.4 COMPETÊNCIA IV

DEMONSTRAR CONHECIMENTO DOS MECANISMOS LINGÜÍSTICOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO

Brasil, 2024.

A quarta competência da prova escrita do ENEM concentra-se em avaliar até que ponto os candidatos conseguem usar efetivamente as ferramentas linguísticas para estabelecer e referir ideias. Esta competência examina especificamente a habilidade do aluno na construção de uma estrutura textual coerente e formal, levando em consideração fatores como repetição de palavras, uso apropriado de expressões de ligação e organização de parágrafos (Lima; do Nascimento, 2021).

O revisor analisa cuidadosamente os aspectos superficiais do texto, prestando muita atenção à utilização de conjunções, pronomes, preposições e sinônimos pelo candidato para garantir clareza e coesão em sua redação. Além disso, um aspecto importante da Competência IV envolve avaliar se o candidato

consegue criar um texto coeso, o que é fundamental para a produção da composição dissertativa-argumentativa exigida no ENEM. Ao demonstrar o domínio dos mecanismos linguísticos necessários para desenvolver um argumento persuasivo, os candidatos podem demonstrar sua capacidade de atender aos elevados padrões estabelecidos pela Competência IV na avaliação de redação do ENEM (Souza, 2017).

Para aumentar a eficácia das intervenções pertencentes à Competência IV, é crucial concentrar-se nos componentes linguísticos específicos avaliados por esta competência. A Competência Redação IV do Enem exige que o candidato demonstre domínio no emprego de mecanismos linguísticos para estabelecer e referir ideias em seus trabalhos escritos (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019).

Ao analisar erros comuns cometidos pelos alunos na redação do ENEM, fica evidente que a Competência IV, que foca na coesão textual, apresenta desafios para muitos candidatos. Essa habilidade específica ressalta a importância da coerência e da coesão na escrita, garantindo um fluxo contínuo de ideias ao longo do texto. Ao dominar a Competência IV, o candidato pode aprimorar a qualidade geral de sua redação e aumentar a probabilidade de obter nota alta no ENEM (Scharf, 2014).

Para abordar a diversidade sociocultural na escrita, é imprescindível compreender a proposta da escrita e incorporar conceitos de diversas áreas, conforme delineado na segunda competência. Isso permite a inclusão de várias perspectivas e ideias na narrativa (Scharf, 2014).

A prova de redação do ENEM dá ênfase significativa à coesão, que é um elemento crucial para uma redação eficaz. Para se destacarem nesta habilidade e alcançarem a pontuação mais alta, os candidatos devem explorar minuciosamente os vários tipos de coesão. Além disso, desenvolver um forte hábito de leitura é vital, pois auxilia na compreensão de como os dispositivos de coesão são empregados em textos bem elaborados. Além disso, a realização de uma análise abrangente do tema em questão é indispensável para o sucesso na Competência IV (Lima; do Nascimento, 2021).

A Cartilha, a todo o momento, vai apresentando orientações, como “você deve utilizar”, no sentido de normalizar o corpo no participante.

Assim, na produção da sua redação, você deve utilizar variados recursos linguísticos que garantam as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso. Na avaliação da Competência IV, serão considerados, portanto, os mecanismos linguísticos que promovem o encadeamento textual.

Brasil, 2024.

Ao avaliar os processos de padronização da redação, principalmente em relação à competência IV da redação do Enem, é necessário aprofundar-se nos intrincados detalhes da proficiência linguística necessária para a transmissão eficaz de ideias e referências em um texto. O escrutínio realizado pelos corretores para a Competência IV vai além da identificação de palavras repetidas; envolve também avaliar a capacidade de usar expressões de conexão e organizar parágrafos de forma coerente. Essa avaliação ressalta a importância de os candidatos demonstrarem uma estrutura lógica e formal em sua redação, alinhada às expectativas estabelecidas pelas exigências de redação do Enem. (Souza, 2017).

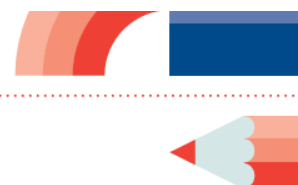
Além disso, os corretores prestam muita atenção aos aspectos superficiais do texto, garantindo que elementos linguísticos essenciais, como conjunções, pronomes, preposições e sinônimos, sejam incorporados para aumentar a coerência geral. Essa avaliação abrangente tem como objetivo avaliar a capacidade do candidato de produzir um texto coeso, requisito fundamental para a apresentação de uma dissertação-ensaio argumentativo bem estruturada, como exige as normas do Enem. Além disso, a Competência IV enfatiza a importância de possuir conhecimentos sobre mecanismos linguísticos essenciais para a construção de um argumento convincente, destacando assim a importância da precisão linguística no processo de avaliação da escrita (Scharf, 2014).

Em conjunto com a Competência V, a Competência IV exige que os candidatos demonstrem conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação, enquanto a Competência V enfatiza o desenvolvimento de soluções práticas e viáveis. Apesar de serem avaliadas separadamente, essas competências se complementam ao exigir que os candidatos não apenas organizem seus argumentos de forma coerente e coesa, mas também proponham intervenções realistas e bem articuladas (Brasil, 2022; Costa, 2022).

Considerando esses critérios primários de avaliação, pode-se argumentar que as propostas do autor são adequadas para a avaliação no Enem, pois apresentam uma compreensão clara de como construir um argumento coeso e estruturado que se alinhe aos requisitos do exame. Propostas bem desenvolvidas e articuladas não apenas demonstram o domínio da norma culta e a capacidade de argumentação, mas também refletem a habilidade de pensar criticamente e propor soluções práticas para problemas reais (Paulinelli; Fortunato, 2016).

3.6 A competência V do ENEM: intervenção social

1.5 COMPETÊNCIA V



ELABORAR PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O PROBLEMA ABORDADO, RESPEITANDO OS DIREITOS HUMANOS

A Competência V do Enem é um pré-requisito único que gira em torno do conceito de cidadania. Esta competência avalia a capacidade do aluno de se envolver ativamente no seu ambiente social, formulando uma intervenção que aborda eficazmente uma determinada questão social. O quinto elemento a avaliar na sua resposta escrita é a apresentação de uma proposta de intervenção que defenda os princípios dos Direitos Humanos. Oferecer uma intervenção para o problema discutido implica sugerir uma iniciativa que vise enfrentá-lo (Brasil, 2024)

A avaliação da competência de cidadania é essencial para avaliar a capacidade do escritor de se envolver ativamente na formação da realidade social. Isto envolve a compreensão do escritor sobre o funcionamento da máquina estatal, a sua capacidade de propor soluções eficazes para os problemas, a sua familiaridade com as ferramentas sociais, a sua atenção aos detalhes e a sua capacidade de abordar eficazmente as questões em questão. Para obter a nota mais alta no currículo, os alunos devem cumprir estes cinco

critérios. É importante notar que qualquer desrespeito aos Direitos Humanos resultará em penalidades (Paulinelli, Fortunato, 2016).

O processo de avaliação das redações do Enem dá grande importância à Competência V, que desempenha um papel crucial na avaliação da capacidade do candidato em reconhecer e analisar questões sociais pertinentes dentro de um contexto específico. Esta competência concentra-se especificamente na capacidade do candidato de identificar e fornecer análises completas de questões sociais relevantes em sua redação. Além disso, a Competência V visa avaliar a proficiência do candidato em propor soluções eficazes para resolver os problemas sociais identificados. Ao avaliar as intervenções propostas pelo candidato, a Competência V procura aferir a sua capacidade de apresentar medidas práticas e viáveis para resolver os problemas sociais destacados no texto. (Leonardo, 2020).

Além disso, a Competência V serve como uma ferramenta vital para garantir que os candidatos não só identifiquem e analisem os problemas sociais de forma eficaz, mas também demonstrem uma compreensão abrangente e holística das medidas de intervenção propostas para resolver estas questões. (Germany, 2023).

Na avaliação da redação do Enem, a Competência V tem grande importância, pois avalia a proposta de intervenção dentro do texto, focando especificamente na implementação de medidas eficazes para enfrentar questões específicas. Esta competência desempenha um papel vital na avaliação das soluções propostas para vários desafios, como a educação, a saúde, o ambiente e a desigualdade (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019).

Demonstrar proficiência formal na escrita em português, ter compreensão abrangente do tema da redação e manter o foco na intervenção proposta sem se desviar dos objetivos principais são elementos essenciais abrangidos pela Competência V. É importante destacar que qualquer proposta de intervenção que desconsidere os direitos humanos básicos será penalizada ao abrigo da Competência V, sublinhando a importância das considerações éticas ao abordar questões sociais (Scharf, 2014).

A identificação de preocupações sociais pertinentes é de extrema importância para os escritores, particularmente em relação à Competência V no

âmbito dos processos de normalização de disciplinas. Essa competência específica, delineada pelos critérios de avaliação de redações do Enem, dá ênfase à avaliação das intervenções propostas apresentadas no texto como forma de enfrentar e resolver de forma eficaz os desafios enfrentados pela sociedade. Para compreender plenamente as expectativas dos redatores, é fundamental dominar as cinco habilidades necessárias para redigir uma redação do Enem (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019).

Além disso, a adesão aos princípios dos direitos humanos é de suma importância nas propostas de intervenção, pois redações que desrespeitarem esses direitos poderão incorrer em penalidades conforme a matriz de avaliação do Enem. Em essência, a Competência V não serve apenas como um guia para os redatores na identificação de problemas sociais pertinentes, mas também auxilia no desenvolvimento de estratégias de intervenção eficazes para abordar essas questões no contexto da redação do Enem (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019).

A redação é avaliada por critérios objetivos, sendo que a habilidade do candidato em identificar e discutir problemas sociais desempenha um papel significativo na determinação de sua pontuação final. Ao abordar questões sociais em sua redação, os candidatos demonstram sua compreensão abrangente do mundo e sua capacidade de se envolver criticamente com questões sociais complexas. Esta competência testa não só as capacidades de escrita do candidato, mas também as suas capacidades analíticas e de resolução de problemas, essenciais para uma comunicação eficaz e um envolvimento social (Scharf, 2014).

A capacidade do escritor de identificar problemas sociais é fortemente influenciada pelos processos de normalização do sujeito, conforme discutido por Michel Foucault em "A Arqueologia do Saber". Foucault argumenta que o discurso e os sistemas de conhecimento são ferramentas poderosas na construção e normalização dos sujeitos dentro de uma sociedade. No contexto do ENEM, as habilidades de redação são moldadas por uma estrutura de avaliação que estabelece critérios uniformes para a pontuação dos textos, garantindo imparcialidade na avaliação do conteúdo escrito (Foucault, 2008).

A Competência I, que avalia a proficiência em português padrão, e a Competência II, que avalia a compreensão da proposta, são exemplos claros de

como esses critérios normalizam o que é considerado um bom texto. Foucault sugere que essas normas e estruturas discursivas não são neutras, mas sim produtos de relações de poder que determinam quais conhecimentos são valorizados e quais são marginalizados.

A aplicação dessas competências no ENEM pode ser vista como um processo de normalização, onde os candidatos devem alinhar-se aos padrões estabelecidos para serem considerados proficientes. Este processo reflete a ideia foucaultiana de que os sistemas de conhecimento e os critérios de avaliação são formas de exercício do poder, influenciando a forma como os indivíduos pensam, escrevem e se expressam.

Portanto, a estrutura uniforme de avaliação do ENEM, ao exigir proficiência em português padrão e a compreensão da proposta, exemplifica os processos de normalização descritos por Foucault. Os candidatos são, em certa medida, disciplinados a seguir um conjunto específico de normas discursivas que moldam sua capacidade de identificar e articular problemas sociais.

A avaliação, baseada nestes critérios objetivos, pode ter um impacto significativo nos resultados dos candidatos, sublinhando a importância dos processos de padronização no reconhecimento das percepções dos escritores sobre questões sociais. Além disso, a identificação de problemas sociais leva muitas vezes os governos e a sociedade civil organizada a desenvolver políticas destinadas a abordar estas questões, destacando a aplicação prática da identificação e resolução de problemas sociais através da comunicação escrita.

Através da sua escrita, os indivíduos têm a oportunidade de mostrar as suas capacidades de pensamento analítico e crítico, investigando questões sociais como a educação, a saúde, o ambiente e a desigualdade. Este processo de escrita não só permite a divulgação de informações, mas também serve como uma plataforma para defender a mudança e propor soluções para os desafios sociais prevaletentes. Para demonstrar a capacidade de analisar criticamente e identificar questões, é imprescindível a compreensão dos critérios estabelecidos nas diretrizes de avaliação de redações do Enem.

A Cartilha do Participante do Enem 2024 destaca diversos erros que podem comprometer significativamente a nota da redação. Entre os principais erros, destacam-se o tangenciamento, que ocorre quando o candidato aborda o tema de forma superficial ou parcialmente, e a fuga ao tema, quando o texto não

trata do tema proposto de maneira alguma. Além disso, há a questão da tipologia textual, onde a redação deve seguir a estrutura dissertativo-argumentativa; qualquer desvio para outra tipologia pode resultar na anulação da redação. Outros erros incluem a falta de coesão e coerência, a presença de clichês, o uso inadequado de recursos linguísticos, a ausência de uma proposta de intervenção concreta e respeitosa aos direitos humanos, e a escrita ilegível ou com muitos desvios gramaticais (Brasil, 2024).

Para evitar esses erros, é crucial que os candidatos se mantenham focados no tema proposto, estruturando seus textos de forma clara e lógica. A argumentação deve ser bem fundamentada e articulada, utilizando um repertório sociocultural produtivo e adequado.

A Cartilha dá algumas orientações, como por exemplo:

A elaboração de uma proposta de intervenção na prova de redação do Enem representa uma ocasião para que você demonstre seu preparo para exercer a cidadania e atuar na realidade em consonância com os direitos humanos. Portanto, você deve usar os conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação para a produção de um texto no qual, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, você possa indicar uma iniciativa que interfira no problema discutido em sua redação.

Brasil, 2024.

O participante é assim orientado: “você deve usar os conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação para a produção de um texto no qual, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, você possa indicar uma iniciativa que interfira no problema discutido em sua redação.” Todas as orientações apresentadas nas Competências fabricam um sujeito redator. Ao retomarmos Foucault, entendemos que a norma, o modelo, o padrão propostos pela Cartilha orientam-se segundo princípios para controlar os sujeitos redatores-participantes.

A proposta de intervenção deve ser específica, viável e relacionada ao tema, respeitando os direitos humanos. Dessa forma, o candidato poderá demonstrar não só a capacidade de análise crítica, mas também a habilidade de propor soluções práticas e coerentes para os problemas discutidos.

O não cumprimento poderá acarretar penalidades durante o processo de avaliação conduzido pela equipe de redação do Enem. Os candidatos devem

apresentar versatilidade linguística, compreensão do tema e da tipologia do texto, utilização de amplo conhecimento e linguagem coesa e capacidade de propor soluções eficazes para as questões levantadas. O não alcance dessas competências e habilidades essenciais coloca os candidatos em risco de perder pontos valiosos na avaliação da redação do Enem, impactando, em última análise, seu desempenho geral no exame e potencialmente prejudicando suas atividades acadêmicas ou profissionais.

É imprescindível que os candidatos sigam a orientação da redação e evitem se desviar do tema central, apresentando compreensão abrangente do assunto. Além disso, os critérios de avaliação estabelecidos pelas diretrizes do ENEM ressaltam a importância da defesa dos direitos humanos nas propostas de intervenção, com penalidades impostas às propostas que não cumpram esse padrão ético delineado na Competência V. A ênfase colocada na Competência V ressalta a importância de propor intervenções que sejam não apenas eficazes, mas também éticos e respeitosos aos direitos humanos no contexto da avaliação de redações do ENEM.

A avaliação realizada no âmbito da Competência V vai além de uma avaliação superficial, aprofundando-se nas intervenções propostas para analisar a sua eficácia e a sua capacidade de resolver o problema subjacente. É importante ressaltar que a Competência V se alinha aos valores defendidos pela redação do Enem, ressaltando a importância de propostas de intervenção que respeitem os direitos humanos e sigam padrões éticos para evitar penalidades neste quadro de competências. Em essência, a Competência V serve como uma medida rigorosa, porém justa, da qualidade e do impacto das alternativas e soluções propostas na redação do Enem, garantindo que os alunos demonstrem uma compreensão abrangente do problema e apresentem medidas viáveis, éticas e eficazes para enfrentá-lo.

Para demonstrar as suas capacidades de pensamento crítico e empático, os alunos devem não só propor uma solução, mas também garantir que está se alinhe com os padrões éticos e respeite a diversidade da sociedade. Ao levar em conta os Direitos Humanos e as diversas origens culturais presentes na sociedade, os alunos demonstram a sua capacidade de abordar o tema de uma forma ética e inclusiva. Essa competência vai além de simplesmente oferecer uma solução; destaca a importância de considerar as consequências mais

amplas e as dimensões éticas da resolução proposta no âmbito dos Direitos Humanos e da diversidade sociocultural.

A sociedade civil e as instituições governamentais desempenham um papel fundamental no progresso e no funcionamento da sociedade. Essencialmente, a sociedade civil abrange uma ampla gama de organizações fora do governo que trabalham para a melhoria da sociedade. Estes grupos atuam frequentemente como vigilantes, responsabilizando as instituições governamentais e defendendo os direitos e necessidades dos cidadãos. Por outro lado, as instituições governamentais são responsáveis por criar e implementar políticas e leis que regulem a sociedade e garantam o bem-estar público.

A interação entre a sociedade civil e as instituições governamentais é crucial para manter um equilíbrio de poder e promover uma sociedade democrática. Embora a sociedade civil forneça uma plataforma para o envolvimento e o ativismo dos cidadãos, as instituições governamentais estabelecem o quadro jurídico no qual a sociedade civil opera, garantindo que a voz coletiva do povo é ouvida e respeitada nos processos de tomada de decisão. Este esforço colaborativo entre a sociedade civil e as instituições governamentais é essencial para promover a transparência, a responsabilização e a justiça social num sistema democrático.

A Cartilha de Redação do participante do Enem orienta e atribui, mediante um discurso pedagógico, sentido às competências da redação, como a forma de redigir e o que precisa ser elencado na construção textual. A cartilha funciona como um norte para a construção e avaliação da redação, conferindo legitimidade aos conteúdos e critérios avaliativos, por meio de um texto pedagógico e métodos de correção previamente determinados; além disso, descreve os objetivos das competências, seus critérios avaliativos e apresenta exemplos de redações nota 1.000, as quais possibilitam qualificar um sujeito-redator como aluno excelente.

No escopo da cartilha, percebe-se que sua finalidade é ditar as normas para que o sujeito não se afaste delas e, caso se afaste, será imposta uma punição, entendida como a despontuação na competência.

4. AS COMPETÊNCIAS DA REDAÇÃO DO ENEM: UMA ANÁLISE À LUZ DOS ESTUDOS FOUCAULTIANOS

4.1 Foucault e a normalização social através da educação

A normalização social através da educação, sob a perspectiva de Foucault, revela-se como um mecanismo sutil e eficaz de exercício do poder. A educação, nesse contexto, não é vista apenas como um meio de transmissão de conhecimento, mas também como uma prática social que molda comportamentos, identidades e relações de poder. Foucault argumenta que as instituições educacionais funcionam como espaços de disciplina, onde os sujeitos são constantemente observados, avaliados e corrigidos, de modo a se conformarem às normas estabelecidas pela sociedade (Foucault, 1987).

Esse processo de normalização é implementado através de diversas práticas pedagógicas, como a avaliação contínua, a organização curricular e as metodologias de ensino, que visam não apenas o desenvolvimento intelectual do indivíduo, mas também a sua adaptação aos padrões de conduta considerados aceitáveis. Segundo Foucault, o poder disciplinar exercido nas escolas é capaz de produzir sujeitos dóceis e úteis, que internalizam as regras e os valores predominantes na sociedade

Neste cenário, o Exame Nacional do Ensino Médio pode ser interpretado como um instrumento de normalização social, ao definir o que é essencial saber e como se deve expressar esse saber. A partir das diretrizes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, observa-se uma ênfase na conformidade às normas linguísticas e na capacidade de articulação de argumentos dentro de um formato preestabelecido, o que reflete uma concepção de educação centrada na adequação a um modelo ideal de cidadão (Brasil, 2024).

A crítica de Foucault à normalização através da educação se aprofunda ao considerarmos as implicações de tais práticas na formação de sujeitos diferentes. A maneira como o ENEM e outras avaliações standardizadas moldam as expectativas em relação ao sucesso acadêmico e profissional evidencia o poder das instituições educacionais de definir o que é considerado conhecimento válido e quem é considerado um indivíduo competente (FOUCAULT, 1996). Isso é particularmente relevante em contextos de diversidade cultural e linguística, onde as normas estabelecidas podem não

refletir a realidade de todos os estudantes, levando à exclusão daqueles que não se enquadram no perfil esperado.

Além disso, a ênfase na competição e no mérito individual, característica de muitos sistemas educacionais contemporâneos, pode ser vista como uma extensão das práticas de normalização, conforme analisado por Michel Foucault. Foucault, em sua obra *A Arqueologia do Saber*, argumenta que as instituições sociais, como o sistema educacional, exercem poder por meio de práticas de normalização que disciplinam e regulam os indivíduos para que se conformem às normas estabelecidas. A competição entre os alunos por notas, posições em rankings e vagas em universidades cria um ambiente de constante vigilância, onde o sucesso é frequentemente associado à capacidade de aderir e se destacar dentro do sistema estabelecido (Foucault, 2008).

Foucault descreve como as práticas de normalização são mecanismos de poder que não apenas impõem padrões de comportamento, mas também criam subjetividades, moldando a forma como os indivíduos se percebem e são percebidos pelos outros. No contexto do ENEM, essa normalização se manifesta na pressão para atingir altos desempenhos, que são vistos como indicadores de mérito e competência. No entanto, esta perspectiva é criticada por Leite (2023), que vê o ENEM como um mecanismo que reproduz discursos capitalistas, legitimando desigualdades sociais e econômicas sob o disfarce de meritocracia.

Leite argumenta que a ênfase na meritocracia no ENEM oculta as desigualdades estruturais que afetam o desempenho dos alunos. Segundo ele, a competição feroz e a pressão para se destacar reforçam um sistema em que aqueles que já possuem vantagens socioeconômicas têm mais recursos para obter sucesso, enquanto aqueles de contextos desfavorecidos lutam para competir em condições desiguais. Esta análise está alinhada com a visão de Foucault sobre como os sistemas de poder e conhecimento podem perpetuar desigualdades ao mascarar as relações de poder subjacentes que estruturam a sociedade (Leite, 2023; Foucault, 2008).

A abordagem foucaultiana nos ajuda a entender como o ENEM, por meio de suas práticas de avaliação e competição, pode funcionar como um instrumento de normalização que reforça e legitima as desigualdades sociais, ao invés de mitigá-las. Esta análise crítica nos leva a questionar a real eficácia da meritocracia como um princípio justo de avaliação e promoção social, propondo

uma reflexão mais profunda sobre as estruturas de poder que moldam nossas práticas educacionais.

A abordagem de Foucault sobre a normalização social por meio da educação destaca a complexidade das relações de poder que permeiam o campo educacional. Ao considerar as práticas pedagógicas e avaliativas como ferramentas de poder, torna-se possível compreender como a educação contribui para a manutenção de estruturas sociais e a produção de sujeitos que atendam às exigências de um sistema socioeconômico específico.

4.2 Discursos hegemônicos e a política de escrita no ENEM

A política de escrita imposta pelo ENEM, especificamente através de suas diretrizes para a redação, reflete e reforça discursos hegemônicos presentes na sociedade brasileira, atuando como um veículo para a manutenção de estruturas de poder existentes. Esta observação se alinha às teorias de Michel Foucault sobre o papel do discurso na sociedade e como ele serve para perpetuar relações de poder, uma vez que os discursos não apenas representam formas de conhecimento, mas também são meios através dos quais o poder é exercido (Foucault, 1996). O ENEM, ao estabelecer o que constitui uma escrita adequada e o que é considerado conhecimento legítimo, participa ativamente na construção de normas sociais e na definição de verdades aceitas.

As diretrizes do ENEM para a redação exigem dos participantes a adesão a uma estrutura discursiva particular, valorizando a clareza, a coerência e a argumentação dentro de um formato previamente definido. Embora tais critérios possam parecer neutros ou universalmente válidos, eles implicitamente favorecem modos de expressão alinhados com práticas educacionais e culturais dominantes. Consequentemente, estudantes que se identificam com grupos socioculturais diversos e que podem se comunicar de maneiras distintas do padrão normativo são desafiados a se adaptarem a essas expectativas, muitas vezes à custa de sua própria identidade linguística e cultural (Brasil, 2014).

A imposição desses padrões de escrita, portanto, não é apenas uma questão de avaliação linguística, mas também uma forma de exercício de poder que privilegia certas formas de saber em detrimento de outras. Essa dinâmica reflete a observação de Foucault de que o poder se manifesta através da definição e controle do discurso, com as instituições educacionais atuando como

agentes chave nesse processo (Foucault, 1987). Ao normalizar certos modos de expressão e marginalizar outros, o ENEM contribui para a reprodução de desigualdades sociais e culturais.

A crítica a essas práticas se estende ao conteúdo temático proposto nas redações do ENEM, que frequentemente abordam questões sociais relevantes. Embora a escolha desses temas possa ser vista como uma tentativa de sensibilizar os participantes para questões de importância social, a maneira como são estruturados e avaliados pode inadvertidamente promover uma única visão de mundo, limitando a diversidade de perspectivas e experiências que os estudantes podem expressar. Isso é particularmente problemático em um país tão diversificado quanto o Brasil, onde a multiplicidade de vozes e experiências deveria ser reconhecida e valorizada (Leite, 2023).

Esforços para contestar e expandir os limites desses discursos hegemônicos no contexto do ENEM têm sido evidenciados em trabalhos acadêmicos e iniciativas educacionais que buscam promover abordagens mais inclusivas e reflexivas à educação. Por exemplo, estudos que exploram a diversidade linguística e cultural dos participantes do exame apontam para a necessidade de políticas educacionais que reconheçam e valorizem essas diferenças, ao invés de impor um modelo único de competência linguística e discursiva.

A política de escrita do ENEM, ao favorecer discursos hegemônicos, não apenas reflete as dinâmicas de poder na sociedade, mas também atua como um instrumento através do qual essas dinâmicas são reforçadas e perpetuadas. Desafiar essas normas e promover uma maior inclusão e diversidade discursiva no âmbito educacional é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual todas as vozes tenham o direito de ser ouvidas e valorizadas.

4.3. Processos de Normalização do Sujeito Redator Foucault

O renomado filósofo Michel Foucault investiga o tema da normalização e seus profundos efeitos na individualidade na sociedade contemporânea. O exame de Foucault destaca os vários ramos do conhecimento, incluindo a psiquiatria, a psicologia e a psicanálise, que desempenham um papel na formação da normalização dos indivíduos. Os estudiosos analisaram

extensivamente os aspectos genealógicos da obra de Foucault, descobrindo como a modernidade objetifica os indivíduos, submetendo-os ao processo de normalização. Os pontos de vista pós-estruturalistas de Foucault, particularmente os seus profundos insights sobre o conceito de normas, servem como uma base crucial para a compreensão dos mecanismos de normalização dentro da sociedade.

O afastamento de Foucault das estruturas convencionais é evidente na sua crítica dos processos históricos que influenciaram o desenvolvimento de construções universais como o “Estado”, o “Soberano” e o “Sujeito”. Ao investigar a dinâmica do poder, a análise de Foucault lança luz sobre a natureza complexa dos processos de normalização, levando-nos a examinar criticamente as abordagens atuais à normalização (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019).

A intrincada conexão entre conhecimento, poder e subjetividade é iluminada pelo exame de poder e normalização de Foucault. A genealogia de Foucault fornece uma visão sobre como várias formas de conhecimento, incluindo a psiquiatria, a psicologia e a psicanálise, desempenham um papel na normalização dos corpos. Através da exploração da subjetivação, Foucault revela os mecanismos pelos quais a modernidade impõe a normalização e a objetivação. Ao aprofundar-se no conceito de normas e basear-se nas ideias de pensadores pós-estruturalistas como Foucault, emerge uma compreensão mais profunda do impacto da normalização nas estruturas sociais (de Almeida Lima; de Sousa Bacelar, 2019).

Desafiando as noções convencionais de subjetividade, a teoria da normalização de Foucault revela o intrincado funcionamento pelo qual os indivíduos são moldados para se conformarem às normas e expectativas sociais. Ao mergulhar em diversos ramos do conhecimento, incluindo a psiquiatria, a psicologia e a psicanálise, Foucault expõe como essas disciplinas participam ativamente do processo de normalização dos corpos e de redução dos sujeitos a meros objetos na sociedade atual. Através de um exame do processo de subjetivação, a pesquisa de Foucault ilumina os mecanismos através dos quais a normalização influencia e constrói as identidades dos indivíduos no mundo moderno.

O exame de Foucault da dinâmica do poder chama a atenção para a importância da normalização na formação do indivíduo, levando a uma reavaliação das crenças convencionais em relação à construção do ser. Através do seu trabalho inovador sobre a História da Sexualidade, Foucault desafia noções estabelecidas de subjetividade e fornece uma nova lente através da qual se pode compreender a formação dos indivíduos dentro das estruturas sociais e de poder. Em última análise, a teoria de Foucault perturba a compreensão convencional da subjetividade ao destacar a profunda influência dos processos de normalização no desenvolvimento e delineamento de identidades pessoais dentro de estruturas sociais mais ampla.

A influência duradoura da noção de normalização de Foucault pode ser observada na forma como a dinâmica do poder é agora percebida na sociedade moderna, remodelando fundamentalmente a nossa compreensão de como o poder é distribuído e exercido. No cerne da filosofia de Foucault reside a crença de que o poder não é uma entidade tangível, mas sim uma força abrangente que permeia todas as facetas da sociedade, operando através de vários sistemas e instituições. Ao chamar a atenção para os fortes contrastes nas estruturas organizacionais entre as sociedades passadas e presentes, Foucault lançou luz sobre a evolução da dinâmica do poder ao longo da história. A sua análise das relações de poder na sociedade contemporânea, particularmente em relação aos avanços tecnológicos, sublinha a intrincada interação entre poder, controlo e normas sociais.

As ideias inovadoras de Foucault sobre discurso e expressão perturbaram a compreensão tradicional do conhecimento e da verdade, destacando a influência significativa da linguagem e da comunicação na dinâmica do poder. Apesar da sua reputação controversa, as contribuições filosóficas de Foucault tiveram um impacto profundo, suscitando exames críticos dos mecanismos de poder e da normalização social. À medida que a sociedade avançava para a era moderna, novos conceitos e instituições solidificaram ainda mais o discurso em torno da normalização, alterando fundamentalmente as percepções da loucura e da verdade. As ideias de Foucault continuam a ser um catalisador para discussões e debates contínuos sobre a natureza do poder e as suas manifestações nos sistemas democráticos contemporâneos.

As teorias de Foucault sobre a normalização reverberaram em diferentes facetas dos costumes sociais modernos. Segundo Foucault, o poder não é uma entidade concreta, mas sim uma influência abrangente que se infiltra nas trocas e nos estabelecimentos sociais, moldando tanto as ações como as convicções. No centro das ideias de Foucault está a noção de discurso, que desempenha um papel fundamental na formação do conhecimento e dos padrões sociais. Os discursos não são meros reflexos da verdade, mas sim mecanismos através dos quais o poder é exercido e preservado.

O exame da organização social por Foucault revela uma mudança entre as sociedades modernas e contemporâneas, lançando luz sobre as dinâmicas de poder e os processos de normalização em constante mudança. Além disso, a emergência do discurso desempenha um papel fundamental na estrutura de Foucault, pois possui a capacidade transformadora de remodelar elementos sociais e estruturas de poder. Hoje, as teorias de Foucault são aplicadas para analisar a influência das novas tecnologias na dinâmica do poder e nos mecanismos de controle, oferecendo insights valiosos sobre a intrincada interação entre tecnologia, poder e ordem social. Ao examinar de perto as formações discursivas e questionar as verdades subjacentes que moldam as normas sociais, os conceitos de Foucault fornecem uma perspectiva crítica através da qual podemos examinar e desafiar as relações de poder existentes e as práticas normalizadas na sociedade de hoje.

A relevância duradoura das noções de Foucault sobre normalização é evidente nas conversas em curso sobre autonomia pessoal e oposição na sociedade. A sua compreensão do poder como uma força intangível, separada de indivíduos ou lugares específicos, serve como base fundamental para a compreensão dos meandros da dinâmica do poder no mundo moderno. Expandindo as teorias do discurso de Foucault, diversos estudiosos mergulharam na complexa rede de relações de poder e mecanismos de controle das subjetividades dentro das estruturas sociais.

4.4 A Normalização da Gramática e Linguagem no ENEM

A redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é um dos principais instrumentos de avaliação das habilidades dos estudantes em relação à produção textual na modalidade escrita formal da língua portuguesa. A

Competência I (C1), especificamente, avalia o domínio dessa modalidade, abrangendo aspectos como ortografia, pontuação, concordância, regência e escolha vocabular. Para atingir um desempenho satisfatório, os candidatos devem demonstrar conhecimento consolidado das normas gramaticais e capacidade de estruturar suas ideias de forma coesa e coerente (BRASIL, 2024).

DEMONSTRAR DOMÍNIO DA MODALIDADE ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA



A Competência I avalia se o(a) participante domina a modalidade escrita formal da língua portuguesa, o que inclui o conhecimento das convenções da escrita, entre as quais se encontram as regras de ortografia e de acentuação gráfica regidas pelo atual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Além disso, o domínio da modalidade escrita formal será observado na adequação do seu texto em relação tanto às regras gramaticais quanto à construção sintática.

Figura 2 - Apresentação da CI

O domínio da modalidade escrita formal não pode ser visto apenas como um conjunto de regras que o candidato deve seguir, mas como uma prática discursiva profundamente ligada ao controle do conhecimento e da comunicação. Foucault (1987), ao tratar da relação entre linguagem e poder, argumenta que o discurso é uma ferramenta que não só transmite ideias, mas também molda a maneira como os indivíduos se relacionam com a verdade e com os outros. Dentro do contexto da redação do ENEM, essa concepção de discurso como prática de poder reflete-se no modo como os estudantes devem demonstrar não apenas a correção formal, mas também a capacidade de construir argumentos complexos, coerentes e de acordo com as normas estabelecidas pela avaliação. O uso adequado da sintaxe e a escolha precisa de vocabulário são, portanto, vistos como elementos que garantem a inserção do candidato em um espaço de autoridade linguística e acadêmica.

Em sua obra "A Arqueologia do Saber" (1996), Foucault explora como os discursos são formados e como eles determinam o que pode ser dito e como deve ser dito em um dado contexto histórico e social. No caso da redação do ENEM, a avaliação da Competência I exige que o candidato utilize as normas da língua portuguesa de maneira a garantir que seu discurso seja aceito como legítimo dentro do "jogo" acadêmico. A organização sintática, o uso adequado de períodos e a estruturação lógica das ideias são elementos que asseguram

que o texto não apenas seja formalmente correto, mas que também se insira dentro de um modelo discursivo dominante, onde a norma gramatical e o entendimento convencional da língua prevalecem.

Para Foucault, o discurso não é neutro; ele está impregnado de relações de poder que estruturam e controlam a forma como nos expressamos. No contexto da Competência I do ENEM, esse poder se manifesta na expectativa de que os candidatos não apenas cumpram as regras gramaticais, mas também apresentem uma escrita que seja capaz de cumprir as normas de uma linguagem "pura", isenta de desvios e que se mantenha alinhada com os padrões cultos da língua portuguesa. A sintaxe, portanto, torna-se uma das principais formas de controle do discurso. Foucault (1987) sugere que, ao dominar as regras gramaticais, o candidato não só exibe competência linguística, mas também se submete a uma estrutura discursiva que é, por sua vez, legitimada pelo sistema educacional.

Ao refletir sobre a avaliação da Competência I, é possível perceber que a exigência de uma escrita com estrutura complexa e com vocabulário apropriado, como solicitado pelo INEP, pode ser entendida dentro da lógica foucaultiana de disciplina. Como Foucault (2008) coloca, a escrita formal é uma forma de disciplinamento que visa moldar os indivíduos conforme os padrões socialmente estabelecidos, privilegiando um estilo de comunicação claro, objetivo e sem ambiguidades. Nesse sentido, a avaliação do ENEM e o próprio processo de formação do discurso acadêmico buscam não apenas avaliar a capacidade técnica do aluno, mas também reforçar um sistema de normatização e controle discursivo, no qual os candidatos são desafiados a se adequar aos padrões de linguagem impostos pela sociedade.

Primeiramente, você deve atentar ao fato de que a escrita formal é a modalidade da língua associada a textos do tipo dissertativo-argumentativo. Assim, você será alertado(a) sobre a obrigatoriedade de usar a modalidade formal já na proposta de redação: “A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo **em modalidade escrita formal da língua portuguesa** sobre o tema...”.

Figura 3 - Alertas e obrigações da CI

Além da estrutura sintática, a CI avalia desvios gramaticais e de convenções da escrita, como erros ortográficos, acentuação inadequada e uso

equivocado de pontuação. Esses elementos são essenciais para garantir a clareza e a formalidade do texto. De acordo com Da Silva, Calazans e Dos Santos (2019), o domínio das regras gramaticais permite ao escritor estabelecer uma relação de confiança com seu leitor, pois demonstra conhecimento e credibilidade.

A **estrutura sintática** é objeto de avaliação da Competência I, juntamente aos desvios, uma vez que esse aspecto também faz parte das regras da língua portuguesa — aquelas que dizem respeito à construção das frases do texto. Uma estrutura sintática convencional pressupõe a existência de determinados elementos oracionais que se organizam na frase e garantem a fluidez da leitura e a apresentação clara das ideias, com períodos bem estruturados e completos. Além disso, por se tratar de um texto dissertativo-argumentativo, que deve ser escrito na modalidade formal da língua portuguesa, espera-se, para que uma redação receba a nota máxima na Competência I, que os períodos apresentem complexidade em sua construção, com orações subordinadas e intercaladas. Já os textos

Figura 4 - Descrição dos erros I

Outro aspecto relevante da CI é a escolha do registro adequado. O texto dissertativo-argumentativo exige um nível de formalidade que exclui o uso de marcas de oralidade e expressões coloquiais. Segundo Lima e Nascimento (2019), a escrita acadêmica e avaliativa, como a exigida no ENEM, requer distanciamento de construções informais, priorizando um vocabulário técnico e preciso. Esse aspecto é fundamental para diferenciar textos de alto nível daqueles que apresentam fragilidades na construção discursiva.

- **convenções da escrita:** acentuação, ortografia, uso de hífen, emprego de letras maiúsculas e minúsculas e separação silábica (translineação);
- **gramaticais:** regência verbal e nominal, concordância verbal e nominal, tempos e modos verbais, pontuação, paralelismos sintático, morfológico e semântico, emprego de pronomes e crase;
- **escolha de registro:** adequação à modalidade escrita formal, isto é, ausência de uso de registro informal e/ou de marcas de oralidade;
- **escolha vocabular:** emprego de vocabulário preciso, o que significa que as palavras selecionadas são usadas em seu sentido correto e são apropriadas ao contexto em que aparecem.

Figura 5 -- Descrição dos erros II

A escolha vocabular também é um fator determinante na avaliação da Competência I. O emprego de palavras adequadas ao contexto é um indicativo de maturidade textual. Foucault (1996), ao discutir a formação dos discursos, argumenta que a escolha lexical não é apenas uma questão estilística, mas também uma forma de posicionamento ideológico e cognitivo dentro de um determinado contexto discursivo. No caso da redação do ENEM, um vocabulário bem selecionado contribui para a construção de argumentos sólidos e persuasivos.

No que se refere à pontuação, a CI exige o uso correto de sinais gráficos para marcar pausas e estabelecer relações lógicas no texto. O mau uso de vírgulas, pontos e outros sinais pode comprometer a legibilidade do texto e, consequentemente, a coerência argumentativa. Segundo Foucault (2008), a escrita acadêmica se sustenta na organização estrutural precisa, na qual a pontuação exerce papel fundamental na delimitação das unidades de sentido.

A avaliação da Competência I (CI) ocorre de forma escalonada, atribuindo pontuações que variam de 0 a 200 pontos, de acordo com o nível de domínio demonstrado pelo candidato. Para atingir a pontuação máxima, é necessário demonstrar excelência na escrita formal, com desvios ocorrendo apenas de forma excepcional. Já pontuações intermediárias são atribuídas a textos que apresentam erros pontuais, enquanto textos com grande quantidade de desvios recebem notas mais baixas (BRASIL, 2022). A distribuição da pontuação pode ser interpretada como uma forma de disciplinamento, onde os candidatos são conduzidos a se adequar a um padrão linguístico específico. Segundo Foucault (1975), essa normalização da escrita pode ser vista como uma técnica de controle que visa organizar a produção do saber de acordo com certos parâmetros que são definidos como legítimos. O sistema de pontuação reflete esse processo de regulação, valorizando aqueles que dominam as normas estabelecidas, e penalizando aqueles que se desviam desse modelo.

Um dos desafios enfrentados pelos candidatos na CI é a internalização das regras gramaticais e ortográficas, especialmente após a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O Inep destaca que as novas normas, como a eliminação de certos acentos gráficos e o uso do hífen, ainda representam dificuldades para muitos estudantes. Nesse sentido, a prática contínua da escrita e a leitura de textos formais são estratégias fundamentais

para a assimilação dessas regras (BRASIL, 2017). Foucault (1996) explicita que, em sistemas educacionais como o do ENEM, a escrita formal não é apenas um reflexo de uma competência técnica, mas um instrumento de controle sobre a produção de conhecimento. A norma ortográfica e gramatical se torna, então, uma ferramenta de organização social, onde o sujeito que domina a língua é inserido no campo acadêmico e profissional, enquanto aquele que falha em atender a esses requisitos permanece à margem dessa organização do saber.

A necessidade de desenvolver um texto coeso e coerente também exige atenção especial à regência e à concordância. O uso inadequado desses elementos pode comprometer a interpretação do texto. Como destaca Foucault (1987), a escrita disciplinada pressupõe o respeito a regras linguísticas que garantam a transmissão precisa do pensamento. Nesse contexto, a escrita formal se torna uma prática que não só estrutura a comunicação, mas também exerce uma função de vigilância e controle sobre o indivíduo. O processo de redigir, especialmente em um exame como o ENEM, atua como uma forma de treinamento que visa aperfeiçoar o sujeito dentro dos limites estabelecidos pela sociedade. Esse domínio das regras formais pode ser visto, conforme Foucault, como um processo de normalização, onde o sujeito se adapta a uma "gramática do poder", onde seu conhecimento e capacidade de se expressar de maneira normativa são constantemente avaliados e controlados.

A pontuação atribuída à Competência I está diretamente relacionada à capacidade do candidato de demonstrar um repertório linguístico consistente. Segundo Paulinelli e Fortunato (2016), estudantes que praticam a escrita argumentativa de forma sistemática desenvolvem maior domínio da norma culta, o que reflete em melhor desempenho na redação. Foucault (1996) nos lembra que essa prática não é neutra: ela é uma forma de produção de sujeitos que se ajustam aos padrões exigidos pela instituição. Ao ser submetido à constante avaliação, o candidato internaliza as normas e as repete, não apenas em um processo de aprendizagem, mas também como um mecanismo de adaptação a uma estrutura de poder que regula o uso da linguagem. Isso reflete a ideia de Foucault sobre a disciplina como um processo contínuo de moldagem do indivíduo, que se adequa aos parâmetros exigidos pela sociedade e pela instituição.

Os textos avaliados com notas mais baixas na Competência I geralmente apresentam problemas recorrentes de coesão e coerência, dificultando a compreensão do leitor. O uso inadequado de elementos sintáticos e a presença de erros ortográficos e gramaticais são fatores que impactam negativamente a avaliação. Lima e Nascimento (2019) destacam que a escrita acadêmica exige atenção minuciosa aos detalhes linguísticos, pois são eles que garantem a credibilidade do discurso. Foucault (1996) argumenta que, ao falhar em se ajustar às regras, o indivíduo se posiciona fora do campo de poder linguístico e social estabelecido, sendo, assim, marginalizado. No entanto, essa margem também revela os limites da disciplina, e como os padrões de escrita, como qualquer outra prática discursiva, podem ser questionados e reformulados ao longo do tempo.

A importância do domínio da modalidade escrita formal extrapola os limites do ENEM. No contexto acadêmico e profissional, a capacidade de redigir textos formais é uma habilidade essencial. Foucault (1996) argumenta que a escrita é um instrumento de poder e conhecimento, sendo fundamental para a construção do saber e para a inserção do indivíduo no meio acadêmico e social. A forma como o conhecimento é produzido e transmitido através da linguagem, e como a escrita formal regula essa transmissão, é um reflexo das relações de poder que estruturam a sociedade. A competência linguística, então, se configura como uma habilidade de controle social e de inserção nos espaços acadêmicos e profissionais, moldando os sujeitos de acordo com as expectativas normativas. Nesse sentido, a avaliação da Competência I na redação do ENEM pode ser vista como uma forma de reproduzir esse modelo de poder, estabelecendo critérios que reforçam a hierarquia do saber e a autoridade do discurso normativo.

Diante do exposto, fica evidente que a Competência I da redação do ENEM avalia aspectos fundamentais para a construção de um texto dissertativo-argumentativo eficaz. O domínio da norma culta, a estruturação sintática adequada, a escolha vocabular precisa e a utilização correta da pontuação são critérios que determinam o desempenho do candidato. Dessa forma, a preparação para a redação deve incluir não apenas o estudo das normas gramaticais, mas também a prática constante da escrita formal, garantindo a internalização das regras e o desenvolvimento de um repertório

linguístico sólido. A internalização dessa escrita formal, como propõe Foucault, reflete um processo de adaptação do indivíduo às normas sociais, estruturando-o dentro de um sistema de conhecimento e poder que define o que é considerado legítimo e aceitável no discurso acadêmico.

4.5 Construção Discursiva na Competência II do ENEM: o Poder e a Subjetividade

No que diz respeito à Competência II, a análise recai sobre a compreensão da proposta de redação e a habilidade de mobilizar conceitos de diversas áreas do conhecimento para desenvolver o tema dentro das exigências do texto dissertativo-argumentativo. Essa demanda reflete um ideal de formação holística e interdisciplinar, frequentemente inacessível para estudantes que enfrentam uma educação fragmentada e insuficiente.

O segundo aspecto a ser avaliado no seu texto é a compreensão da proposta de redação, composta por um tema específico a ser desenvolvido na forma de **texto dissertativo-argumentativo** — ou seja, a proposta exige que o(a) participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é um texto em que, por meio de argumentação, se faz a defesa de uma ideia ou de um ponto de vista. É mais do que uma simples exposição de ideias; por isso, você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo, devendo assumir claramente um ponto de vista. Além disso, é preciso que o ponto de vista que você irá defender esteja relacionado ao

VOLTAR PARA O SUMÁRIO

14

A REDAÇÃO DO ENEM 2024
CARTILHA DO PARTICIPANTE

tema definido na proposta. Assim, você atenderá às exigências expressas pela Competência II da Matriz de Referência para a Redação do Enem. Trata-se, portanto, de uma competência que avalia as habilidades integradas de leitura e de escrita.

Figura 6 - Apresentação da CII

Os enunciados da cartilha, ao definir o formato e os requisitos de uma redação "ideal", atua como um regulador do comportamento discursivo do candidato, direcionando-o para uma forma de argumentação que esteja em conformidade com os padrões exigidos pela avaliação. O trecho que instrui o candidato a escrever um "texto dissertativo-argumentativo" já implica a

normatização de um gênero textual específico, com a imposição de um formato que exclui outras formas de expressão. A cartilha deixa claro que o candidato não deve apenas expor ideias, mas assumir um ponto de vista e defendê-lo por meio de argumentação. Esse direcionamento pode ser entendido como uma forma de "poder disciplinar", conforme Foucault, no qual as instituições, por meio de seus regulamentos e normas, normatizam as ações dos indivíduos de forma a garantir que se comportem dentro de um padrão desejado. O poder aqui não é apenas uma imposição externa, mas uma estrutura invisível de controle, que é internalizada pelo sujeito (o candidato), que aprende e aceita as normas como um comportamento desejável.

Ao determinar que o candidato deve escrever de maneira argumentativa e assumir uma posição clara, a cartilha do ENEM cria uma "norma" sobre o que é considerado uma redação bem-sucedida. O sujeito, ou seja, o candidato, é conduzido a se adaptar a essa norma e a moldar suas próprias ações e pensamentos para atender às expectativas da instituição. Foucault descreve como a normalização não é um processo de dominação explícita, mas de internalização gradual das normas. Dessa forma, o candidato, ao seguir as orientações da cartilha, acaba se tornando um sujeito disciplinado que adota as regras de argumentação e de estruturação do texto como algo natural e necessário para seu sucesso. Esse processo de normatização, como Foucault descreve, ocorre por meio de práticas que, muitas vezes, parecem ser apenas instruções pedagógicas, mas que, na realidade, têm um efeito de conformar o sujeito a um padrão. A cartilha, ao insistir na necessidade de evitar a exposição simples e exigir a defesa de uma ideia, cria uma forma de subjetividade em que o candidato internaliza a ideia de que uma boa redação só pode ser aquela que segue rigorosamente essas normas.

- leia com atenção a proposta da redação e os textos motivadores para compreender bem o que está sendo solicitado;
- reflita sobre o tema proposto para definir qual será o foco da sua discussão, isto é, para decidir como abordá-lo, qual será o ponto de vista adotado e como defendê-lo;
- não copie trechos dos textos motivadores. A recorrência de cópia é avaliada negativamente e fará que sua redação tenha uma pontuação mais baixa ou, até mesmo, seja anulada como cópia;
- evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores. Você pode se apropriar dessas ideias para construir sua argumentação, mas não deve se esquecer de utilizar informações que extrapolem a prova de redação e sejam relacionadas a uma área do conhecimento (repertório sociocultural);

Figura 7 - Orientações gerais I

A primeira recomendação, "leia com atenção a proposta da redação e os textos motivadores para compreender bem o que está sendo solicitado", pode ser vista como um exemplo de como o poder disciplinar se manifesta na educação. O ato de "compreender bem" implica que o candidato deve se ajustar a um conjunto de expectativas institucionais sobre como ele deve interpretar e abordar o tema proposto. Foucault (1999, p. 218) descreve como a educação funciona como uma prática disciplinar que regula a maneira como os indivíduos devem pensar e agir. Nesse caso, a cartilha está criando uma norma de comportamento que orienta o candidato a se concentrar nas expectativas do exame, garantindo que ele internalize essas normas para responder de forma adequada.

Outrossim, a orientação para "refletir sobre o tema proposto para definir qual será o foco da sua discussão" e "decidir como abordá-lo, qual será o ponto de vista adotado e como defendê-lo" revela uma tentativa de construir uma postura discursiva disciplinada. O candidato é incentivado a organizar suas ideias de acordo com um foco específico e uma linha de raciocínio clara. Ao ser orientado a escolher um ponto de vista e defendê-lo com clareza, o candidato é levado a se comportar de acordo com uma norma discursiva que exige estrutura, organização e foco. A cartilha não apenas instrui sobre a forma de escrever, mas também normatiza a maneira de pensar sobre o tema e a argumentação.

Ademais, a proibição de "copiar trechos dos textos motivadores" é uma medida disciplinar importante, pois reforça a ideia de que o candidato deve produzir um discurso autêntico, mesmo quando utiliza materiais externos. Foucault (1999, p.220) discute como as práticas disciplinares regulam o comportamento dos indivíduos, e nesse contexto, a cartilha não apenas orienta sobre o que fazer, mas também impõe uma consequência — a redução da pontuação ou a anulação da redação — como forma de garantir que o candidato siga as normas. Ao recomendar que o candidato "não se prenda às ideias desenvolvidas nos textos motivadores", a cartilha faz uma distinção entre o uso do repertório proposto e a necessidade de extrapolar esse conteúdo. Nesse sentido, a cartilha do ENEM orienta o candidato a não se limitar ao que foi dado, mas a se apropriar das ideias e expandi-las com informações que extrapolam o texto motivador, relacionadas a áreas do conhecimento mais amplas.

Além disso, a orientação de utilizar "informações que extrapolem a prova de redação" e "sejam relacionadas a uma área do conhecimento" pode ser vista como um incentivo à formação de um sujeito que não apenas segue a norma da redação do ENEM, mas também se comporta de maneira crítica, utilizando seu conhecimento de outras áreas para enriquecer seu discurso. Foucault (1999, p. 221) aponta que o poder disciplinar molda os sujeitos de tal maneira que eles passam a produzir suas ações e pensamentos de acordo com um modelo pré-estabelecido. Neste caso, o modelo de argumentação é ampliado com a inclusão de repertório sociocultural, mas ainda dentro dos limites da norma educacional.

- selecione, a partir de seus conhecimentos próprios, e não apenas dos textos motivadores, informações de áreas do conhecimento pertinentes ao tema e articule-as de modo produtivo no seu texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudá-lo a validar seu ponto de vista. Informações e citações soltas no texto, por mais variadas e interessantes que sejam, perdem sua relevância quando não associadas produtivamente à defesa do ponto de vista desenvolvido em seu texto;
- mantenha-se dentro dos limites do tema proposto, tomando cuidado para não se afastar do seu foco. Esse é um dos principais problemas identificados nas redações. Nesse caso, duas situações podem ocorrer: fuga total ou tangenciamento ao tema.

A primeira recomendação, "selecione, a partir de seus conhecimentos próprios, e não apenas dos textos motivadores, informações de áreas do conhecimento pertinentes ao tema", sugere que o candidato deve ir além dos textos apresentados, utilizando seu próprio repertório cultural e acadêmico. Essa orientação está intimamente ligada ao processo de normatização do sujeito, pois exige que o candidato produza um discurso que não apenas se limite ao conteúdo dos textos motivadores, mas que também expanda esse conteúdo com base no seu próprio conhecimento. Foucault (1999, p. 221) argumenta que o poder disciplinar age criando um comportamento regulado em relação à produção de saberes; assim, a cartilha está direcionando o candidato a usar seu conhecimento de forma estruturada e focada, não como um simples agregado de informações, mas como um instrumento que contribua diretamente para a defesa de seu ponto de vista.

Ademais, o sujeito redator, ao seguir a orientação de articular suas ideias de forma produtiva, é levado a organizar suas informações de acordo com uma lógica institucional que garante a conformidade com as expectativas do exame. A cartilha orienta o candidato a integrar as informações dentro de um "propósito muito bem definido", ou seja, para que cada elemento do texto tenha um papel claro e funcional na defesa do ponto de vista. Foucault (1999, p. 218) descreve esse tipo de controle como uma forma de disciplinamento que visa maximizar a eficiência e a funcionalidade das práticas individuais dentro dos parâmetros estabelecidos pela instituição.

Ao refletir sobre essas orientações, fica claro que a cartilha do ENEM 2024 exerce uma forma de poder disciplinar sobre os candidatos, moldando seus comportamentos discursivos e sua forma de pensar de acordo com um modelo de argumentação que é considerado adequado pela instituição. O candidato, ao seguir essas diretrizes, não está apenas ajustando sua redação, mas também internalizando as normas que regem o discurso acadêmico e institucional, adotando uma postura que está em conformidade com as expectativas do exame. Esse processo de normalização, conforme descrito por Foucault, é fundamental para entender como as práticas educacionais moldam o sujeito redator, criando uma conformidade com as normas estabelecidas que se reflete não apenas no texto produzido, mas também na maneira como o candidato pensa e organiza suas ideias.

4.5 A Competência III: a Produção da Subjetividade no contexto educacional

Por sua vez, a Competência III examina a capacidade de selecionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos para sustentar um ponto de vista. Essa competência requer habilidades críticas e analíticas que, muitas vezes, são desenvolvidas em contextos educacionais mais privilegiados, acentuando a disparidade entre diferentes grupos sociais.

O trecho da cartilha, ao destacar a importância da "inteligibilidade" do texto, que depende de fatores como a seleção de argumentos e a organização lógica do conteúdo, pode ser interpretado como uma manifestação de poder disciplinar que busca moldar a forma de pensar e escrever dos candidatos.

A Competência III trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência e da plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que está alicerçado no planejamento prévio à escrita, isto é, na elaboração de um **projeto de texto**.

A inteligibilidade da sua redação depende, portanto, dos seguintes fatores:

- seleção de argumentos;
- relação de sentido entre as partes do texto;
- progressão adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são, pouco a pouco, apresentadas de forma organizada;
- desenvolvimento dos argumentos, com a explicitação da relevância das ideias apresentadas para a defesa do ponto de vista definido.

Figura 9 - Apresentação da CIII

O conceito de "competência" presente no trecho é central para o entendimento da normatização do sujeito. A cartilha define claramente o que é esperado do candidato: um texto coerente e plausível, cujas ideias devem ser organizadas de maneira lógica e progressiva. Foucault (1999, p. 217) descreve o processo de normalização como a criação de padrões pelos quais os sujeitos devem se comportar, e aqui a cartilha está, de fato, criando um modelo discursivo que o candidato deve seguir para ser considerado competente. A exigência de que o texto tenha uma relação de sentido entre suas partes e que a progressão das ideias seja adequada não apenas estrutura o conteúdo de forma lógica, mas também condiciona a mente do candidato a seguir esse padrão. Ao internalizar essas regras, o candidato se torna um sujeito que produz textos

dentro de uma estrutura normativa de coerência e coesão, ajustando seus pensamentos à expectativa da avaliação.

Além disso, ao enfatizar que o candidato deve planejar o texto e organizar suas ideias de maneira progressiva, a cartilha do ENEM reforça um processo de autocontrole do sujeito, que deve vigiar e disciplinar sua própria produção textual. O sujeito, ao seguir essa norma, internaliza um modelo de escrita que não é apenas técnico, mas também comportamental, na medida em que o candidato se vê compelido a agir conforme a expectativa institucional, que dita como as ideias devem ser apresentadas e desenvolvidas. Outrossim, o conceito de "planejamento prévio à escrita" também se alinha com a noção de vigilância descrita por Foucault. No contexto do ENEM, a cartilha atua como uma ferramenta de vigilância ao sugerir que o candidato elabore um "projeto de texto" antes de escrever. Esse planejamento, embora pareça uma simples recomendação pedagógica, é, na verdade, uma forma de disciplinar a escrita, criando um comportamento esperado do candidato, que, ao seguir essas diretrizes, internaliza uma forma específica de organizar seus pensamentos e argumentos.

Do mesmo modo, a exigência de que o desenvolvimento dos argumentos seja "adequado ao desenvolvimento do tema", ou seja, que as ideias apresentadas sejam relevantes e progressivamente desenvolvidas, reflete a normatização do sujeito no processo de redação. Foucault (1999, p. 226) argumenta que a normalização cria uma forma de subjetividade que é internalizada pelo indivíduo, que, ao produzir um texto para o ENEM, não apenas segue regras de estrutura, mas também adota uma maneira específica de pensar sobre os argumentos e a maneira de apresentá-los. A cartilha, ao enfatizar a necessidade de uma "progressão adequada" e uma "organização das ideias", molda o sujeito para que ele se comporte de acordo com o que é considerado "aceitável" e "competente" dentro do sistema educacional.

Seguem algumas recomendações para atender plenamente às expectativas em relação à Competência III:

- defina, a partir do tema apresentado na prova de redação, qual será o ponto de vista que você vai defender em seu texto;
- reúna todas as ideias que lhe ocorrerem sobre o tema e depois selecione as que forem pertinentes para a defesa do seu ponto de vista, procurando organizá-las em uma estrutura coerente para usá-las no desenvolvimento do seu texto;
- verifique se as informações, os fatos, as opiniões e os argumentos selecionados são pertinentes para a defesa do seu ponto de vista;
- procure, na organização das ideias selecionadas para serem abordadas em seu texto, definir uma ordem que possibilite ao(à) leitor(a) acompanhar o seu raciocínio facilmente, o que significa que a progressão textual deve ser fluente e articulada com o projeto do texto;

Figura 10 - Recomendações I

O trecho apresenta recomendações que são claramente voltadas para a normatização do sujeito redator. A primeira orientação, para que o candidato defina "qual será o ponto de vista que você vai defender em seu texto", já aponta para a criação de uma norma comportamental: o candidato não deve apenas escrever sobre o tema, mas adotar uma postura ativa e posicionada, defendendo uma ideia de forma clara. Essa exigência de uma postura discursiva é uma forma de "normalização", na qual o sujeito é guiado para se comportar de acordo com o que é considerado adequado e correto no contexto de produção textual.

Além disso, a recomendação de reunir ideias e, em seguida, selecionar aquelas que são "pertinentes para a defesa do seu ponto de vista" exemplifica o processo de "seleção" e "organização" do discurso. A seleção de ideias é uma forma de autocontrole, onde o candidato, ao seguir essa orientação, está internalizando a norma de que a argumentação deve ser focada, lógica e coerente. A necessidade de eliminar ideias que não são pertinentes para a defesa do ponto de vista exige que o candidato se discipline em relação àquilo que é considerado "relevante" ou "adequado" para o texto. Esse processo de organização das ideias, conforme o que é visto como relevante, reflete um controle sobre o conteúdo e a estrutura do pensamento, alinhado à proposta de normalização do sujeito, como Foucault descreve.

A orientação sobre a "progressão textual" e a organização das ideias de forma que o "leitor(a) acompanhe o seu raciocínio facilmente" também é um exemplo claro de como a cartilha normatiza o sujeito redator. A exigência de uma progressão fluente e articulada reflete a aplicação de uma norma de coerência e coesão, onde o candidato é guiado a estruturar seu texto de forma que cada ideia seja apresentada de maneira lógica e sequencial. Essa organização do discurso é uma forma de disciplinamento do sujeito, que deve se submeter a uma estrutura predefinida para garantir que seu texto seja considerado adequado e eficaz.

O "projeto do texto" mencionado também se conecta com a ideia de planejamento antecipado, um princípio que Foucault associa ao processo de vigilância e autocontrole. O candidato, ao planejar previamente o texto, é incentivado a controlar seu processo de escrita de forma metódica, garantindo que cada parte do texto seja organizada e alinhada com as expectativas institucionais. O planejamento do texto, portanto, não é apenas uma recomendação técnica, mas uma forma de ensinar o candidato a vigiar e controlar sua própria produção, evitando desvios das normas preestabelecidas.

A cartilha também utiliza uma linguagem que sugere que a tarefa de escrever uma boa redação é algo que deve ser internalizado pelo candidato como um processo natural. Ao instruir o candidato a seguir um "projeto de texto" e organizar as ideias de maneira sequencial, ela contribui para a construção de um sujeito que, ao fazer sua redação, não apenas escreve de maneira técnica, mas também adota a norma como um princípio internalizado.

- examine com atenção a introdução e a conclusão, para garantir que a coerência tenha sido mantida entre o início e o final da redação;
- observe se os argumentos apresentados convergem para a defesa de seu ponto de vista. Além disso, verifique se todos eles estão bem desenvolvidos e não deixam lacunas de sentido para serem preenchidas pelo(a) leitor(a);
- evite apresentar informações, fatos e opiniões soltos no texto, sem desenvolvimento e sem articulação com as outras ideias apresentadas.

Figura 11 - Recomendações II

A normatização de "examinar com atenção a introdução e a conclusão" e "garantir que a coerência tenha sido mantida entre o início e o final da redação" sugere um modelo de redação altamente estruturado, no qual o candidato deve organizar suas ideias de forma lógica e previsível. A coerência entre a introdução e a conclusão é uma norma discursiva que visa garantir que o texto tenha uma progressão fluida e que as ideias se articulem de maneira clara e objetiva. Nesse caso, a estruturação rígida da redação, que exige uma relação clara entre início e fim, contribui para a produção de um sujeito disciplinado que internaliza essas normas de organização textual como um comportamento esperado e natural.

Além disso, ao recomendar que o candidato "verifique se todos os argumentos estão bem desenvolvidos e não deixam lacunas de sentido", a cartilha reforça o princípio de que a produção textual deve ser coesa e completa, sem espaço para omissões ou lacunas. Essa expectativa de completude e clareza pode ser vista como uma forma de vigilância, na qual o sujeito é incentivado a se autocorriger e se auto-monitorar, evitando falhas que possam comprometer a eficácia do seu texto. A exigência de que os argumentos sejam bem desenvolvidos e sem lacunas implica que o candidato deve revisar e ajustar seu próprio texto, internalizando a norma de que um bom texto é aquele que está completamente estruturado e livre de ambiguidades.

Ao reunir essas recomendações, a cartilha do ENEM 2024 constrói um padrão discursivo que não apenas regula a forma como o candidato deve escrever, mas também como ele deve pensar e se comportar ao construir suas argumentações. Ao seguir essas diretrizes, o candidato se normaliza a um modelo de escrita que é disciplinado, coerente e em conformidade com as expectativas da instituição. Essa normalização do sujeito é um reflexo do poder disciplinar que, de forma invisível, normaliza o comportamento dos indivíduos e os direciona para um padrão estabelecido pelo poder.

4.6 Competência IV: Coesão e Regulamentação do Discurso no ENEM

No campo dos mecanismos linguísticos, a Competência IV avalia o uso de recursos necessários à construção de uma argumentação coesa e coerente. O domínio dessas técnicas argumentativas é, geralmente, fruto de práticas

pedagógicas específicas, ainda pouco acessíveis à ampla maioria dos estudantes, reforçando desigualdades no processo avaliativo.

Os aspectos a serem avaliados na Competência IV dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência entre as ideias. Essa articulação é feita mobilizando-se recursos coesivos, em especial operadores argumentativos, que são os principais termos responsáveis pelas relações semânticas construídas ao longo do texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, relações de igualdade (assim como, outrossim etc.), de adversidade (entretanto, porém etc.), de causa/

Figura 12 - Apresentação da CIV

O texto destaca a "estruturação lógica e formal" como um dos aspectos centrais da Competência IV, e é interessante observar que a cartilha orienta o candidato a organizar seu texto de maneira que as frases e parágrafos se articulem de forma coerente. Foucault (1999, p. 218) argumenta que a disciplina moderna se manifesta na regulação das ações e no controle das práticas individuais, e aqui, essa regulação ocorre por meio da organização formal e lógica das ideias. O candidato, ao seguir a recomendação de estabelecer uma relação coerente entre as partes do texto, é levado a se conformar a um padrão de organização que é considerado adequado e aceitável dentro do contexto educacional.

Além disso, a exigência de que o candidato utilize "recursos coesivos", como operadores argumentativos que estabeleçam relações semânticas entre as partes do texto, também pode ser vista como uma forma de disciplinamento. Ao instruir os candidatos a empregar recursos como "assim como", "entretanto" e "por isso", a cartilha não apenas orienta sobre como criar um texto coeso, mas também normaliza o comportamento discursivo do sujeito, forçando-o a adotar uma maneira específica de construir suas relações entre as ideias. O uso de operadores argumentativos se torna, assim, uma prática que contribui para a internalização da norma discursiva, fazendo com que o candidato "pense" e "escreva" de acordo com o que é esperado pela avaliação.

Procure utilizar as seguintes estratégias de coesão para se referir a elementos que já apareceram no texto:

- a) substituição de termos ou expressões por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, advérbios que indicam localização, artigos;
 - b) substituição de termos ou expressões por sinônimos, hipônimos, hiperônimos ou expressões resumitivas;
 - c) substituição de verbos, substantivos, períodos ou fragmentos do texto por conectivos ou expressões que retomem o que foi dito;
 - d) elipse ou omissão de elementos que já tenham sido citados ou que sejam facilmente identificáveis.
- Utilize operadores argumentativos para relacionar orações, períodos e parágrafos de forma expressiva ao longo do texto.
 - Verifique se o elemento coesivo utilizado estabelece a relação de sentido pretendida.

Figura 13 - Apresentação das estratégias de coesão

A cartilha sugere diversas estratégias de coesão, como a substituição de termos por pronomes, sinônimos ou conectivos, visando à construção de um texto coeso e lógico. Foucault (1999, p. 221) afirma que “o poder disciplinar exerce-se no nível do corpo, mas também na própria organização das ações e pensamentos”. A cartilha, ao pedir que o candidato utilize tais estratégias, atua no nível discursivo, exigindo que a produção textual siga uma estrutura normativa. O uso de pronomes, sinônimos e conectivos estabelece uma lógica interna para a redação, com a intenção de garantir uma sequência clara e fluida de ideias. Isso se alinha com a normatização do sujeito, que, ao seguir essas diretrizes, se normaliza a um modelo discursivo regulamentado, internalizando essas técnicas de coesão como comportamentos naturais.

A exigência de que o candidato “verifique se o elemento coesivo utilizado estabelece a relação de sentido pretendida” reforça o conceito de auto-vigilância que Foucault descreve. O sujeito redator, ao revisar e garantir que cada elemento coesivo tenha a relação semântica adequada, está realizando um processo de autocontrole, ajustando seu comportamento discursivo de acordo com as expectativas da avaliação. Esse comportamento disciplinado não é imposto diretamente, mas internalizado, fazendo com que o candidato revise seu texto para aderir a um padrão que, embora implícito, é claramente exigido.

Além disso, o uso de operadores argumentativos para articular orações, períodos e parágrafos ao longo do texto também demonstra o controle sobre a

organização do pensamento. No caso da redação do ENEM, o uso de operadores argumentativos serve para normalizar o fluxo do pensamento e a estrutura lógica do discurso. O candidato deve aplicar esses operadores de maneira expressiva, mas sempre dentro de um padrão que obedece à lógica da argumentação acadêmica. Ao seguir essa norma, o candidato não apenas ajusta sua redação, mas também internaliza uma maneira específica de organizar e articular suas ideias, moldando sua própria produção discursiva dentro dos limites impostos pela instituição.

ATENÇÃO!

Não utilize elementos coesivos de forma artificial ou excessiva, apenas porque é um dos critérios avaliados na prova de redação ou porque seu texto vai parecer mais bem escrito. Uma boa coesão não depende da mera presença de conectivos no texto muito menos de serem utilizados em grande quantidade — é preciso que esses recursos estabeleçam relações lógicas adequadas entre as ideias apresentadas.

Figura 14 - Alerta da CIV

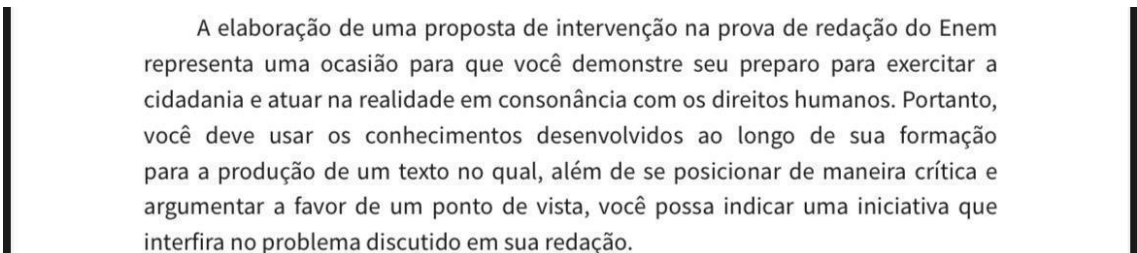
O trecho, que alerta para o uso excessivo e artificial de elementos coesivos, reflete a ideia de que a simples aplicação de uma técnica não é suficiente para garantir a eficácia do texto. No caso da redação do ENEM, a norma não exige apenas que o candidato use conectivos de maneira mecânica, mas que ele os utilize de forma que estabeleçam relações lógicas adequadas entre as ideias. Isso indica que o sujeito redator não apenas deve seguir uma regra externa de uso de conectivos, mas também internalizar a importância da lógica e da clareza na argumentação. A cartilha, ao advertir contra o uso excessivo de conectivos, está disciplinando o candidato a evitar a superficialidade e a mecânica, e a focar na qualidade da coesão discursiva.

A advertência contra o uso excessivo de conectivos também se relaciona com a ideia de que o poder disciplinar não atua apenas pela imposição de regras, mas pela internalização de práticas que os sujeitos reproduzem de maneira voluntária. Ao ser orientado a usar os conectivos de forma adequada e econômica, o candidato não só normaliza sua escrita, mas também internaliza uma visão de como deve estruturar seu pensamento e sua argumentação. O uso estratégico dos conectivos, portanto, se torna um reflexo de uma prática disciplinada que o sujeito redator adota ao se conformar às expectativas educacionais.

Além disso, a orientação de que "uma boa coesão não depende da mera presença de conectivos" está intimamente ligada à regulação da forma de pensar do candidato. No caso da redação, a cartilha sugere que o candidato não deve utilizar conectivos apenas para "preencher lacunas", mas deve usá-los de forma a criar uma articulação lógica que realmente faça sentido no desenvolvimento do texto. Assim, a cartilha, ao orientar o uso adequado de elementos coesivos e advertir contra o uso excessivo e artificial, normaliza o candidato para que ele internalize não apenas as regras de coesão, mas também a lógica que subjaz a essas normas. Dessa forma, o candidato se ajusta a um padrão de escrita que, ao mesmo tempo em que respeita as normas institucionais, também reflete uma forma disciplinada de organização do pensamento.

4.7 Competência V do ENEM: O Controle e a Formação Social do Sujeito Redator

Por fim, a Competência V exige dos candidatos a elaboração de uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. Essa competência pressupõe um nível elevado de reflexão ética e prática, associado à capacidade de formular soluções viáveis e críticas, habilidades geralmente incentivadas em contextos educacionais que promovem a cidadania ativa e o pensamento crítico.



A elaboração de uma proposta de intervenção na prova de redação do Enem representa uma ocasião para que você demonstre seu preparo para exercitar a cidadania e atuar na realidade em consonância com os direitos humanos. Portanto, você deve usar os conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação para a produção de um texto no qual, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, você possa indicar uma iniciativa que interfira no problema discutido em sua redação.

Figura 15 - Apresentação da CIV

A cartilha destaca que a proposta de intervenção deve demonstrar o preparo do candidato para "exercitar a cidadania" e atuar na realidade "em consonância com os direitos humanos". Foucault (1999, p. 220) argumenta que o poder disciplinar se manifesta não apenas na conformidade dos indivíduos com as regras explícitas, mas também na internalização de um comportamento ético que se alinha aos valores sociais dominantes. Ao exigir que o candidato

proponha uma intervenção que respeite os direitos humanos, a cartilha está, na verdade, disciplinando o sujeito para que ele se comporte de acordo com uma norma ética que é considerada adequada dentro da sociedade e do sistema educacional. A proposta de intervenção, portanto, não é apenas uma questão técnica de escrita, mas também uma forma de modelar o candidato para que ele se posicione de acordo com os valores institucionalmente aceitos.

Foucault (1999, p. 223) descreve a forma como as instituições educacionais têm o poder de produzir "sujeitos éticos", ou seja, indivíduos cujos comportamentos e ações se alinham aos padrões definidos pela sociedade. Ao orientar o candidato a se posicionar de maneira crítica sobre o problema discutido, a cartilha do ENEM não apenas pede que ele elabore uma proposta prática, mas que ele se torne um sujeito que compreende e age de acordo com os princípios éticos considerados fundamentais, como a defesa dos direitos humanos. Essa orientação cria uma subjetividade disciplinada, pois o candidato é levado a pensar sobre sua atuação dentro dos limites de uma intervenção que, mesmo sendo uma expressão de sua própria voz, deve estar em sintonia com um modelo ético pré-definido.

Além disso, a cartilha coloca como uma exigência que o candidato "indique uma iniciativa que interfira no problema discutido", reforçando a ideia de que a intervenção deve ser prática e funcional. Essa exigência reflete a normalização do sujeito, pois o candidato deve não apenas apresentar uma ideia, mas uma proposta concreta de mudança que se ajusta às normas e expectativas institucionais. Foucault (1999, p. 217) explica que o poder disciplinar visa a criação de uma ordem e estrutura nas ações dos sujeitos; dessa forma, a cartilha está moldando a forma de pensar do candidato, incentivando-o a se engajar em soluções que se alinham com uma visão pragmática e organizada de intervenção. O candidato, ao propor uma solução prática, está internalizando a norma de que, em contextos educacionais e sociais, a ação não deve ser apenas reflexiva, mas também resolutiva e alinhada a valores como a justiça social e os direitos humanos.

A proposta de intervenção precisa estar relacionada ao tema e integrada ao seu projeto de texto. Considerando seu planejamento de escrita (avaliado na Competência III), sua proposta deve ser coerente em relação ao ponto de vista desenvolvido e aos argumentos utilizados, já que expressa sua visão, como autor(a), das possíveis soluções para a questão discutida. Assim, é necessário que a intervenção apontada responda aos problemas abordados por você, mostrando-se articulada ao seu projeto de texto.

Figura 16 - Orientações da CV

O enunciado destaca a necessidade de que a proposta de intervenção esteja "relacionada ao tema e integrada ao seu projeto de texto", exigindo que a intervenção seja coerente com o ponto de vista e os argumentos desenvolvidos ao longo da redação. No contexto da redação, essa coerência e integração exigidas pela cartilha são uma forma de controle discursivo, pois o candidato deve alinhar sua proposta de intervenção com a estrutura lógica do texto, demonstrando que sua proposta é uma consequência direta da argumentação desenvolvida. A cartilha, portanto, impõe um padrão de organização que não apenas define o formato do texto, mas também regula a forma como o candidato pensa sobre a resolução do problema, exigindo que a intervenção seja uma extensão lógica e prática de sua argumentação.

A exigência de que a intervenção "responda aos problemas abordados por você, mostrando-se articulada ao seu projeto de texto" revela como a cartilha busca garantir que o sujeito redator não apenas apresente uma proposta, mas que a elabore dentro de um espaço de ação discursiva que é já regulamentado pela instituição. A proposta de intervenção, ao ser integrada ao texto de maneira coesa e fundamentada, torna-se uma prática regulada que reflete não apenas a capacidade do candidato de propor soluções, mas também sua conformidade com as expectativas educacionais que definem o que é uma resposta "adequada" ao problema social discutido.

- 1) O que é possível apresentar como solução para o problema?
- 2) Quem deve executá-la?
- 3) Como viabilizar essa solução?
- 4) Qual efeito ela pode alcançar?
- 5) Que outra informação pode ser acrescentada para detalhar a proposta?

Resumindo: seu texto será avaliado com base na composição da proposta que você apresentar.

Figura 17 - Composição da intervenção

ATENÇÃO!

Existem várias formas de propor uma intervenção e, por isso, você deve explorar aquela que seja mais adequada ao tema e ao seu projeto de texto. Contudo, fique atento para que sua proposta esteja explícita. Apenas constatar a falta de uma ação ou de um projeto (como em "faltam investimentos em x") ainda não é suficiente para configurar uma proposta de intervenção. Além disso, evite propostas vagas, genéricas ou incompatíveis com a discussão bem como estruturas que não permitam ter certeza de que você está propondo, de fato, uma intervenção (como em "se x for feito, o resultado poderá ser y"). Em suma, você deve expor com clareza o seu desejo de intervir na realidade e a sua proposta deve contemplar a situação problematizada em seu texto.

Figura 18 - Alerta da CV

O trecho destaca uma série de questões que devem ser consideradas ao elaborar a proposta de intervenção, como "O que é possível apresentar como solução para o problema?" e "Quem deve executá-la?". Essas perguntas funcionam como um guia para o candidato se ajustar a um modelo discursivo que é coerente com as expectativas do exame. Ao orientar o candidato a responder a essas questões, a cartilha está moldando a forma como ele pensa sobre a solução de problemas, direcionando-o para um tipo de intervenção que seja pragmática, estruturada e alinhada aos valores éticos e sociais esperados.

A cartilha, ao exigir que o candidato articule um plano de execução para sua proposta, está formando o sujeito redator de acordo com um modelo que valoriza a eficiência e a clareza nas soluções propostas. A intervenção não pode ser vaga ou genérica; deve ser específica, detalhada e viável, seguindo a lógica de um discurso organizado e coerente. Outro aspecto importante é a exigência de que a proposta de intervenção "seja explícita", e que "não seja vaga ou genérica". Foucault (1999, p. 219) observa como o poder disciplinar não se limita à imposição de regras, mas também se manifesta pela criação de comportamentos automáticos e naturalizados. Ao exigir que o candidato seja claro e específico em sua proposta de intervenção, a cartilha reforça a ideia de que o sujeito redator deve internalizar uma norma de clareza e objetividade, eliminando a ambiguidade e a imprecisão. O candidato não pode apenas sugerir que algo "deve ser feito", mas deve, de fato, apresentar um plano de ação concreto, deixando claro como a intervenção deve ser implementada e quem a executará.

Ademais, a cartilha do ENEM exige que o candidato explore "a forma mais adequada ao tema e ao seu projeto de texto" ao propor uma intervenção. Essa orientação direciona o sujeito redator a se comportar de acordo com um modelo discursivo que se ajusta à lógica da avaliação. Nesse sentido, Foucault

(1999, p. 224) afirma que “o poder é exercido por meio de práticas e conhecimentos que criam relações de dominação, definindo o que é aceitável, correto ou verdadeiro”. No contexto da redação, essa “forma adequada” está relacionada à conformidade do discurso com a norma estabelecida pela avaliação, o que implica que o candidato deve construir uma proposta de intervenção que seja logicamente estruturada e esteja em sintonia com o tema discutido. O candidato é guiado a seguir um padrão de pensamento e argumentação que é validado pela instituição.

Nesse viés, a advertência contra “propostas vagas, genéricas ou incompatíveis com a discussão” se alinha à ideia de que o poder disciplinar exige que o sujeito redator se ajuste a uma norma de clareza e precisão. Ao orientar o candidato a evitar a falta de clareza, a cartilha está regulando o comportamento discursivo do candidato, exigindo que ele construa uma proposta específica e focada, que se encaixe perfeitamente na problemática apresentada e no desenvolvimento argumentativo do texto. O uso de termos como “vagas” ou “genéricas” reflete o desejo de evitar qualquer forma de incerteza ou ambiguidade na proposta de intervenção.

Por fim, a cartilha exige que a proposta de intervenção “contemple a situação problematizada”, ou seja, a solução deve estar intrinsecamente conectada à discussão feita no texto. No caso da redação do ENEM, o candidato deve internalizar a ideia de que sua proposta de intervenção deve ser uma continuação lógica e prática da argumentação e do tema discutido, ajustando sua resposta para ser coerente e relevante à situação apresentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo deste estudo ressaltam a complexidade das Competências do ENEM e suas implicações no processo de normalização do sujeito redator. As análises demonstraram que essas competências, longe de serem apenas critérios técnicos, funcionam como mecanismos de controle que normalizam o comportamento discursivo dos candidatos, conduzindo-os a se sujeitar a um modelo de escrita específico. Esse processo de normalização, operado por meio das competências, revela como as normas institucionais influenciam a construção da subjetividade do sujeito redator, definindo e regulando suas formas de expressão e pensamento.

Em última instância, as competências da redação do ENEM não apenas avaliam a competência linguística, mas também impõem uma conformidade a padrões discursivos que buscam garantir a homogeneização dos textos, limitando a diversidade de vozes e a liberdade criativa dos candidatos. Ao exigir que os sujeitos se ajustem a essas normas, o exame contribui para a criação de um sujeito redator que se adapta às expectativas do sistema educacional, internalizando as normas como naturalizadas.

O processo de normalização aqui discutido não é apenas acadêmico, mas tem impactos profundos sobre a maneira como os indivíduos se posicionam no contexto educacional e social, refletindo e reforçando as estruturas de poder existentes. Ao reconhecer esse mecanismo, é possível compreender as competências da redação como práticas que não apenas normaliza a escrita, mas também as subjetividades dos candidatos, contribuindo para a formação de um sujeito alinhado às expectativas do sistema educacional.

Esse processo de normalização também revela um aspecto fundamental: a produção de um sujeito que se ajusta aos padrões definidos pela instituição. As competências do ENEM, ao avaliar a redação de forma rigorosa, não apenas testam o domínio da língua portuguesa, mas também impõem uma estrutura discursiva que favorece determinadas formas de pensar e se expressar. A busca por coerência, clareza e objetividade, requisitos exigidos pela prova, reflete uma tentativa de uniformizar o discurso e criar um padrão de escrita que se alinhe às normas acadêmicas. Esse modelo, embora válido para fins avaliativos, contribui para a formação de um sujeito que, ao tentar se adequar às exigências do exame, acaba por internalizar esses padrões como a única forma válida de

produzir um texto, restringindo outras formas de expressão e pensamento que não se conformam a esse modelo.

A normalização do sujeito redator, portanto, se apresenta como uma ferramenta de regulação que busca garantir a conformidade com um padrão de pensamento e expressão que é visto como ideal no contexto educacional. Esse processo é invisível, mas poderoso, influenciando não só a produção textual dos candidatos, mas também sua própria visão sobre a linguagem e seu papel no discurso acadêmico. Com isso, as competências do ENEM não se limitam a avaliar habilidades técnicas, mas a normalizar o próprio sujeito, regulando suas formas de pensar e se expressar de acordo com as normas do sistema educacional. Reconhecer esse efeito de normalização é fundamental para compreender os impactos mais amplos das práticas avaliativas do ENEM e suas consequências para a construção da subjetividade dos candidatos.

REFERÊNCIAS

BERTOLINI, Jeferson. **O conceito de biopoder em Foucault**: apontamentos bibliográficos. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, v. 18, n. 3, 2018.

BRAMBILA, Guilherme; VIDON, Luciano Novaes. A avaliação da autoria no ENEM: diálogos a partir de Mikhail Bakhtin e Michel Foucault. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Textos dissertativo-argumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores / Lucília Helena do Carmo Garcez, Vilma Reche Corrêa, organizadoras, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação no Enem 2022: cartilha do participante*. Brasília, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação no Enem 2017: cartilha do participante*. Brasília, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação no Enem 2022: cartilha do participante*. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social (ACS). *Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior*. Brasília, Distrito Federal, 2009.

CARVALHO, Yuri Mariano. Do velho ao novo: a revisão de literatura como método de fazer ciência. *Revista Thema*, v. 16, n. 4, p. 913-928, 2019.

CORDEIRO, Franciele Roberta. **O conceito de sujeito**: possibilidade para pensar com Foucault. *Revista Diálogos*, Rio Grande do Sul, RS, n. 12, 2014.

COSTA, Gisele Alves; MARTINS, Adriana Regina Dantas. A escrita do texto dissertativo-argumentativo: um estudo de caso sobre as competências 2 e 3 do ENEM. **Mandinga-Revista de Estudos Linguísticos (ISSN: 2526-3455)**, v. 4, n. 1, p. 56-67, 2020.

COSTA, Mateus Correa. **A competência II da redação ENEM como prática de normalização do sujeito-redator**. 2023.

COSTA, Mateus Correa. **A competência V da redação ENEM como prática de normalização do sujeito**. 2023.

CUTRIM, Ilza Galvão. **Nas tramas do texto**: informatividade e criatividade em redações. São Luís: Centrograf, 2008.

CUTRIM, Ilza Galvão. **Os contornos do sujeito em redações de vestibular**. São Luís: Centrograf, 2008.

DE ALMEIDA LIMA, Fernanda Fernandes Pimenta; DE SOUSA BACELAR, Ana Paula. Das práticas sociais ao conteúdo temático: interfaces da intervenção no gênero redação do Enem. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 22, n. 1, p. 87-101, 2019.

DIAS, Walquiria Pereira da Silva et al. Travessias e resistências: práticas de subjetivação do sujeito tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa nos documentos oficiais. 2018.

FARIA, Paulo M. Revisão sistemática da literatura: contributo para um novo paradigma investigativo. 2019.

FEITOSA, Edilene Oliveira da Silva. A construção do sujeito da escrita em instrumentos linguísticos: gramático x linguista. 2018.

FLORENCE, Maurice. FOUCAULT. IN HOUISMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 388-391. Disponível em: <http://colunastortas.com.br/as-condicoes-de-possibilidade-em-michel-foucault-por-maurice-florence-drops/> Acesso em: 10 de mar 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**: na Idade Clássica. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: P. Rabinow, H. Dreyfus. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREITAG, Raquel Meister Ko. A competência I na prova de Redação do ENEM. **SILVA, LR da.; FREITAG, RM KO. Linguagem, Interação e sociedade: diálogos sobre o ENEM**. João Pessoa: Editora do CCTA, v. 2, p. 23-32, 2015.

GALLO, Sílvio. O efeito Foucault em Educação. **Pro-Posições**, v. 25, p. 15-21, 2014.

GERMANY, Hilda Coca et al. Competências avaliadas na escrita de texto dissertativo argumentativo por alunos do ensino médio. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 5, p. 01-28, 2019.

GREGOLIN, M. V. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. Revista Moara, Edição 43, jan - jun 2015, Estudos Linguísticos. Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2633>. Acesso em: 10 de mar 2025.

LEITE, Magna. A política de escrita do ENEM: uma reprodução de discurso capitalista legitimado. **Leitura**, v. 1, n. 76, p. 368-382, 2023.

LEMKE, Thomas. Foucault, governamentalidade e crítica. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 194-213, 2017.

LEONARDO, Francisco Morilhe. os direitos humanos como competência de avaliação nas redações do Enem. **Revista Signos**, v. 41, n. 1, 2020.

LIMA, Edson Santos; DO NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas. Uma análise discursiva da prova de redação do ENEM: o sujeito surdo na rede de sentidos. **MOARA**, n. 58, p. 301-321, 2021.

LOPES, Adriana Batista. Leitura e autoria nas questões do ENEM: análise discursiva. 2017.

LUIZ, Felipe. O conceito de estratégia em Michel Foucault: a genealogia do poder. **Outramargem: Revista de Filosofia**, v. 7, n. 10, 2020.

MELO, José Ernesto. Seu futuro passa por aqui. O ENEM como política avaliativa e os conhecimentos históricos exigidos. **Aedos**, v. 4, n. 11, Set. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/31069/20909>. Acesso em: 11 mar 2025.

MORO, Maria Dal; WANDERER, Fernanda. O ENEM e as práticas de disciplinamento na formação do estudante Nota “1000”. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 3, p. 195-213, set./dez. 2020.

PARREIRA, Míriam Silveira et al. Da leitura-interpretação da proposta à avaliação da argumentação na redação do ENEM: a apropriação da língua (escrita) e o repertório do participante. 2017.

PAULINELLI, M. de P. T.; FORTUNATO, G. C. A redação do ENEM à luz dos gêneros discursivos e textuais. RevLet – Revista Virtual de Letras, v. 08, nº 01, jan/jul, 2016 ISSN: 2176-9125.

PIUNTI, Juliana Cristina Perlotti; ANUNCIATO, Rosa Maria Moraes. Impactos do Exame Nacional do Ensino Médio e da noção de competências no trabalho docente. **MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, v. 5, n. 3, p. 341-354, 2021.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, Nº 63, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/p735HN4hVHwqvYYhZZQS4Pw/> Acesso em: 11 mar 2025.

SAHLINS, Marshall. Esperando Foucault, ainda. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro**. Edufba, 2020.

SCHARF, Kelly Alexandra. A prática social da leitura e os textos-motivadores na redação do ENEM: prerrogativas para o desempenho esperado na competência cinco? **Working Papers em Linguística**, v. 15, n. 1, p. 14-42, 2014.

SOUSA FILHO, Sinval Martins de; ARAÚJO, Luciana Kuchenbecker. A avaliação enquanto dispositivo de subjetivação: a prova de redação do enem em questão. **De volta ao futuro da língua portuguesa. Atas do V SIMELP-Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**, p. 3081-3098, 2017.

SOUZA, Pedro Fernandez de; FURLAN, Reinaldo. A questão do sujeito em Foucault. *Psicologia Usp*, v. 29, n. 3, p. 325-335, 2018.

SOUZA, Samarah Regia de. **Intertextualidade na redação do ENEM: uma reflexão sobre a competência cinco**. 2017.

STIVAL, Monica Loyola. Governo e poder em Foucault. **TransFormação**, v. 39, n. 4, p. 107-126, 2016.

TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Editora Vozes Limitada, 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. Autêntica Editora, 2019.

VILANOVA, Rosana de Carvalho. **Autoria em produções de pré-vestibulandos: uma análise de textos de alunos do projeto de extensão Entretextos do Departamento de Letras (UFMA)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Letras. UFMA, 2022.

VILLADSEN, Kaspar. Tecnologia versus ação: uma falsa oposição atribuída a Foucault nos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, v. 21, p. 642-660, 2014.

WEIZENMANN, Mateus. Foucault: Sujeito, Poder e Saber: Foucault, Sujeito, Poder, Saber. NEPFIL online, 2014.